



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

RAFAEL ROCHA ALVES DA SILVA

**BOLSONARISMO, ELEIÇÕES E REDES SOCIAIS: UMA ANÁLISE DAS
ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DOS DEPUTADOS SUPERVOTADOS DO PSL NO
FACEBOOK**

FORTALEZA

2020

RAFAEL ROCHA ALVES DA SILVA

BOLSONARISMO, ELEIÇÕES E REDES SOCIAIS: UMA ANÁLISE DAS
ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DOS DEPUTADOS SUPERVOTADOS DO PSL NO
FACEBOOK

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Comunicação. Área de concentração: Mídia e práticas socioculturais.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Almeida Barbalho

FORTALEZA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

-
- R576b Silva, Rafael Rocha Alves da
Bolsonarismo, eleições e redes sociais: uma análise das estratégias discursivas dos deputados
supervotados do PSL no Facebook / Rafael Rocha Alves da Silva. – 2020.
130 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de Cultura e Arte, Programa
de Pós-Graduação em Comunicação, Fortaleza, 2020.
Orientação: Prof. Dr. Alexandre Almeida Barbalho.
1. Comunicação. 2. Política. 3. Bolsonarismo. 4. Redes Sociais. I. Título.

CDD 302.23

RAFAEL ROCHA ALVES DA SILVA

BOLSONARISMO, ELEIÇÕES E REDES SOCIAIS: UMA ANÁLISE DAS
ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DOS DEPUTADOS SUPERVOTADOS DO PSL NO
FACEBOOK

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Comunicação. Área de concentração: Mídia e práticas socioculturais.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alexandre Almeida Barbalho (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Diógenes Lycarião Barreto de Sousa
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Monalisa Soares Lopes
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

A Deus, dono de toda a magia que é o Universo.

Aos meus pais, Francisco José e Eliziane Rocha, por todo sacrifício e esforço para me criar no caminho do conhecimento. Deu certo o plano de vocês com os livros. Vocês sabem.

Ao meu irmão, Gabriel Rocha. Muitas de nossas discussões sobre política culminaram neste trabalho. Obrigado.

Ao meu orientador, Alexandre Almeida Barbalho, por todo suporte, orientações, ensinamentos e, principalmente, por acreditar e confiar nas minhas ideias. Honra ter sido seu orientando.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio em minha pesquisa.

Aos meus professores do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (PPGCom-UFC), em especial ao Diógenes Lycarião, Inês Vitorino e Maria Érica. Também não poderia esquecer de todos os meus colegas do Programa, principalmente da Linha 2. Vocês fizeram o mestrado ser ainda mais especial.

Sou imensamente grato a todos as pessoas que passaram pela minha vida acadêmica e contribuíram de alguma forma para a minha pesquisa, em especial: Daniel Barsi, Geórgia Feitosa, Ícaro Joathan, Arthur Pereira, pela madrugada adentro com os gráficos, Cleyton Montes e o professor Emerson Cervi (UFPR).

Aos colegas do Laboratório de Estudos, Eleições e Mídia (LEPEM) pertencente ao Departamento de Ciências Sociais (DCS/UFC), especialmente a professora Monalisa Soares Lopes.

Não poderia esquecer dos meus colegas pesquisadores do grupo informal no WhatsApp “Novas Direitas”. Obrigado pelas conversas e debates sobre a temática, compartilhamento de material e contribuições para a minha pesquisa.

À família Rocha e à Família Alves por comemorar junto comigo a conquista de ser o primeiro mestre da família. Sou grato aos meus avôs Maria do Carmo, Maria Zuleide e Francisco Alves, espero que um dia vocês entendam o meu prazer pela pesquisa e compreendam o que eu realmente faço. Ainda assim, consigo sentir o orgulho de vocês.

À minha tia Margarida Alves, que se estivesse aqui fisicamente (porque espiritualmente sempre esteve presente) iria gritar aos quatro ventos que teria um sobrinho mestre. Sinto sua falta, Guida. Dedico a você esse trabalho.

Não poderia deixar de agradecer aos melhores amigos que um cara como eu poderia

ter: Amanda Aguiar, Amanda Brenda e Paulo Augusto. Vocês sempre estiveram, estão e estarão em todas as fases da minha vida.

A todos os meus amigos queridos, próximos ou que se distanciaram pelos acasos da vida, e até mesmo aqueles que fui conhecendo pelo caminho Ceará afora, que colaboraram de alguma forma para a realização deste trabalho. Meu muito obrigado.

Por algum motivo que não consigo compreender, a vida tem sido generosa comigo e sempre colocou pessoas incríveis ao meu redor; então, meus agradecimentos a todos que torceram por mim para chegar até aqui. São tempos difíceis, eu sei, mas venceremos.

“Nossos ídolos ainda são os mesmos
E as aparências não enganam não”
(BELCHIOR, 1976).

RESUMO

Em 2018, a ultradireita brasileira teve seu ápice com a vitória do deputado federal Jair Bolsonaro (PSL) nas eleições presidenciais. O capitão reformado do Exército venceu a disputa no 2º turno com 55,1% dos votos contra o petista e ex-prefeito de São Paulo, Fernando Haddad. Neste quadro de ascensão da sigla de Bolsonaro, três casos merecem destaques nas eleições estaduais: a advogada Janaína Paschoal, o *YouTuber* André Fernandes e o advogado Rodrigo Amorim. Os três foram os candidatos mais votados para o cargo de deputado estadual em seus respectivos estados, São Paulo, Ceará e Rio de Janeiro. Sabendo que a internet vem se mostrando com uma potencial ferramenta nas disputas eleitorais devido à sua capacidade de romper com a lógica unidirecional existente nos meios analógicos, criando um canal de comunicação instantâneo entre representantes e cidadãos durante o pleito (MARQUES; AQUINO; MIOLA, 2014), e tendo Comunicação como elemento central neste processo de lutas simbólicas e construção de sentidos, que se dão através dos espaços midiáticos, levanto as seguintes questões: quais foram as estratégias discursivas que esses atores utilizaram durante as eleições?; que elementos fizeram dessas figuras um fenômeno eleitoral? E considerando, a priori, as trajetórias distintas dos candidatos, é possível identificar as estratégias que eles têm em comum e quais são diferentes? Portanto, esta pesquisa tem como objetivo analisar, por meio das páginas oficiais do Facebook, como foram construídas as estratégias discursivas dos três deputados supervotados do PSL, mapeando suas principais ideias e posicionamentos, a fim de verificar se os perfis dos candidatos utilizaram estratégias semelhantes ou não; além de compreender sobre a construção da imagem política do campo ultradireitista e conservador nas redes sociais durante a campanha eleitoral. Para atingirmos os objetivos, utilizamos a metodologia de Análise do Conteúdo (AC) baseada em Bardin (1977). Foram analisadas 361 postagens no Facebook, categorizadas num Livro de Códigos desenvolvido para essa pesquisa. Podemos compreender, a partir das análises propostas para essa investigação, que os discursos predominantes destes supervotados do PSL na rede social Facebook tiveram em sua recorrência a existência de pautas morais com caráter populista. O que compreendemos após os estudos das estratégias discursivas dos personagens analisados em suas redes sociais, durante as eleições de 2018, é a reafirmação de um fenômeno conhecido como Guerra Cultural, debate que surgiu com a ascensão da extrema direita pelo mundo (SOLANO; ORTELLADO, 2017), no qual pautas morais precedem o discurso político-econômico; o discurso liberal na economia não foi acionado pela direita bolsonarista.

Palavras-chave: Comunicação. Política. Bolsonarismo. Redes Sociais.

ABSTRACT

In 2018, the ultraright had its highlight with the victory of the federal congressman Jair Bolsonaro (PSL) on the presidential election. The retired Army captain won the dispute on the second turn with 55,1% of votes against the ex-mayor of São Paulo, Fernando Haddad (PT). In this context of ascension of the party of Bolsonaro, three cases require spotlights on state elections: the lawyer Janaina Paschoal, the YouTuber “bolsonarist” Adré Fernandes, and the lawyer Rodrigo Amorim. The three were the most voted candidates for the position of state congressman in their respective states, São Paulo, Ceará, and Rio de Janeiro. The dissertation comprehends the fact that the internet has been showing itself as a potential tool on the electoral disputes due to its capacity of breaking the unidirectional logic performed on the analogical forms, creating an instantly communication structure between representants and citizens during the event (MARQUES; AQUINO; MIOLA, 2014). Having the Communication field as central element on this process of symbolic fights and meanings construction, beyond media fields, the research carries the following questions: What discursive strategies were used by these actors during the elections?; what elements made these three an electoral phenomena; Then, considering the distinct trajectories of each one of the politicians, it is possible to identify the common and different strategies used? Moreover, the current research intends on the analysis, through official Facebook pages, of how discursive strategies were constructed by the three most supervised congresspeople of PSL, mapping the main ideas and positions, in order to verify if the candidate’s profiles used similar strategies or not; besides comprehending about the construction of political image of the ultraright and conservative field on social media during the elections. To reach the objectives, the research carries out the methodology of Content Analysis based in Bardin (1977). It considered a total of 361 posts on Facebook, classified in a Codebook developed for this dissertation. It presents, throughout the purposed analysis for this investigation, the fact the predominant discourses of the supervised candidates of PSL on Facebook had their recurrence on moral agendas with populist characteristics. Furthermore, it comprehends, after the discursive strategies of analysed characters on their social medias, during 2018 elections, the reaffirmation of a phenomenon known as Cultural War, a debate that emerged with the rise of extreme right around the world (SOLANO; ORTELLADO, 2017), in which moral agendas preceded the political-economic discourse; the liberal discourse in economy was not applied by the bolsonarist right.

Keywords: Communication. Politics. Bolsonarism. Social Media.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Divergências em relação a temas ligados às ideologias clássicas.....	25
Figura 2 – Comparação das escalas E-D especialistas versus comportamento efetivo.....	34
Figura 3 – Exemplo de publicação da categoria Apoio a Jair Bolsonaro, pertencente à variável Bolsonarismo	88
Figura 4 – Exemplo de publicação da categoria Apoio a Jair Bolsonaro, pertencente à variável Bolsonarismo.....	88
Figura 5 – Exemplo de publicação da categoria Apoio a Jair Bolsonaro, pertencente à variável Bolsonarismo.....	89
Figura 6 – Exemplo de publicação da categoria Apoio a Jair Bolsonaro, pertencente à variável Bolsonarismo.....	90
Figura 7 – Exemplo de publicação da categoria Apoio a Jair Bolsonaro, pertencente à variável Bolsonarismo.....	90
Figura 8 – Exemplo de publicação da categoria Anticomunismo, pertencente à variável Antiesquerda	91
Figura 9 – Exemplo de publicação da categoria Combate recrudescido contra a criminalidade, pertencente à variável Conservadorismo.....	92
Figura 10 – Exemplo de publicação da categoria Fundamentalismo Religioso, pertencente à variável Conservadorismo.....	93
Figura 11 – Exemplo de publicação da categoria Renovação Política, pertencente à variável Bolsonarismo.....	94
Figura 12 – Exemplo de publicação da categoria Antipetismo, pertencente à variável Antiesquerda.....	94
Figura 13 – Exemplo de publicação da categoria Antifeminismo, pertencente à variável Conservadorismo.....	95
Figura 14 – Exemplo de publicação da categoria Liberalismo Econômico, pertencente à variável Neoliberalismo.....	95
Figura 15 – Exemplo de publicação da categoria Anticomunismo como principal e Apoio a Jair Bolsonaro como secundária.....	97
Figura 16 – Exemplo de publicação da categoria Apoio a Jair Bolsonaro, pertencente à variável Bolsonarismo.....	100

Figura 17 – Exemplo de publicação da categoria Renovação Política, pertencente à variável Bolsonarismo.....	100
Figura 18 – Exemplo de publicação da categoria Antipetismo, pertencente à variável Antiesquerda.....	101
Figura 19 – Exemplo de publicação da categoria Anticomunismo, pertencente à variável Antiesquerda.....	102
Figura 20 – Exemplo de publicação da categoria Combate recrudescido contra a criminalidade, pertencente à variável Conservadorismo.....	102
Figura 21 – Exemplo de publicação da categoria Apoio às Forças Armadas/aos Profissionais de segurança pública, pertencente à variável Conservadorismo.....	103
Figura 22 – Exemplo de publicação da categoria Fundamentalismo Religioso, pertencente à variável Conservadorismo.....	104
Figura 23 – Exemplo de publicação com a categoria secundária Anticomunismo.....	105
Figura 24 – Exemplo de publicação da categoria Apoio a Jair Bolsonaro, pertencente à variável Bolsonarismo.....	108
Figura 25 – Exemplo de publicação da categoria Antipetismo, pertencente à variável Antiesquerda.....	109
Figura 26 – Exemplo de publicação da categoria Antifeminismo, pertencente à variável Conservadorismo.....	110
Figura 27 – Exemplo de publicação da categoria Combate recrudescido contra à criminalidade, pertencente à variável Conservadorismo.....	110
Figura 28 – Exemplo de publicação da categoria Anticomunismo, pertencente à variável Antiesquerda.....	111

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Divergências em relação aos novos temas.....	27
Quadro 2 –	Velha e Nova direita no Brasil de acordo com Codato, Bolognesi e Roeder (2015).....	42
Quadro 3 –	Livro de Códigos com as estratégias discursivas pertencentes à Nova Direita Brasileira.....	83
Quadro 4 –	Número total de postagens do Facebook analisadas nesta pesquisa.....	85

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Mapeamento das estratégias discursivas (categoria principal) pertencentes à direita bolsonarista nas publicações no Facebook de Rodrigo Amorim (PSL-RJ) durante as eleições de 2018.....	87
Gráfico 2 – Mapeamento das estratégias discursivas (categorias secundárias) pertencentes à direita bolsonarista nas publicações no Facebook de Rodrigo Amorim (PSL-RJ) durante as eleições de 2018.....	96
Gráfico 3 – Mapeamento das estratégias discursivas (categorias primárias) pertencentes à direita bolsonarista nas publicações do Facebook de André Fernandes (PSL-CE) durante as eleições de 2018.....	99
Gráfico 4 – Mapeamento das estratégias discursivas (categorias secundárias) pertencentes à direita bolsonarista nas publicações do Facebook de André Fernandes (PSL-CE) durante as eleições de 2018.....	105
Gráfico 5 – Mapeamento das estratégias discursivas (categoria principal) pertencentes à direita bolsonarista nas publicações no Facebook de Janaina Paschoal (PSL-SP) durante as eleições de 2018.....	107

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	A NOVA DIREITA E O “BOLSONARISMO” NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO.....	18
2.1	Uma breve discussão teórica sobre os conceitos tradicionais de direita e esquerda.....	18
2.2	Panorama sobre Direita e Esquerda no Brasil pós-redemocratização.....	28
2.3	A nova direita brasileira.....	35
2.4	O “Bolsonarismo” e a esfera política.....	60
3	REDES SOCIAIS, INTERNET E NOVAS DIREITAS.....	67
3.1	Campanhas eleitorais e internet.....	67
3.2	Novas direitas e suas relações com a internet.....	73
4	METODOLOGIA.....	75
4.1	Rodrigo Amorim (PSL-RJ).....	85
4.2	André Fernandes (PSL-CE).....	98
4.3	Janaina Paschoal (PSL-SP).....	106
5	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	112
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
	REFERÊNCIAS.....	125

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, começou-se a perceber o ressurgimento da extrema direita no mundo ocidental. As disputas econômicas, religiosas e culturais, e até mesmo a questão da imigração, além da crise dos governos de esquerdas, principalmente na América Latina, mostraram que uma parcela significativa da população de países desenvolvidos começou a creditar à ideologia direitista a solução para os problemas que se apresentam no século XXI. A eleição do presidente dos EUA, Donald Trump, além do surgimento de figuras como Marine Le Pen, do Partido Frente Nacional da França, e do holandês Geert Wilders, do Partido da Liberdade, são exemplos do crescimento dessa guinada à direita pelo mundo (MAGALHÃES; LIMA; SOUZA, 2018).

No Brasil, houve um crescimento significativo de políticos ligados à direita liberal e conservadora moral a partir de 2014. Surgindo como oposição à presidenta reeleita Dilma Rousseff (PT), que venceu em uma disputa acirrada contra o senador mineiro Aécio Neves (PSDB), parlamentares de viés conservador se consolidaram como a maioria na eleição para o Congresso Nacional, tornando a composição do Congresso a mais conservadora desde 1964, de acordo com levantamento do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP)¹.

Apesar das manifestações de 2013 terem se mostrado como um movimento popular, apartidário e por avanços nos serviços públicos, o resultado das eleições no ano seguinte mostrou uma guinada na direção conservadora. Com pautas contra a legalização do aborto e as temáticas LGBTQ+, além do discurso armamentista e da redução da maioridade penal, por exemplo, o novo quadro do Congresso teve um aumento no número de parlamentares militares, religiosos fundamentalistas e de outros segmentos identificados com o conservadorismo.

Em 2018, a “Nova Direita” brasileira, como é chamada, teve seu ápice com a vitória do deputado federal Jair Bolsonaro (PSL)² nas eleições presidenciais. O capitão reformado do exército, aos 63 anos, venceu a disputa no segundo turno com 55,1% dos votos contra o petista e ex-prefeito da cidade de São Paulo, Fernando Haddad. Conhecido por suas declarações polêmicas contra as minorias, Bolsonaro apresentou um discurso contra a “velha política”, prometeu combater a corrupção e trazer de volta a ordem e a valorização da família tradicional,

¹ Congresso eleito é o mais conservador desde 1964, afirma DIAP. Estadão, 2014. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-afirma-diap,1572528>>. Acesso em: 07 jan. 2019.

² De capitão a presidente: conheça a trajetória de Jair Bolsonaro. G1, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/28/de-capitao-a-presidente-conheca-a-trajetoria-de-jair-bolsonaro.ghtml>>. Acesso em: 07 jan. 2019.

que, segundo ele, estava comprometida pelo avanço das ideologias “esquerdistas”. Com pouco tempo de propaganda eleitoral, pequenas alianças políticas e pouco dinheiro para sua campanha, Jair Bolsonaro não só venceu as eleições no segundo turno, como impulsionou uma “onda conservadora”³ por todo o país, tanto no Congresso Nacional como nas Assembleias Estaduais.

As eleições de 2018 mostraram uma forte rejeição aos partidos e políticos tradicionais, o que resultou na maior renovação do Congresso desde a redemocratização⁴. A Câmara Federal renovou em 52% e o Senado Federal em 85% de 2/3 dos senadores. Organizados em tornos de bancadas como a evangélica, a da segurança/bala e a ruralista, a nova configuração destas Casas Legislativas passou a ter mais parlamentares liberais na economia, mais conservadores nos costumes e mais duros em relação aos direitos humanos e ao meio ambiente do que o anterior, como mostra novamente estudos do DIAP.

O “efeito Bolsonaro” também tornou o seu partido, o Partido Social Liberal (PSL), a segunda maior bancada na Câmara, com 52 parlamentares, perdendo apenas para o Partido dos Trabalhadores (PT), com 56. Nas assembleias estaduais, o PSL multiplicou por quatro o número de parlamentares, tornando-se o partido que mais cresceu em todo país e a 3º legenda com maior número de representantes⁵ nos estados. O PSL também conquistou a maioria nas assembleias de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Espírito Santo.

Neste quadro de ascensão da sigla de Jair Bolsonaro, três casos merecem destaques nas eleições estaduais: o primeiro é o da advogada e professora universitária Janaína Paschoal⁶. Conhecida por ser a autora do pedido de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, junto com Miguel Real Júnior e Hélio Bicudo, foi a deputada estadual mais votada de São Paulo, além da mulher mais votada da história do país, com mais de dois milhões de votos, tornando-se um recorde para o legislativo estadual e federal.

Outro caso que merece atenção é o do *YouTuber* pró-Bolsonaro André Fernandes, deputado mais votado para Assembleia Legislativa do Ceará, além do mais jovem do Brasil, com apenas 20 anos. Com mais de 1 milhão e meio de curtidores na página do Facebook e quase meio milhão de inscritos no YouTube, André obteve 109.742 votos na sua primeira candidatura.

³ Onda conservadora cria bancada bolsonarista no Congresso. El País, 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/07/politica/1538947790_768660.html>. Acesso em: 07 jan. 2019.

⁴ Mais renovado em duas décadas, novo Congresso terá perfil conservador. Veja, 2018. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/mais-renovado-desde-1998-novo-congresso-tera-perfil-conservador/>>. Acesso em: 07 jan. 2019.

⁵ PSL multiplica por 4 número de deputados nas Assembleias; MDB é o que mais perde. G1, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/psl-multiplica-por-4-numero-de-deputados-nas-assembleias-mdb-e-o-que-mais-perde.ghtml>>. Acesso em: 07 jan. 2019.

⁶ Janaína Paschoal é a deputada mais votada na história do país. G1, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2018/noticia/2018/10/07/janaina-paschoal-e-a-deputada-mais-votada-da-historia-de-sp.ghtml>>. Acesso em: 07 jan. 2019.

De acordo com os dados coletados para essa pesquisa, baseados no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), André Fernandes também foi o único deputado do PSL a estar na primeira colocação na região nordeste, último reduto do Partido dos Trabalhadores (PT) ⁷.

Por último, também trazemos o advogado Rodrigo Amorim, deputado mais votado no Rio de Janeiro, reduto político de Jair Bolsonaro, com 140.666 votos. A candidatura de Rodrigo teve repercussão nacional após o advogado ter publicado em suas redes sociais uma foto destruindo uma placa em homenagem a vereadora Marielle Franco (PSOL). Na publicação, Rodrigo afirmou que a homenagem se tratava de uma “depredação do patrimônio público” e concluiu “Preparem-se, esquerdopatas: no que depender de nós, seus dias estão contados⁸”.

Concordamos com Messenberg (2017) que diversas pesquisas sobre o tema vêm sendo desenvolvidas com a intenção de caracterizar e compreender seus manifestantes, os perfis ideológicos e as organizações que lhe dão suporte (ORTELLADO, 2015; TELLES, 2015; TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015), “entretanto, pouco ainda se tem clareza sobre as configurações simbólico-discursivas que orientam cognitivamente e normativamente a ação de tais atores sociais” (MESSEMBERG, 2017, p. 621). Dessa forma, é essencial trazer o campo da Comunicação para discutir as estratégias discursivas desses atores. Também é preciso destacar que muitas pesquisas estão sendo feitas para investigar um espaço mais macro, em uma dimensão nacional. Portanto, esta pesquisa tem a intenção de compreender a atuação da direita bolsonarista em um cenário mais local.

Sabe-se que diminuição do tempo de campanha acabou prejudicando não só o debate na esfera civil, já que os eleitores passam a ter pouco tempo para discutir as propostas e a escolha dos seus candidatos, como também a visibilidade destes no rádio e na televisão⁹. Assim, com a redução do período eleitoral de três meses para um mês e quinze dias, o fim do financiamento empresarial e o grande número de candidatos disputando a atenção do telespectador nos veículos tradicionais de massa, as redes sociais tornaram-se uma potente ferramenta de comunicação para a decisão de voto. A comunicação digital nas campanhas políticas teve uma crescente importância nos últimos 20 anos (AGGIO; REIS, 2013). Portanto, é importante compreender como esses atores recorreram a esse meio para compartilhar

⁷ Com base forte, PT lidera oposição no Nordeste e mantém quatro governadores. Correio Braziliense, 2018. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/10/29/politica,71610/com-base-forte-pt-lidera-oposicao-no-nordeste-e-mantem-quatro-governa.shtml>>. Acesso em: 07 jan. 2019.

⁸ Candidato que destruiu placa de Marielle é deputado mais votado no Rio. Veja, 2018. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/candidato-que-destruiu-placa-de-marielle-e-deputado-mais-votado-no-rio/>>. Acesso em: 07 jan. 2019.

⁹ Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Conheça as novas regras das Eleições Municipais de 2016. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Janeiro/conheca-as-novas-regras-daseleicoes-municipais-de-2016>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

conteúdo e quais foram os discursos utilizados para conquistar, com sucesso, os eleitores. Apesar de o uso WhatsApp ter se destacado nas eleições de 2018, a escolha do Facebook para integrar o objeto de análise deve-se ao fato desta rede social ser uma das principais plataformas oficiais usadas pelos candidatos durante as campanhas eleitorais.

Sabendo que a internet vem se mostrando como uma potencial ferramenta nas disputas eleitorais devido à sua capacidade de romper com a lógica unidirecional existente nos meios analógicos, criando um canal de comunicação instantâneo entre representantes e cidadãos durante o pleito (MARQUES; AQUINO; MIOLA, 2014), e tendo a Comunicação como elemento central neste processo de lutas simbólicas e construção de sentidos, que se dão através dos espaços midiáticos, levanto as seguintes questões: quais foram as estratégias discursivas que esses atores utilizaram durante as eleições?; que elementos fizeram dessas figuras um fenômeno eleitoral? E ainda, considerando, a priori, as trajetórias distintas dos candidatos, é possível identificar as estratégias que eles têm em comum e quais são diferentes?

Portanto, esta pesquisa tem como objetivo analisar, por meio das páginas oficiais do Facebook, como foram construídas as estratégias discursivas dos deputados supervotados do PSL Janaína Paschoal, André Fernandes e Rodrigo Amorim, mapeando as principais ideias e posicionamentos dos deputados, a fim de verificar se os perfis dos candidatos utilizaram estratégias semelhantes ou não; além de compreender sobre a construção da imagem política do campo ultradireitista e conservador nas redes sociais durante a campanha eleitoral.

Cabe também adicionar aqui o desconhecimento da existência de outras pesquisas que se propõem a estudar a construção dos discursos desses personagens de maneira correlata. Entendendo o campo da Comunicação como um dos pontos principais entre o candidato e o eleitor, além da ascensão da ultradireita no cenário político atual, essas características tornam esta pesquisa inovadora e relevante socialmente. É a partir dessas constatações que este trabalho se justifica.

2 A NOVA DIREITA E O “BOLSONARISMO” NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO

2.1 Uma breve discussão teórica sobre os conceitos tradicionais de direita e esquerda

Ao defender nossos pontos de vista políticos, é muito comum utilizarmos em nossa linguagem várias terminologias para justificar e explicar nossas opiniões: “liberdade”, “igual-

dade”, “justiça” e “direitos”, assim como conceitos mais complexos como “conservador”, “liberal”, “comunista” e “fascista” (SCHEEFFER, 2014), embora que, muitas vezes, descontextualizados e diferentes do seu significado original. O par direita-esquerda não fica de fora desse quadro linguístico, principalmente em épocas eleitorais, no qual esses termos são utilizados para representar pontos de vistas tanto do candidato como dos eleitores.

“Ser de esquerda” ou “ser de direita” possui significado diferente para cada indivíduo que se vê representado em uma das duas ideologias políticas ou em suas ramificações. Portanto, um trabalho que pretende estudar atores da chamada “Nova Direita brasileira” precisa, primeiro, analisar a gênese e discutir os conceitos tradicionais para depois repensar os adjetivos como “novo” e “velho”, por exemplo, atribuídos atualmente à dicotomia.

Antes de discutir o surgimento do conceito de direita e esquerda e suas representações políticas, acreditamos ser importante fazer uma breve explanação sobre o que é ideologia. Para Bobbio *et al.* (1998 *apud* SCHEEFFER, 2014, p. 3), “falar em ideologia é falar dos diferentes sistemas de crenças políticas, conjuntos de ideias e de valores a respeito da ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos”. Assim, as ideologias políticas são “visões de mundo” que orientam as decisões individuais ou em grupos, como as organizações políticas e instituições sociais, para alcançarem seus objetivos. Agora, já tendo em mente esse conceito, passaremos a analisar o surgimento da terminologia direita e esquerda.

A díade direita-esquerda tem origem na Revolução Francesa, em 1789, quando os primeiros representantes políticos da recém-formada república iniciaram os trabalhos para a primeira constituição francesa. A distinção nasce devido à posição dos lugares ocupado no assento do plenário: à esquerda sentaram delegados identificados com igualitarismo e reforma social, já à direita posicionaram grupos ligados à aristocracia e ao conservadorismo (TAROUÇO; MADEIRA, 2013). Destarte, a partir de uma conotação espacial, passou-se a marcar perfis político-ideológicos opostos.

Concordamos com Bobbio (1995), um dos principais autores sobre os conceitos tradicionais de direita e esquerda, sobre a defesa da díade no cenário político atual, apesar dos inúmeros argumentos exemplificados pelo autor que desqualificam a distinção como, por exemplo, a) a crise das ideologias e b) a complexidade das sociedades democráticas com o surgimento de novos problemas que não se enquadrariam no conceito de esquerda e direita tradicional. Para refutar a primeira contestação, Bobbio (1995, p. 33) explica que:

“Esquerda” e “direita” indicam programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contrastes não só de ideias, mas também de interesses e de valoração [*valutazioni*] a respeito da direção a

ser seguida pela sociedade, contrastes que existem em toda sociedade e que não vejo como possam simplesmente desaparecer.

Já sobre o pluriverso político das grandes sociedades democráticas e a impossibilidade de reduzir as várias partes do jogo sob a forma de uma díade, Bobbio (1995) esclarece que a objeção vai ao ponto certo, porém não é decisiva. Para o autor, a distinção não exclui formas intermediárias como o centro, denominado de Terceiro Incluído, “que inclui entre direita e esquerda um espaço intermediário [...], relegando a direita e a esquerda às margens, não eliminando nada a antítese originária” (BOBBIO, 1995, p. 36). Dessa forma, a existência deste espaço mediador torna possível uma maior articulação do sistema, sendo possível distinguir as variações como a centro-esquerda e centro-direita, além de um centro indiviso. Há ainda o Terceiro Inclusivo que, segundo Bobbio (1995, p. 38), “tende a ir além dos dois postos e a englobá-los numa síntese superior”, ou seja, oferece uma Terceira Via – como, por exemplo, o socialismo-liberal. Por fim, existem também grupos definidos como um movimento “transversal”, “que atravessam os campos inimigos passando indiferentemente de um campo ao outro” (BOBBIO, 1995, p. 41). Portanto, ao reconhecer a complexidade do sistema político nas sociedades contemporâneas e as ramificações oriundas da direita e esquerda, isto de maneira nenhuma torna anacrônica a díade, mas a reafirma no meio destes movimentos.

Os sistemas democráticos com partidos numerosos continuam a ser descritos como se estivessem dispostos em um arco que vai da direita à esquerda, ou vice-versa. Não perderam nada de sua força significante expressões como “direita parlamentar”, “esquerda parlamentar”, “governo de direita”, “governo de esquerda”. No interior dos próprios partidos, as várias correntes que disputam o direito de dirigir segundo os tempos e as ocasiões históricas costumam se chamar com os velhos nomes de “direita” e “esquerda” (BOBBIO, 1995, p. 63-64).

E continua:

Não deve surpreender que, em um universo como o da política, constituído de modo eminente por relações de antagonismo entre partes contrapostas (partidos, grupos de interesses, facções e, nas relações internacionais, povos, pessoas, nações), o modo mais natural, simples e mesmo comum de representar aquelas relações seja uma díade ou uma dicotomia [...]. A própria categoria da política é representada, e uma bem conhecida teoria, pela díade “amigo-inimigo”, que resume em nível da mais alta abstração a ideia da política como espaço do antagonismo (BOBBIO, 1995, p. 66).

Para defender a legitimidade do par direita-esquerda e distinguir uma da outra, Bobbio (1995) utiliza a postura que os homens organizados em sociedade assumem diante do ideal de igualdade. Segundo o autor, a esquerda acredita que a origem da desigualdade é social, portanto, eliminável; a direita parte da convicção oposta, que as desigualdades sociais são naturais e, por isso, inelimináveis. Ao tratar a desigualdade como elemento central para a distinção, isso explicaria o porquê de os movimentos ligados ao feminismo, coletivos negros e de temáticas

LGBTQ+, por exemplo, serem associados à esquerda do espectro político. Por sua vez, a direita está mais disposta a conservar aquilo que é natural, ou seja, o habitual, a tradição e a força do passado. Bobbio (1995, p. 100) também ressalta a diferença entre ser igualitário e igualitarista, sendo este uma visão utópica. Segundo o autor, a doutrina igualitária pretende reduzir as desigualdades sociais e a tornar menos penosas as desigualdades naturais; “outra coisa é o igualitarismo, quando entendido como igualdade de todos em tudo”.

Além da díade direita-esquerda, Bobbio (1995) discute também o conceito de liberdade e autoridade. Se a questão diante da igualdade distingue a direita da esquerda, a postura frente à liberdade é o que vai contrapor extremistas e moderando em cada um dos dois campos. Para Bobbio (1995, p. 57), a contraposição extremismo-moderantismo está ligada aos métodos, já a antítese direita e esquerda está ligada aos fins. Assim, os extremistas de ambos os lados tendem a se encontrar e tem em comum a antidemocracia, ou seja, “mantêm sob suspeita a democracia, inclusive do ponto de vista das virtudes que ela alimenta e das quais necessita para sobreviver”. Sobre a relação igualdade/liberdade, Scheffer (2014) também lembra que é comum a esquerda priorizar pela igualdade em detrimento da liberdade, que para a direita deve ser conservada, mantendo as desigualdades entre os homens como algo natural.

Outro importante teórico sempre trazido para discutir os conceitos clássicos destas duas ideologias políticas é o sociólogo britânico Anthony Giddens (1996). O autor concorda com Bobbio sobre a legitimidade da distinção e também a respeito da centralidade da igualdade para diferenciar o par direita/esquerda. “No todo, a direita aceita melhor a existência de desigualdades do que a esquerda, e está mais propensa a apoiar os poderosos do que os desprovidos de poder” (GIDDENS, 1996, p. 284). Para o autor, a direita neoliberal passou a defender o maior domínio do mercado e aceita a desigualdade, até certo ponto, como motivadora econômica. A esquerda considera o modelo de livre mercado produtor de uma sociedade desigual e apoia projetos como a previdência e políticas públicas.

Também achamos interessante trazer para a discussão a proposta feita por Silva (2014, p. 153) para conceituação teórica sobre esquerda e direita. De acordo com o autor, o modelo proposto por Bobbio (1995) é sólido e apresenta uma série de reflexões sobre o tema, mas, ao focar apenas na posição frente à questão da igualdade e desigualdade, pode soar majoritariamente econômico, não sendo o suficiente para caracterização da dicotomia. Silva (2014) parte da perspectiva weberiana para definir, primeiramente, a noção do Estado nas sociedades, considerando a “comunidade humana que, dentro dos limites de um determinado território – a noção de território corresponde a um dos elementos essenciais do Estado – reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física” (WEBER, 2011, p. 56). Ou seja, a caracterização do

Estado se dá por meio da dominação do homem sobre o homem, no qual a violência é um instrumento legítimo. Ao adotar esse ponto de vista, admite-se então a ideia de Círculo de Poder, no qual a sociedade está dividida entre grupos detentores ou não do poder.

A partir disto, o próximo passo é compreender a esquerda e a direita como atores de movimento sociais políticos dentro do Estado. “Considera-se aqui movimento social político qualquer forma de organização que pretenda exercer influência sobre a composição do círculo de poder estatal e sobre suas decisões, sejam elas econômicas ou ligadas aos valores da sociedade” (SILVA, 2014, p. 154). Um movimento social político pode ser uma organização de trabalhadores, artistas, cientistas e acadêmicos, por exemplo. Desta forma, o ponto-chave, segundo Silva (2014), para compreender direita e esquerda é identificar o que qualifica um movimento social de cada tipo, ou seja, distinguir sua essência. O autor também ressalta que a existência de grupos sociais só é possível em sociedades em que o Estado existe.

Desta forma, em um Estado no qual se estabelecem Círculos de Poder surge, então, a noção de representação, no qual os movimentos sociais buscam o empoderamento de grupos que pretendem representá-los. Assim, os movimentos sociais de esquerda representam os grupos sociais sub-representados nos círculos de poder e procuram ampliar sua representação, como o movimento operário, LGBTQ+, negro e feminista. Os movimentos de direita buscam representar, ou até mesmo reforçar, aqueles que já estão devidamente representados dentro de grupos de poder, como “movimentos nacionalistas, tradicionalistas, que invoquem o direito natural, de base religiosa ou que defendam a estratificação social, seja por nascimento ou por meritocracia” (SILVA, 2014, p. 155).

Para Silva (2014), qualquer sistema que exista a figura do Estado haverá grupos sobrerrepresentados e aqueles que são sub-representados. O autor lembra que para existir uma representação de todos os grupos, uma representação perfeita, é preciso que todos os movimentos sociais tenham representação nas esferas de poder, o que seria uma visão utópica, devido à quantidade de aspecto que uma população pode ser classificada. Os movimentos de “empoderamento” e de preservação do *status quo* nas esferas de poder referem-se tanto a questões econômicas como morais.

Silva (2014) utiliza Clastres (2013) para fazer uma observação sobre a formação e deslegitimação do Estado. De acordo com o antropólogo francês a “emergência [do Estado] sancionaria a legitimidade de uma propriedade privada previamente surgida, e o Estado seria o representante e o protetor dos proprietários” (CLASTRES, 2003, p. 221). Depreende-se então que o surgimento da propriedade privada foi a força motor para a formação da figura do Estado, e a abolição da propriedade privada levaria consequentemente ao fim do Estado.

Seguindo esse raciocínio, Bobbio (1995) explica que, para a esquerda histórica, a propriedade individual, ou o “terrível direito”, tornou-se um dos maiores obstáculos para a igualdade entre os homens. A discriminação entre ricos e pobres foi introduzida pela perpetuação da persistência do direito tido como inalienável à propriedade individual. “A luta pela abolição da propriedade individual, pela coletivização, ainda que não integral, dos meios de produção, sempre foi, para a esquerda, uma luta pela igualdade, pela remoção do principal obstáculo para a realização de uma sociedade dos iguais” (BOBBIO, 1995, p. 122). Para o autor, são igualitários e coletivistas todos os partidos que nascem de matriz marxista.

De acordo com Silva (2014), o movimento socialista é o único movimento de esquerda de natureza necessariamente revolucionária, no qual entende por revolução “um amplo e súbito movimento de alocação de grupos sub-representados nos círculos de poder, feita em detrimento dos grupos ocupantes desses círculos” (SILVA, 2014, p. 158). O movimento é caracterizado pela constituição de um modelo na qual os círculos de poder são monopólios da classe proletária. Como explica Marx (1971):

Entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista situa-se o período de transformação revolucionária de uma na outra, a que corresponde um período de transição política em que o Estado não poderá ser outra coisa que não a ditadura revolucionária do proletariado (MARX, 1971, p. 31).

Assim, a meta do socialismo seria implantar a “ditadura do proletariado”, compreendida como período de transição entre a sociedade capitalista e a comunista, na qual prevalecerá a coletivização dos meios de produção, fim das classes sociais, acesso universal aos bens de consumo e a abolição da ordem jurídica estatal. Por fim, salvo estas últimas considerações, segue o resumo da proposta de conceituação teórica de Silva (2014, p. 155) a respeito do par direita/esquerda:

1) há um Estado e, conseqüentemente, alguns detentores do poder; 2) são organizados movimentos sociais, buscando alterar ou preservar a composição e decisões do grupo que detém o poder; 3) aqueles movimentos que buscam empoderar os sub-representados são os movimentos de esquerda, e os que buscam salvaguardar ou ampliar o poder daqueles já devidamente representados são os movimentos de direita.

Ao analisar ideologias políticas na contemporaneidade, Scheffer (2014, p. 5) traz a discussão feita por Fukuyama (1992) em seu livro *O fim da história e o último homem* que, segundo este cientista político, “verificada a derrota de todas as alternativas políticas à democracia liberal, segundo ele presenciamos o estágio mais avançado na progressão das sociedades humanas”. Segundo Fukuyama (1992 *apud* SCHEFFER, 2014), o fim da URSS, que tirou o referencial do movimento comunista e deixou parte da esquerda perdida teórica e praticamente,

além da derrocada dos regimes totalitários, como o nazismo e o fascismo, e o colapso das ditaduras militares, tornaram o capitalismo e a democracia liberal burguesa o ponto culminante da evolução humana, ou seja, a humanidade atingiu o “coroamento” já no século XX.

O Liberalismo fundado no terreno político na democracia burguesa e no terreno econômico no direito de livre atividade econômica, é o que se sobressai sobre todos os demais sistemas e ideologias concorrentes. As propostas que se contrapõem estariam na defensiva e representariam o conservadorismo e o atraso (FUKUYAMA, 1992 *apud* SCHEEFFER 2014, p. 5).

Apesar das ideias apresentadas, Scheefffer (2014) também concorda com Bobbio (1995) e pondera que a ascensão do capitalismo sobre a antiga URSS e dos regimes socialistas não são o suficiente para tornar os termos direita e esquerda ultrapassados e sem significação. Para o autor, a dicotomia vai muito além da bipolaridade capitalismo/socialismo, que orientou a ordem mundial durante a Guerra Fria, e que o fim dela não significa o fim da díade, pois os princípios característicos da esquerda, como igualdade e a justiça social, por exemplo, não se restringem apenas aos governos socialistas. “Sendo o capitalismo predominante praticamente no mundo inteiro, somos obrigados a pensar a dicotomia esquerda-direita de uma forma diferente” (SCHEEFFFER, 2014, p. 6).

De um lado, em prol da justiça a "nova esquerda" abandona o objetivo inicial de abolir o capitalismo e, em vez disso, se contenta em reformá-lo ou "humanizá-lo" por meio de um Estado interventor. Por outro, privilegiando a liberdade individual, o neoliberalismo passa a ser a roupagem da "nova direita", que acreditando nas benesses do mercado defende um Estado mínimo (SCHEEFFFER, 2014, p. 7).

Outra divergência apontada por Scheefffer (2014) para diferenciar a díade são as causas e formas de se combater a criminalidade. A direita considera a culpabilização exclusiva do agente transgressor. A criminalidade é vista como oriunda das escolhas dos indivíduos, pois compartilham a ideia de igualdade de oportunidade alicerçada na ideologia do mérito individual. A esquerda compreende a mesma como decorrência de um sistema social perverso, frutos de uma patologia social, e que condições não só materiais, mas também simbólicas, explicam por que determinados grupos tornam-se bem-sucedidos ou condenados ao fracasso desde o berço. Essas diferenças sobre a compreensão da criminalidade tornam, até o hoje, polêmico o debate sobre a redução da maioria penal e a pena de morte – a direita tende a ser a favor, e a esquerda contra.

Scheefffer (2014, p. 8) elabora um quadro de forma sucinta com questões clássicas que diferem esquerda e direita, com foco na divergência em relação à intervenção social e econômica:

Figura 1 – Divergências em relação a temas ligados às ideologias clássicas

Esquerda	Direita
A intervenção econômica deve se dar sempre que se julgar necessário.	O Estado deve se abster de questões econômicas já que o mercado se auto-regula como se houvesse uma "mão invisível" orientando esse processo.
A pobreza se dá, sobretudo, por desigualdade de oportunidades. Enquanto problema social, pode ser atacado via programas sociais ou superação da ordem no caso de uma esquerda mais radical.	A pobreza em sua essência é tida como falta de esforço. Dessa forma, sempre existirão ricos e pobres, pessoas mais e menos esforçadas.
A criminalidade pode ser explicada, essencialmente, pela inserção em um contexto social que oferece desigualdade de oportunidades.	A criminalidade é fruto de escolha dos indivíduos, ou seja, de responsabilidade individual dos sujeitos envolvidos.
A carga tributária deve ser extensiva para financiar o Estado e oferecer serviços de qualidade para os que precisarem.	Os tributos são maléficos pois sobrecarregam as empresas e desfavorecem o crescimento econômico.
Defesa de uma ampla legislação trabalhista que normatize o mundo do trabalho.	O mercado de trabalho deve ser desregulado visto que o mercado auto-regula as relações trabalhistas.
Os serviços, sobretudo aqueles estratégicos, devem ser oferecidos pelo Estado.	Buscando diminuir o tamanho do Estado uma boa estratégia é passar para a iniciativa privada serviços que são estatais (privatização).

Fonte: SCHEEFFER (2014, p. 7).

Scheefffer (2014, p. 9) também explica que estamos presenciando a transição das sociedades industriais para as pós-industriais. “Nas sociedades industriais as divisões de classe eram relativamente mais claras, por exemplo, o que contribuía para a estruturação do processo político, sistema partidário, competição entre grupos de interesse e o próprio debate ideológico”. Já nas sociedades pós-industriais, as questões materiais ou de sobrevivência estão tornando-se secundárias, pois os indivíduos estão manifestando maior interesse por questões “pós-materiais”, como o feminismo, o ecologismo, o fundamentalismo religioso e o multiculturalismo, por exemplo. Essas mudanças representaram transformações profundas no mundo do trabalho, nas relações de gênero e de orientações sexuais, no campo religioso e no campo político. Desta forma, a dimensão direita/esquerda acomodou novas questões e padrões de competição.

Para o autor, as “novas ideologias” diferem das clássicas por diferentes questões, sendo três principais: a) houve uma mudança de enfoque da economia para a cultura. Ideologias como o Liberalismo e Socialismo, por exemplo, se ocupavam de questões econômicas. Diferente das novas ideologias que estão mais ligadas aos valores, crenças e estilos de vida das pessoas; b) em segundo lugar, o termo classe social passou a ser substituído por pautas identitárias. “Falar em identidade é vincular o pessoal ao social. Não se nega o contexto cultural, social e ideológico, ao mesmo tempo em que se leva em consideração a possibilidade de escolha e autodeterminação (individualização)” (SCHEEFFER, 2014, p. 10); c) por fim, o universalismo dá lugar ao individualismo, ou seja, fatores como gênero, etnia e cultura ganham destaque junto com a “política da diferença” e declina a política de emancipação universal.

Um dos movimentos sociais mais importantes do século XX foi o feminismo. Com o objetivo de fortalecer o papel social das mulheres, o movimento parte do princípio de que as mulheres vivem em desvantagem em relação aos homens. A esquerda se engajaria na luta por mais igualdade. Por outro lado, a direita tenderia a considerar natural e inevitável o patriarcado, defendendo um “homem público” e uma mulher particular, mãe e esposa; ou, na melhor das hipóteses, “os conservadores argumentam que apoiam a igualdade social visto que as responsabilidades familiares são tão importantes quanto os deveres públicos dos homens. Seriam as mulheres então, iguais, mas diferentes” (SCHEEFFER, 2014, p. 11).

Outra “nova” ideologia política apontada por Scheefffer (2014) é o ecologismo, no qual se caracteriza por acreditar que a natureza é um todo inter-relacionando incluindo seres humanos, não-humanos e objetos inanimados. Diante desse contexto, as ideologias políticas divergem sobre a origem da crise ambiental contemporânea e de como dar conta da problemática ecológica. Para a direita, a natureza é vista como recurso para satisfazer as necessidades do homem. Assim, “mesmo travestida do conceito de desenvolvimento sustentável tem um enfoque claramente desenvolvimentista aliado à boa administração dos recursos naturais [...] Por isso, raras vezes questiona o domínio humano sobre ela” (SCHEEFFER, 2014, p. 12). Por sua vez, a esquerda defende uma maior participação do Estado na regulação do uso dos recursos naturais, na proteção ambiental e para resolver conflitos entre interesses individuais e coletivos. Desta forma, a crise ambiental é consequência da lógica predatória de produção capitalista que gera um estilo insustentável de desenvolvimento.

Scheefffer (2014) também destaca o fundamentalismo religioso como mais uma das novas ideias do mundo contemporâneo. De acordo com o autor, o fundamentalismo defende uma sintonia entre religião e política, na qual a religião se apresenta como “mundana”, sendo possível sua participação na política. O fundamentalismo religioso reconhece determinados “princípios” como verdades, fazendo com que se vire contra o mundo moderno. A “nova direita cristã” é formada por grupos preocupados com questões morais e sociais que pretendem estabelecer uma cultura cristã na sociedade (HEYWOOD, 2010 *apud* SCHEEFFER, 2014).

No caso brasileiro Marco Feliciano e Jair Bolsonaro passam a ser representantes de uma direita conservadora que em nome da defesa da família abomina tudo aquilo que direta ou indiretamente fere a tradição, o discurso religioso, justificando assim iniciativas como propor uma “cura gay” ou o combate ao casamento entre pessoas do mesmo sexo. Nas palavras de Almeida (2001), para a direita a homossexualidade não é bem visto já que abala os valores que regem a vida social. Para a esquerda, ao contrário, os direitos dos homossexuais devem ser reconhecidos, visto que suas *opções sexuais* [orientações] não causam danos a terceiros. São temas vinculados a esse ideário ainda a não aceitação do aborto e da legalização da maconha (SCHEEFFER, 2014, p. 13).

Por fim, Heywood (2010), trazido por Scheeffer (2014), traz o multiculturalismo como mais uma nova temática contemporânea que causa divergência entre a direita e a esquerda. Para Heywood (2010), o multiculturalismo não chega a ser uma ideologia em si, mas uma arena de discussão na qual grupos com “divergências em torno das consequências da crescente diversidade cultural e a possibilidade da diversidade dentro da unidade” (SCHEEFFER, 2014, p. 13). Em nome da defesa dos direitos multiculturais e das minorias, a esquerda defende uma “discriminação positiva” para assegurar políticas públicas, acessos de bens e serviços a grupos marginalizados. Por sua vez, a direita se opõe ao multiculturalismo por acreditar que valores compartilhados e uma cultura comum são essenciais para o bom andamento da sociedade.

Sem pretensão de reduzir em um quadro todos os temas contemporâneos, o quadro abaixo apresenta um panorama geral e explicativo de questões que dividem a direita e a esquerda nos dias de hoje:

Quadro 1 – Divergências em relação aos novos temas

Esquerda	Direita
Descriminalização do aborto.	Aborto ilegal.
Liberação do uso da maconha.	Uso ilegal da maconha.
Legalização da união entre pessoas do mesmo sexo.	Proibição da união matrimonial de duas pessoas do mesmo sexo.
Defesa de ações afirmativas para grupos considerados desprivilegiados.	Ações afirmativas tidas como medidas discriminatórias.
Prioridade para a problemática ambiental.	O uso restrito da natureza impede o crescimento econômico.
Religião menos importante.	Religião mais importante.

Fonte: Adaptado de Almeida (2001).

Fonte: SCHEEFFER (2014, p. 15).

Para finalizar o debate teórico a respeito dos conceitos de direita e esquerda, trazemos a conclusão de Bobbio (1995) sobre a relação que os dois termos têm entre si. Segundo o autor, só existe uma direita à medida que também existe uma esquerda, “[...] as duas partes continuam a existir simultaneamente e a extrair cada uma delas a própria razão de ser da existência da outra, mesmo quando uma ascende na cena política e a outra desce” (BOBBIO, 1995, p. 44). Agora, o próximo passo para entender o Bolsonarismo e o surgimento da Nova Direita no Brasil é, primeiro, reconhecer como a direita e a esquerda se configuraram na esfera política brasileira, sobretudo, como são classificados os partidos políticos tradicionais.

2.2 Panorama sobre Direita e Esquerda no Brasil pós-redemocratização

Desde a redemocratização com o fim do regime militar, o Brasil dispõe de um

sistema multipartidário altamente fragmentado com, atualmente, 33 partidos políticos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE)¹⁰. Um levantamento feito pelo jornal Folha de S. Paulo¹¹ mostrou que a Câmara dos Deputados de 1986 possuía 12 partidos, 3,1 partidos efetivos¹² e com a bancada dos três maiores partidos compreendendo 84,4% do total. A partir do resultado no primeiro turno das eleições de 2018, o Brasil passou a ter maior fragmentação desde a redemocratização, com 30 partidos presentes na Câmara dos Deputados, 16,40 partidos com poder efetivo e com os três maiores partidos resultando 28,20% das legendas totais; um recorde mundial, perdendo apenas para Papua Nova Guiné.

Em uma pesquisa publicada pela Universidade de Gotemburgo¹³, na Suécia, mostrava que já em 2016 o Brasil liderava o ranking com maior número de partidos com força política na Câmara em um conjunto de 110 países monitorados. A pesquisa comparativa utilizou dados referentes a 2011. Segundo o Instituto de Qualidade de Governo da universidade, o número de partidos políticos com poder de influência do país era 11. A média mundial era 4,1. Para efeitos de comparação, considerando números arredondados, a Índia tinha 8; a Argentina, 7; a Alemanha, 6; o México, 4; e os Estados Unidos, 2, os tradicionais partidos Democrata e Republicano. Na época, já existia consenso que o número de partidos influentes subiria ainda mais nos próximos anos.

Os dados apresentados mostram uma hiperfragmentação das legendas partidárias, que dificulta a necessidade de conciliar múltiplos interesses e pensamento diferentes, além de trazer instabilidade para a gestão da coalizão presidencial. Maciel, Alarcon e Gimenes (2018) explicam que a grande quantidade de partidos políticos não significa que o apoio eleitoral é plural e que o grande número de partidos acaba dificultando o conhecimento sobre eles, o que gera problemas de *accountability* e também sobre a qualidade da representação.

Gimenes (2017) destaca alguns pontos que assinalam a conjuntura do baixo grau de institucionalização das legendas partidárias, tais como o personalismo político, a desconfiança do eleitorado com relação aos partidos, a alta volatilidade eleitoral, a migração partidária, a fragilidade dos partidos, a ineficácia das instituições políticas, os clãs regionais e famílias no poder, as denúncias de corrupção e a proximidade dos programas partidários. A complexa estrutura institucional dificultaria o fortalecimento dos partidos políticos, enquanto sua alta fragmentação e pluralismo gerariam

¹⁰ Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Partidos políticos registrados no TSE, 2019. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>>. Acesso em: 28 maio 2019.

¹¹ Fragmentação de partidos, recorde, é aberração mundial. Folha de S.Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/fragmentacao-de-partidos-recorde-e-aberracao-mundial.shtml>>. Acesso em: 28 jul. 2019.

¹² O índice leva em consideração o número total de cadeiras na Câmara dos Deputados e a quantidade de parlamentares por legenda, depois calculou-se o número de partidos que têm votos suficientes para influenciar o resultado das votações.

¹³ Brasil lidera índice internacional em número de partidos - o que isso significa para a crise? BBC, 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36627957>>. Acesso em: 07 jan. 2019.

dificuldade entre os eleitores para reconhecerem e se afeioarem aos partidos políticos, de modo que haveria causas individuais e contextuais que explicariam o baixo partidatismo no país (MACIEL; ALARCON; GIMENES, 2018, p. 74).

A partir de 1979, o regime militar extinguiu o bipartidarismo - Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) - e instaurou o pluripartidarismo moderado, pois o MDB, partido de oposição aos militares, estava se fortificando com o eleitorado e dificultando a manutenção do ARENA como predominante no Congresso, e por isso, surgiu uma necessidade de um realinhamento partidário. Assim cinco legendas foram criadas: Partido Democrático Social (PDS), sucessor da ARENA; Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), sucessor do MDB; Partido Popular (PP); Partido Democrático Trabalhista (PDT); e o Partido dos Trabalhadores (PT). Com a redemocratização em 1985, a nova Constituição Federal possibilitou de forma mais simples a criação de novas legendas. “Em 1991 havia mais de quarenta partidos registrados junto ao TSE, de modo que desde a primeira década pós-redemocratização o sistema partidário se caracterizou por uma alta fragmentação, combinada com a ausência de maiorias parlamentares unipartidárias” (MACIEL; ALARCON; GIMENES, 2018, p. 77). Gimenes (2017) explica que, no caso brasileiro, com a retomada do pluripartidarismo a partir do final dos anos 70, houve a criação e a extinção de dezenas de partidos políticos, como também muitas das legendas sofreram alterações em suas nomenclaturas ou foram substituídas por outras novas, com a mesma base.

De acordo com Abranches (1998, p. 7), o grande crescimento do número de legendas deve-se à grande diversidade e substancial complexidade alcançada pela estrutura econômica na pós-redemocratização, marcada pela heterogeneidade e profundas desigualdades sociais. “Daí resultaram maiores amplitude e pluralidade de interesses, acentuando a competitividade e o antagonismo e alargando o escopo do conflito, em todas as suas dimensões”. Assim, para contemplar o presidencialismo, o bicameralismo e o pluralismo partidário presentes no contexto político brasileiro é preciso instaurar o que o autor chamou de “presidencialismo de coalização”, ou seja, o poder Executivo precisa negociar com os demais partidos para criar uma base aliada no Legislativo que permita criar uma coalização que possibilite a sua governabilidade.

No contexto recente, com o grande número de legendas partidárias e a dificuldade de diferenciá-las por parte do eleitorado são recorrentes os argumentos sobre a homogeneização dos partidos; além de uma aproximação dos partidos em relação ao centro, a fim de evitar posições extremas, como mostram as pesquisas de Borba, Gimenes e Ribeiro (2015) e Ribeiro e Bolognesi (2017), respectivamente, apontados por Maciel, Alarcon e Gimenes (2018).

Também não podemos nos esquecer da conformidade em relação à difícil percepção dos eleitores sobre as bandeiras que os partidos defendem. A dificuldade de uma parte do eleitorado de identificar e diferenciar os partidos políticos, por exemplo, ficou latente a partir da onda de protestos de junho de 2013, quando, em razões distintas daqueles que mobilizaram as manifestações, alguns grupos começaram a manifestar discursos e atitudes violentas em nome do antipartidarismo (SINGER, 2013).

Apesar da desconfiança e incapacidade de diferenciar os diversos partidos políticos brasileiros por parte dos eleitores, estudos recentes mostram que é preciso relativizar a noção de homogeneização das legendas, como apostam as pesquisas de Tarouco e Madeira (2015), Scheeffler (2014) e Maciel, Alarcon e Gimenes (2018). De acordo com estes estudos, apesar do que já foi verificado por parte da população, a elite política legislativa brasileira possui clareza em relação aos seus posicionamentos e a ideologia partidária, sendo possível posicionar os partidos em uma escala Esquerda-Direita (E-D). Tarouco e Madeira (2013) explicam que existem vários métodos para localizar partidos dentro do espectro direita e esquerda, mas os mais comuns são a imagem que a opinião pública constrói sobre a legenda, a avaliação dos especialistas, além da atuação dos próprios partidos e atuação dos próprios parlamentares. É importante lembrar que cada um destes métodos apresentados possuem ressalvas e limitações, principalmente na aferição dos resultados, mas que não serão detalhados aqui, já que não são os objetivos desta pesquisa.

No Brasil, um extenso rol de estudos tem focado na observação entre as ideologias político-partidárias e o comportamento dos atores político, como aponta Scheeffler (2018), seja analisando a composição social dos partidos (RODRIGUES, 2002; MARENCO; SERNA, 2007), as pesquisas de opinião de parlamentares (ROMA, 2006; MELO; CÂMARA, 2012), a análise dos manifestos partidários (TAROUCO, 2011) e o comportamento parlamentar (KINZO, 1990; 1993; FIGUEIREDO; LIMONGI, 1995; LEONI, 2002).

Para compreender a localização dos partidos dentro do campo ideológico, Maciel, Alarcon e Gimenes (2018) fizeram um estudo comparativo utilizando dados da Pesquisa Legislativa Brasileira (PLB) coletados em 2013, referentes a 54^a legislatura (2011-2014), que investigam como os atores políticos se percebem dentro do espectro direita e esquerda, e de *surveys* realizados com cientistas políticos entre 2007 e 2010, sistematizados por Tarouco e Madeira (2015). A dupla de autores considera o método adequado, pois se trata de um julgamento feito por especialista no assunto, porém Maciel, Alarcon e Gimenes (2018, p. 8) ressaltam as limitações dos *experts surveys*, “uma vez que são aplicados em contextos específicos e que estão sujeitos a julgamentos individuais e a uma polarização ‘artificial’, pois

alguns respondentes podem buscar ‘preencher’ toda a escala ideológica”. Sendo assim, o trio de autores reforça a presença do autoposicionamento ideológico dos parlamentares em seu estudo comparativo.

Sobre tal aspecto, Zucco Junior (2011) observa que, de modo sumário, considera-se que cada partido tenha uma posição ideológica “real” que não é observável pelos analistas, pois os legisladores podem interpretar a escala de respostas de maneira distinta dos experts acadêmicos. Nesse sentido, as preferências e o posicionamento declarados pelos próprios parlamentares nos informariam com maior precisão sobre tal distribuição das legendas no espectro ideológico e serviria como base à interpretação de dados a esse respeito. Ademais, a racionalização oferecida pelos próprios congressistas teria um significado notável para a atividade legislativa (MACIEL; ALARCON; GIMENES, 2018, p. 10).

Ao analisar a PLB 2013, Maciel, Alarcon e Gimenes (2018) ressaltam que 29,7% dos legisladores não responderam à questão sobre a identidade ideológica, o que ainda mostra uma alta taxa de abstenção por partes dos legisladores quando questionados sobre o tema. Os pesquisadores também verificaram que a posição dos parlamentares destoa parcialmente dos especialistas quanto à ocupação do espectro à direita. Isso porque muitos parlamentares não classificaram seus posicionamentos como de direita, sendo a maior média atingidas pelos Democratas (DEM), considerado um partido de centro-direita. De modo geral, os pesquisadores identificaram a tendência, por parte dos legisladores federais brasileiros, de posicionarem-se mais ao centro campo ideológico, com pretensões à esquerda.

Para explicar a “fuga” dos parlamentares do campo mais à direita do espectro e a preferência das bandeiras partidárias em direção ao centro, o centrismo, Pierucci (1987) afirma que no Brasil existiria um certo receio dos partidos e atores políticos de se posicionarem como de direita, pois poderiam se associados a apoiadores da ditadura militar. Por isso, era mais vantajoso para esses agentes se apresentarem como representantes de posicionamentos “centristas”, em detrimento de posições radicais ou extremas. Tal atitude levou o autor a denominar esse fenômeno como a “direita envergonhada”.

No Brasil da transição democrática, para os políticos que dependem da aprovação das urnas, à luz dos cálculos racionais de custos e benefícios certamente não é muito aconselhável confessar-se de direita. Pior ainda de extrema direita [...]. Esta vergonha de si, esta má consciência da direita só faz dificultar os trabalhos de decifração e deslizar a informação (PIERUCCI, 1987, p. 13).

De modo geral, ao comparar os três *surveys* proposto para a pesquisa, Maciel, Alarcon e Gimenes (2018) verificaram posições próximas aos agrupamentos de partidos que se localizam no campo à esquerda tanto pelos especialistas como o autoposicionamento dos parlamentares. Há um posicionamento claro entre os dois grupos em relação ao Partido dos Trabalhadores (PT) à esquerda do campo ideológico, do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e

do Partido Democrático Trabalhista (PDT) como centro-esquerda; e do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB) como extrema esquerda. Já em um segundo grupos de partidos foram encontradas incongruências entre as visões dos especialistas e dos parlamentares. Os cientistas políticos classificaram o Partido Popular Socialista (PPS), o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) como legendas de centro-direta. Porém, os parlamentares do primeiro partido se localizaram mais à esquerda no questionário, e os dos dois últimos como centro-esquerda. Também é preciso destacar o posicionamento do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB - hoje, apenas MDB): para os especialistas, a sigla estaria acomodada à direita; mas os seus parlamentares posicionaram-se minimamente à esquerda, tornando evidente a preferência pelo centro. Por fim, o Partido Social Cristão (PSC), o Partido Progressista (PP) e o DEM são identificados como partidos de direita pelos dois conjuntos de especialistas, ao passo que os seus parlamentares se identificam como centro-direta.

Contudo, é válido lembrar que, apesar de ser uma pesquisa comparativa publicada em 2017, os pesquisadores utilizaram dados de 2007 e 2010, referentes aos *surveys* dos especialistas, e de 2013, como a PLB. Por isso, é preciso destacar o avanço de setores ligados à direita no cenário político brasileiro atual, principalmente, a partir das manifestações de junho de 2013, com pautas conservadoras e posicionamentos radicais, o que pode alterar as próximas edições da PLB e as futuras pesquisas de identificação ideológica de parlamentares e siglas partidárias.

Para Scheeffler (2018), a análise do comportamento efetivo dos parlamentares é um dos métodos mais importantes para verificar o posicionamento dos seus partidos dentro do quadro Esquerda-Direita, visto que é a ação política que se apresenta como mais relevante na hora de identificar a ideologia partidária. Para isso, Scheeffler (2018) investigou um conjunto de votações nominais ocorridas durante o governo Dilma Rousseff (2011-2016) nas Câmaras dos Deputados, a partir de 24 votações nominais no período, sejam temas ligados a assuntos tradicionais, como maior ou menor intervenção do Estado na economia, ou aos novos temas, sobre questões pós-materialistas, que fazem parte do debate contemporâneo, tal qual afirma Heywood (2010). A pesquisa analisou o posicionamento em plenária dos 18 partidos mais influentes do cenário nacional: PSOL, PT, PCdoB, PDT, PPS, PV, PSB, PROS, PR, PRB, PSC, PTB, PSDB, MDB (ex-PMDB), DEM, PP, PSD e SD.

Embora a avaliação de especialistas seja o método mais comum de inserção dos partidos em uma escala E-D, muitos se atêm ao estudo dos manifestos ou então a análise de entrevistas e questionários aplicados aos atores políticos, sendo que, nos dois casos, há uma categorização que permite alocar os partidos em um ou outro lado.

Em relação aos programas partidários, analisados de forma isolada podem simplesmente se apresentar enquanto de propostas bem-vindas para a maioria dos eleitores, sem condizer necessariamente com a atuação parlamentar dos membros do partido. Em relação ao questionamento aos atores políticos, pode se supor que um parlamentar com uma mínima sofisticação política consiga decifrar facilmente o que o aplicador quer ler ou ouvir, sem necessariamente, como no caso anterior, agir de forma espelhada. Diante disso, a análise do comportamento efetivo é um dos métodos mais importantes para verificar o posicionamento dos partidos no espectro ideológico visto que constata, no fim das contas, aquilo que se demonstra mais relevante: a ação política (SCHEEFFER, 2018, p. 120-121).

De acordo com os dados analisados, Scheefffer (2018) também aponta o PSOL como o partido mais à esquerda do espectro político. Outro dado que o autor destaca é o posicionamento não ideológico do Partido dos Trabalhadores (PT) em assuntos que envolvem impacto financeiro, pois apesar de ser um partido de esquerda, “quando estão em jogo recursos financeiros robustos, seja onerando significativamente ou então gerando receita vultosa ao Executivo federal, o posicionamento estratégico (governo/oposição) se sobressai” (SCHEEFFER, 2018, p. 135). Assim, ao assumir medidas como o pacote de ajuste fiscal pelo governo, para equilíbrio das contas públicas, que se mostra muito mais ligados às pautas da direita, prevalece o PT governo, e não o PT esquerda.

A pesquisa também demonstrou que o PDT e PPS estão logo à direita do PCdoB, porém as suas posições em relação aos novos temas os empurram mais para o centro. PROS, PR e PRB praticamente estão alocados no centro, embora em outras classificações estejam localizados na direita. Scheefffer (2018) também destaca que, diferente do que se poderia imaginar, o DEM não é o partido mais à direita do espectro político. O Democratas pontuou uma posição análoga ao PSDB. Partido como o PP, PSD e SD são as siglas mais à direita do espectro político. A respeito da polarização a nível federal entre o PT e o PSDB, há mais de 20 anos, Scheefffer (2018) apontou uma grande discrepância, principalmente em relação aos “novos” temas. Apesar de se localizar mais à esquerda do que o MDB, ambos os partidos estão mais próximo da direita do que do centro. Já em relação ao MDB, o partido se encontra mais à direita que o PSDB e mais à esquerda em relação ao DEM.

Por fim, Scheefffer (2018) comparou também a sua pesquisa com o *survey* elaborado por Tarouco e Madeira (2015), aplicado aos cientistas políticos no Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) em 2010. Os especialistas classificaram os partidos em uma escala de 1 a 7, em que 1 representava a extrema esquerda e 7 a extrema direita. No geral, o autor concluiu que não é possível observar diferenças substanciais entre a classificação da atuação parlamentar e a dos especialistas.

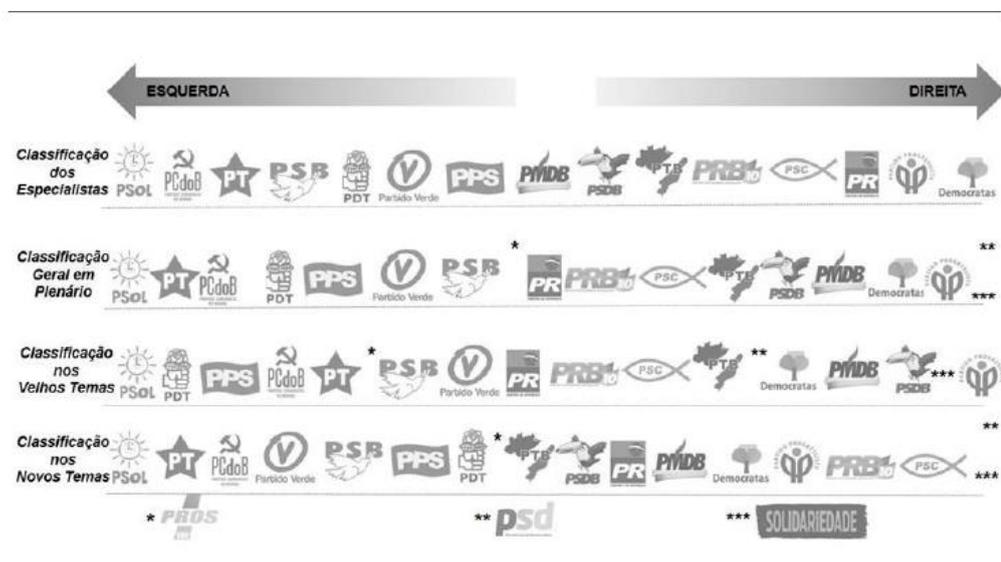
Discretizando os posicionamentos em “velhos” e “novos” temas, percebe-se o quanto que diferentes pautas impactam sobremaneira no comportamento dos partidos.

Levando em consideração o comportamento parlamentar em temas clássicos, PV e PR localizam-se ao centro do espectro político e o PP o mais à direita. De fundamental importância é a localização do PMDB e do PSDB, ambos na extrema direita da escala, só à esquerda do SD e do PP. Em se tratando de “velhos” temas, é possível afirmar que PMDB e PSDB se comportam conforme o que esperaria dos partidos de direita. Em relação ao PSDB, o que foi verificado permite aferir que embora o partido tenha se originado como um partido de centro-esquerda, seu comportamento revela uma aparente adesão à direita, mormente em temas clássicos que nortearam a divisão esquerda e direita.

De forma distinta, em relação aos “novos” temas, o PV aparece à esquerda da escala, com um constatado impacto da postura do partido em temas relacionados ao meio ambiente, e diante outras questões pós-materialistas. Por sua vez, o PSC encontra-se na extrema direita. Assim como a questão ambiental está para o PV, o (neo) conservadorismo em questões de cunho moral e comportamental está para o PSC. O SD foi o partido que se portou de forma mais condizente com o que se esperava dos partidos de direita nos temas contemporâneos. Votou de forma correspondente com uma taxa de adesão bastante significativa (75%) (SCHEEFFER, 2018, p. 137).

Por fim, a partir das considerações de Tarouco e Madeira (2015), Scheeffler (2018) elaborou um quadro geral com os principais partidos do cenário político atual em uma escala E-D, com destaques para a classificação geral em plenário, dos especialistas e sobre os velhos e novos temas:

Figura 2 – Comparação das escalas E-D especialistas *versus* comportamento efetivo



2.3 A nova direita brasileira

Não é apenas na Europa e nos Estados Unidos que é percebido o avanço do sucesso

eleitoral significativo de partidos direitistas nos últimos anos, além do retorno da extrema direita no cenário político, a direita brasileira voltou a crescer e ter forte relevância na arena político-partidária, sobretudo, a partir das eleições de 2014, revertendo o cenário que não era visto desde o final de 1998, sempre com um número em queda de representante na Câmara dos Deputados. Em 2010, os partidos conservadores tinham 36,3% das cadeiras na CD; já em 2014, 43,5%. Segundo Codato, Bolognesi e Roeder (2015, p. 116), em alguns pontos, as correntes da nova direita se alinham a temáticas da velha direita, como o conservantismo moral e as limitações à liberdade individuais – herdeiras diretas da ARENA e do PDS, partidos de sustentação do regime militar - já em outros temas fundamentais, não. “A nova direita brasileira está orientada para conviver com governos de esquerda, fazendo parte de suas coalizões de apoio, e admitir, pragmaticamente, a existência de programas sociais”.

Os governos de Margareth Thatcher (1979–1990), no Reino Unido, e de Ronald Reagan (1981-1989), nos Estados Unidos, marcaram o ápice da direita política nos anos 70 e 80 nos principais países do ocidente. Observou-se uma forte ascensão do discurso reacionário na política, desmontes nas políticas de bem-estar e proteção social para equilíbrio das contas públicas e alocação de recursos para o mercado. No final dos anos 80 e ao longo dos anos 90, o neoliberalismo chegou à América Latina, principalmente no Peru, com Alberto Fujimori; na Argentina, com Carlos Menem; e no Brasil, no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Codato, Bolognesi e Roeder (2015) explicam que, tradicionalmente, o neoliberalismo na Europa e nos Estados Unidos estava ligado a políticas de desregulamentação do Estado e de redução da sua intervenção na economia, ou sua total extinção para setores mais radicais, juntamente com princípios liberais que regem as democracias representativas, embora em menor ênfase em períodos eleitorais. No entanto, os autores ressaltam que, na América Latina, uma velha direita, anterior à direita neoliberal citada anteriormente, assumiu características mais conservadoras, sobre influência do moralismo católico, e com viés autoritário, principalmente, para conter os avanços das agendas reformistas dos movimentos populares nos anos 1960. “O início da sua longa hegemonia foi o golpe político-militar de 1964 no Brasil. Ela se encerrou com o colapso das ditaduras no continente, mas sua influência política, ao menos no Brasil, persistiu por mais uma década” (CODATO; BOLOGNESI; ROEDER, 2015, p. 119). O trio de autores lembra também que parte da sustentação do governo de Fernando Henrique Cardoso veio dessa direita tradicional, inclusive na aprovação da sua agenda neoliberal.

No início dos anos 2000, a América Latina sofreu uma virada político-ideológica com a ascensão dos governos progressistas denominada de “maré rosada” (CODATO;

BOLOGNESI; ROEDER, 2015), com os mandatos de Lula da Silva (2002; 2006) e Dilma Rousseff no Brasil (2010; 2014), de Michelle Bachelet no Chile (2006; 2014), Néstor (2003) e Cristina Kirchner (2007; 2011) na Argentina, José Mujica no Uruguai (2010), Evo Morales na Bolívia (2006), de Rafael Correa no Equador (2007) e, por fim, dos polêmicos Hugo Chávez (1999; 2001; e 2007) e Nicolás Maduro (2012) na Venezuela. Porém, é importante lembrar que muitos pensadores da ciência política diferenciam os governos de esquerdas latino-americanos de “moderados”, com democracias consolidadas, como é o caso do Brasil, Chile e Uruguai, e “radicais”, ou até mesmo de “esquerda populista”, como é o caso da Venezuela, Equador, Argentina e Bolívia (LEVITSKY; ROBERTS, 2011; WEYLAND, 2009 *apud* CODATO; BOLOGNESI; ROEDER, 2015).

Reid (2007) sustenta que o predomínio neoliberal durante duas décadas na América Latina (1980-1990) e as transformações profundas que causou no meio ambiente político e econômico propiciaram o contexto ideal para o surgimento de regimes de centro-esquerda e esquerda preocupados em implementar políticas voltadas à redução das desigualdades sociais no continente [...] Após a “maré rosada” dos anos 2000 na América Latina, a direita tradicional vem aos poucos ressurgindo em alguns países. Essa “velha direita” é muito semelhante à sua homóloga da era conservadora e possui agora uma nova concepção de mundo amplamente baseada nas críticas às reformas e programas sociais e aos direitos de minorias garantidos pelas esquerdas que governam a região (PANIZZA, 2005). Por outro lado, após uma década e meia de controle dos governos pela esquerda, ouvimos, também, algum ruído sobre a ascensão de uma “nova direita” no Brasil, na Argentina e no Chile (CODATO, BOLOGNESI E ROEDER, 2015, p. 118).

De acordo com Miguel (2018), é preciso ter cuidado ao utilizar o termo “nova direita”, pois, segundo o pesquisador, pode induzir à confusão, já que a direita sempre esteve presente no cenário político. O autor utiliza o termo “reemergência” para descrever a visibilidade e relevância significativa de grupos mais à direita do espectro político com discurso conservador ou reacionário no decorrer dos ciclos petistas. Segundo Miguel (2018), a principal estratégia do PT de evitar confrontos acomodou por um longo tempo uma fatia majoritária da classe política que tinha como único objetivo obter vantagens para si mesma. Essa categoria era composta por figuras com trajetórias mais conservadoras e que teve, muitas vezes, atritos com os petistas, pois temiam que o seus programas ocasionassem transformações sociais que poderiam prejudicá-los no futuro, além de que temiam perder espaços para os novos ocupantes do poder, que não faziam parte do seu ciclo. “Ainda sim, para esse setor, a lógica dominante sempre foi se acertar com quem está no governo, para não correr o risco de perder suas benesses” (MIGUEL, 2018, p. 14-15).

Por outro lado, setores mais rígidos e intransponíveis não estavam abertos à acomodação facilmente. Grupos que almejavam ocupar o centro do poder não aceitaram

assumir posições secundária nos governos petistas. Segundo Miguel (2018), dois grupos merecem destaques: 1) as lideranças do PSDB, que se moveram para a oposição, naturalmente, e 2) grupos próximos à extremidade da direita no espectro político, que apesar de todas as moderações do PT, era insuficiente para gerar possibilidades de diálogo.

Eram anticomunistas renitentes, nostálgicos da ditadura militar, alguns fundamentalistas religiosos e uns poucos liberais econômicos extremistas, cuja defesa de um Estado ultramínimo os fazia recusar, por princípio, qualquer forma de política social e para quem o petismo, por mais moderado que fosse, continuava perigosamente intervencionista (MIGUEL, 2018, p. 15).

Porém, Miguel (2018) ressalta que os dois grupos são distintos entre si. O primeiro, apesar do uso do termo “social-democracia”, o PSDB foi criado em meio à Assembleia Nacional Constituinte com o objetivo de agrupar parte mais esclarecida das elites brasileiras, com um projeto de aproximar o Brasil das democracias capitalistas avançadas, e resgatar um projeto centrista que unificaria a oposição à ditadura, porém, o partido teve um deslocamento contínuo para a direita. “Mas o partido mantinha o discurso, ainda que a prática muitas vezes o contradissesse, dos direitos humanos, das liberdades democráticas e da justiça social” (MIGUEL, 2018, p. 15). Foi a partir da desidratação eleitoral ao longo dos anos com o Partido dos Trabalhadores (PT) e a perda de seus parceiros tradicionais, que se bandearam para os ocupantes do poder, que levou o PSDB a adotar um discurso mais conservador, como a campanha contra o aborto, mote da campanha de 2010, e a redução da maioria penal em 2014. Desta forma, foram percebidos dois fenômenos paralelos nos anos petistas: o PSDB compreendeu que era líder da direita, e a direita entendeu que poderia radicalizar mais ainda o seu discurso (MIGUEL, 2018).

Para Miguel (2018), o segundo grupo, a extrema direita, compreende três vertentes principais: 1) o libertarianismo, 2) o fundamentalismo religioso e 3) o anticomunismo. Por isso, o uso do termo “direita”, no singular, deve ser relativizado, já que o que existe atualmente são vários grupos, cuja união é pragmática, além de partilhar o inimigo comum: o Partido dos Trabalhadores.

De acordo com Miguel (2018), a ideologia libertariana descende da Escola Econômica Austríaca e tem influência no meio acadêmico e de ativistas americanos. Esta ideologia “prega o menor Estado possível e afirma que qualquer situação que nasça de mecanismos de mercado é justa por definição, por mais desigual que possa parecer” (MIGUEL, 2018, p. 16). Para o autor, o libertarianismo preza pela liberdade de contratos, de negociação, sem a interferência do Estado, reduz todos os direitos ao direito de propriedade e repudia qualquer traço de solidariedade social. Apesar de ser rotulada de ultraliberal, tem relação estreita

com o liberalismo clássico. O conceito de “liberdade” é o valor central das organizações libertarianas. Ou seja, seus defensores radicalizam a oposição entre liberdade/ igualdade; tendo a igualdade como ameaça à liberdade, assim como tradição do século XVIII. Esta oposição torna equivalente a dicotomia direita, defensora da liberdade, e esquerda, que valoriza a igualdade, defendida por Bobbio (1995). Assim, temos a visão do Estado com poder coercitivo, e o mercado como espaço de livre, de liberdade econômica.

Esta conceituação de “liberdade”, que se resume à ausência de interferência externa, é apresentada como evidente, dispensando qualquer problematização. São silenciadas tradições filosóficas diferentes, que não operam com a dicotomia liberdade/igualdade, mas com as dicotomias liberdade/dominação (em que o problema central não é a interferência externa à ação individual, mas seu eventual caráter arbitrário) ou liberdade/necessidade (que introduz o problema da privação material como obstáculo ao exercício da autonomia humana). Para estas tradições, a igualdade não é inimiga da liberdade. Pelo contrário, a igualdade de influência política e a igualdade de recursos seriam a base necessária para a liberdade de todos; sem elas, “liberdade” pode se configurar numa bandeira que não apenas é vazia de sentido como também serve para encobrir múltiplas formas de opressão (MIGUEL, 2018, p. 17).

Miguel (2018) lembra que o liberalismo original defende que a autonomia individual deve ser sempre respeitada e, por isso, seria mais aberto a questões de costumes, como o consumo de drogas, direitos reprodutivos e liberdades sexuais; porém, não é isso que acontece. Mesmo nos Estado Unidos, tais posições referentes à liberdade estão mais presentes efetivamente em seus textos do que na ação política como tal. Isso porque, os principais aliados dessa doutrina são cristãos fundamentalistas, com discursos que reforçam a família tradicional e, por causa disto, demonizam o Estado por sua tarefa de proteção social. “Estado que é o inimigo comum, seja por regular as relações econômicas, seja por reduzir a autoridade patriarcal ao determinar a proteção aos direitos dos outros integrantes do núcleo familiar” (MIGUEL, 2018, p. 18). No Brasil existe uma frente unida entre o ultraliberalismo e o conservadorismo cristão.

A segunda vertente da extrema direita apontada por Miguel (2018) é o fundamentalismo religioso. No Brasil, a partir de 1990, com investimentos das igrejas pentecostais nas eleições dos seus pastores, o conservadorismo cristão virou uma força política. Muitas vezes, esse grupo é denominado “bancada evangélica”; porém, Miguel (2018) ressalta que essa expressão pode acabar ignorando as diferenças entre as denominações protestantes e excluindo o setor mais conservador da Igreja Católica – não mais sacerdotes, mas leigos engajados, além de esconder um grupo, embora minoritário, de evangélicos com opiniões mais progressistas.

O fundamentalismo se define pela percepção de que há uma verdade revelada que

anula qualquer possibilidade de debate. Ativos na oposição ao direito ao aborto, a compreensões inclusivas da entidade familiar e a políticas de combate à homofobia, entre outros temas, os parlamentares fundamentalistas se aliam a diferentes forças conservadoras no Congresso, numa ação conjunta que fortalece a todos. Fora do Congresso, pastores com atuação política e forte presença nas redes sociais, como Silas Malafaia, dão voz à sua pauta [...] A menção a Malafaia é útil para indicar que o fundamentalismo não significa necessariamente fanatismo. É um discurso utilizado de acordo com o senso de oportunidade de seus líderes: contribui para manter o rebanho disciplinado, imuniza-o diante de discursos contraditórios e fornece aos chefes um capital importante, isto é, uma base popular, com o qual eles negociam. O controle de emissoras de rádio e televisão completa o quadro. Os líderes religiosos desempenham o papel de novos coronéis da política brasileira (MIGUEL, 2018, p. 18).

Segundo o pesquisador, o PT, durante o seu governo, compreendeu esse quadro e se esforçou para estreitar laço com esses setores, muitas vezes, com sucesso. Apesar da campanha contra Lula, a Igreja Universal passou a apoiá-lo, em troca de espaços no governo, como ministérios, por exemplo, e incentivos para a expansão da sua emissora de televisão, a Record. Já outros grupos permaneceram na oposição, com progressivas denúncias contra a administração petista. “A ênfase na ‘agenda moral’ conservadora aparecia como caminho para que a direita reconquistasse ao menos uma parte da base social que perdera com as políticas de combate à miséria associadas ao PT” (MIGUEL, 2018, p. 19). Como as agendas conservadoras uniam estes dois grupos, principalmente quando se tratava de extensão de direitos, quando o governo Dilma entrou em crise, não foi difícil para o grupo que apoiava o governo mudar de lado e defender o impeachment.

A terceira vertente da direita radical, para Miguel (2018), é uma nova reciclagem para o anticomunismo. Apesar de ser algo ultrapassado após o fim da Guerra Fria, essa ideologia parece ganhar uma nova versão no Brasil e na América Latina: o “bolivarianismo” venezuelano. Assim, mesmo com toda a negociação e centrismo dos governos petistas, o PT passou a ser encarado como a encarnação do comunismo no país, com um projeto de implementação de uma ditadura comunista tal aconteceu na Venezuela. Miguel (2018) ressalta que as três correntes não seguem caminhos isolados, pelo contrário, existe uma fusão entre o reacionarismo moral e o anticomunismo, que tem na obra de Antonio Gramsci uma leitura fantasiosa denominada de “marxismo cultural”.

Por essa leitura, um passo fundamental para a derrubada do capitalismo e da “civilização ocidental” seria a dissolução da moral sexual convencional e da estrutura familiar tradicional. Afinal, “a família é a *cellula mater* da sociedade”; se destruída, faz todo o edifício romper. Daí deriva que, na interpretação difundida por uma das referências intelectuais da direita brasileira, o filósofo e astrólogo Olavo de Carvalho, a estratégia gramsciana é “apagar da mentalidade popular, e sobretudo do fundo inconsciente do senso comum, toda a herança moral e cultural da humanidade” (CARVALHO, 2014). O mesmo tipo de raciocínio é exposto por parlamentares da extrema-direita, como maneira de sustentar sua oposição a qualquer iniciativa para reduzir as desigualdades de gênero, e chega às redes sociais na forma de denúncias

contra a “ditadura comunista gay” em formação (MIGUEL, 2018, p. 19-20).

Panebianco (2005) denomina de “articulações dos fins” quando as agremiações partidárias rearticulam seus objetivos e os adaptam de acordo com as realidades que os cercam, principalmente em períodos eleitorais, embora mantenha algumas características desde suas concepções originais. Portanto, não é possível analisar ideologias partidárias sem uma análise diacrônica, pois partidos frequentemente redefinem seus objetivos pragmáticos (CODATO; BOLOGNESI; ROEDER, 2015). Assim como Miguel (2018), o trio de autores também observa sobre a permanente existência da direita no cenário político brasileiro e, embora muitos partidos da Nova Direita Brasileira tenham surgido a partir de 2010, e, por razão disso, é preciso estabelecer diferenças entre esta e as legendas direitistas já estabelecidas, sobretudo, os partidos que serviram de sustentação da ditadura militar.

Assim, os partidos da nova direita mantêm pautas da esquerda e/ou do centro, como as políticas sociais criadas pelo governo dos Partidos dos Trabalhadores (PT), porém permanecem com políticas da velha direita, como o modelo econômico capitalista e a manutenção de valores morais tradicionais. Para Codato, Bolognesi e Roeder (2015, p. 121), a direita renovada difere da direita tradicional, pois esta priorizava apenas a manutenção do *status quo*, com políticas que favoreciam os mais ricos como vantagens tributárias e desregulamentação do mercado, por exemplo, já aquela passou a reconhecer também que “não é possível governar sem olhar para os socialmente excluídos (e, em especial, para seu respectivo peso eleitoral). Não buscam dar melhores condições materiais de vida para os cidadãos, mas sim estabelecer um pacto de igualdade de oportunidades”. Assim, o conceito de igualdade de oportunidade dessa nova direita difere tanto da velha tradicional, no qual a desigualdade é inevitável como também do conceito de igualitarismo, defendido pela esquerda utópica, como vimos em Bobbio (1995).

Codato, Bolognesi e Roeder (2015, p. 127) também oferecem critérios para a classificação de uma direita tradicional e de uma direita renovada no contexto brasileiro:

Para resumir o argumento: a velha direita latina pode ser enquadrada em três *statements*: i) ligação com as ditaduras militares; ii) defesa radical da não intervenção do Estado na economia; iii) defesa da moral cívica e da família tradicional. A nova direita, que surge como resposta dupla à velha e à ascensão da esquerda também em três: i) liberalismo econômico, com intervenção limitada do Estado na economia para garantir igualdade de oportunidades; ii) defesa da democracia; iii) defesa radical dos valores da família tradicional (CODATO; BOLOGNESI; ROEDER, 2015, p. 127).

Assim, de forma exemplificada pelos autores, na velha direita estão alocados o PSD (1987-2003), PP, DEM e PTB, grandes partidos de direita que se originaram de regimes

ditatoriais, além de legendas satélites, que participaram de suas coligações ou foram incorporados por estes, como o PRONA, PRP, PRTB, PSN, PHS, PAN, PSC, PGT e PRN, por exemplo. Resumidamente, o PPB (Partido Progressista Brasileiro) é herdeiro político da ARENA e do PDS, partidos pró-ditadura durante os anos 60 e 80, que também alterou seu nome para PP (Partido Progressista) em 2003, e participou da coalizão de governo do Partido dos Trabalhadores (PT). O PFL (Partido Frente Liberal), fundado em 1985 e grupo majoritário na coalizão nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998/1999-2002), mudou seu nome em 2007 para DEM (Democratas), com intuito de renovar sua imagem e de voltar a ser uma terceira força política na conjuntura política. Em 2006, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), já não mais pertencendo à coalizão do primeiro mandato do governo Lula (2002-2006), congregou o Partido dos Aposentados Nacional (PAN) para atingir a cláusula de barreira. No mesmo ano, o Partido Liberal (PL), legenda tradicional do empresariado brasileiro, fundiu-se junto com o Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA), um pequeno partido de extrema direita, e fundou o PR (Partido da República), também a fim de atingir a cláusula de barreira (CODATO; BOLOGNESI; ROEDER, 2015).

O PTB, PP e o PR aceitaram integrar a coalizão dos governos Lula da Silva, aceitando seus principais programas sociais, como o Bolsa Família¹⁴ e o Minha Casa, Minha Vida¹⁵. A única legenda dos quatro grandes partidos da velha direita que não aceitou participar da coalizão petista foi o DEM, porém o partido foi o que teve mais perdas em sua bancada, com 105 deputados em 1998 para apenas 22 em 2014 (CODATO; BOLOGNESI; ROEDER, 2015). Um dos motivos para explicar o enfraquecimento do DEM seria a criação do PSD (Partido Social Democrático), que, a partir de 2011, vem incluindo parlamentares de outros partidos do mesmo campo ideológico, como o PP, PTB e o PSC (Partido Social Cristão) – partido que, desde os anos 90, vem representando a comunidade evangélica e sua agenda moral.

Já na nova direita estão não só os pequenos partidos que orbitaram as candidaturas da direita tradicional durante a redemocratização, como PST, PTdoB, PSL, PTC e PTN, mas também os partidos criados como reação às conquistas da esquerda, como PSD de Gilberto Kassab e o SD (Solidariedade), liderado por Paulinho da Força. Por fim, há também as

¹⁴ Instituído no primeiro mandato do governo Lula da Silva, o Bolsa Família unificou outros programas de transferência de renda criados no governo Fernando Henrique Cardoso cujo objetivo é alcançar as famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade. O programa busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. Em todo o Brasil, atualmente, mais de 13,9 milhões de famílias são atendidas pelo Bolsa Família.

¹⁵ Lançado em 2009 no segundo mandato do governo Lula da Silva, o programa Minha Casa, Minha Vida oferece condições atrativas para o financiamento de moradias nas áreas urbanas para famílias de baixa renda, como condições de pagamento e taxas de juros de acordo com a renda familiar, por exemplo.

agregações de base “cristãs”, como PSDC, PEN e PRB. Segundo Codato, Bolognesi e Roeder (2015, p. 126), apesar do nome, o Partido Ecológico Nacional (PEN) nunca teve a agenda ambientalista como pauta principal. Na verdade, o partido está vinculado à igreja evangélica Assembleia de Deus e foi criado, em 2011, para ser um concorrente do PRB (Partido Republicano Brasileiro), legenda associada à Igreja Universal do Reino de Deus. “Trata-se, assim, de uma competição entre denominações neopentecostais que se materializa, por sua vez, em partidos políticos que ocuparam o polo disso que estamos chamando de a nova direita”.

De forma resumida e didática, o quadro abaixo mostra quais os partidos brasileiros pertencem à velha e nova direita de acordo com Codato, Bolognesi e Roeder (2015). É preciso lembrar também da criação do partido Novo (NOVO), legenda alinhada às ideias do liberalismo econômico e renovação da política, apesar de não se envolver, predominantemente, em pautas coservadoras. Fundado em 2011, por pessoas sem carreira política da classe média alta, o partido teve seu registro pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2015. Nas eleições de 2018, o banqueiro e um dos fundadores do Novo, João Amoêdo¹⁶, representou a legenda nas disputas presidenciais. O liberal obteve 2,674 milhões de votos (2,52% dos votos válidos) e ficou em quinto lugar.

Quadro 2 – Velha e Nova direita no Brasil de acordo com Codato, Bolognesi e Roeder (2015).

VELHA DIREITA	NOVA DIREITA
DEM (2007)	PEN (2011)
PAN (1998-2006)*	PRB (2005)
PFL (1985-2007)*	PSD (2011)
PGT (1995-2003)*	PSDC (1997)
PHS (1997)	PSL (1994)
PL (1985-2006)*	PST (1996-2003)
PP (2006)	PTdoB (1989)
PPB (1993-2006)*	PTC (1990)
PR (2006)	PTN (1995)
PRN (1989-1990)*	SD (2013)
PRONA (1989-2006)*	NOVO (2015)
PRP (1991)	
PRTB (1994)	
PSC (1985)	
PSD (1987-2003)*	
PSN (1996)	
PTB (1981)	

Fonte: Elaborado pelo autor.

¹⁶ Amoêdo surpreende e fica em quinto lugar em sua estreia. Valor Econômico, 2018. Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2018/10/07/amoedo-surpreende-e-fica-em-quinto-lugar-em-sua-estrela.ghtml>>. Acesso em: 10 out. 2019.

Cepêda (2018, p. 40) explica que o fenômeno da “nova direita” gerou esforços entre os pesquisadores para a compreensão desse movimento tanto no Brasil como no mundo. Segundo a autora, a conceitualização desse processo, logo de início, gera três problemáticas significativas: a primeira, sobre as fronteiras ideológicas que delimitam o campo da direita, identificando os elementos que constroem sua identidade teórica e pragmática. Este percurso já foi traçado no primeiro tópico desse capítulo; a segunda, sobre a identificação dos limites temporais que permitem definir esses processos como “novo” em relação aos anteriores; por fim, a terceira, parte do reconhecimento da expressividade do movimento conservador atualmente, porém, é preciso lembrar que este varia de acordo com as configurações sócio-históricas e contextos nacionais específicos, na qual a nova direita acaba assumindo uma “coloração própria”, ajustando-se a partir de trajetórias políticas específicas. “O estudo revela-se então complexo e extenso, correlacionando a dimensão teórica mais fina aos processos históricos e de época, bem como o cruzamento com as características específicas de cada país”.

A grande questão apontada pela autora é se a nova direita brasileira é uma continuidade de uma linhagem que sempre esteve presente na composição do nosso pensamento político ou se as novas articulações recentes acarretam mudanças tão profundas, principalmente na sua concepção política e nas suas instituições, bem como no que se refere aos instrumentos de atuação, ao ponto de gerar um cenário inédito. Para responder esses questionamentos, trabalhos recentes vêm trazendo contribuições significativas tanto nos estudos sobre o campo da nova direita como o surgimento de novas arenas de disputa e formação na esfera pública (MADEIRA; TAROUCO, 2011; CRUZ; KAYSEL; CODAS, 2015; TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015; CHAIA; BRUGNANO, 2015; CHALOUB; PERLATTO, 2016; MESSENERG, 2017).

Buscando fazer um cruzamento entres as concepções ideológicas do campo direitista e alinhar ao contexto histórico para identificar as causas e feitos de um novo padrão de disputa política, Chaloub e Perlatto (2016) buscaram elaborar seis hipóteses para compreender o protagonismo da nova direita no país: 1) a compreensão da nova direita como fenômeno mundial; 2) o distanciamento epocal da ditadura militar, que possibilitou a distorção sobre a percepção dos riscos de um governo autoritário implantado em 1964; 3) as mudanças tecnológicas e funcionais da indústria cultural que abriam espaços para as guerras híbridas; 4) a criação de *locus* institucionalizado que permitiu a produção da e difusão do pensamento liberal; 5) a presença de governos de esquerda no país, que com seus sucessos e fracassos gerou uma polarização; 6) a crise do sistema partidário, ou seja, a crise do padrão de representação

que culminou em manifestações antidemocráticas e antipolítica.

Se a nova direita saiu do armário é preciso lembrar que mesmo um único armário possui inúmeras prateleiras, onde repousam projetos, intenções, valores e concepções políticas heteróclitas. O termo nova exprime um novo cenário, alvos e meios de atuação, tais como a multiplicação de instrumentos de luta política. Nas últimas décadas somaram-se às disputas tradicionais (partidos, eleições e arenas estatais) e ao manuseio das retóricas de Hirschman, as mobilizações de massa, o recurso aos meios de comunicação das mídias sociais e os mecanismos da guerra híbrida. Quanto às prateleiras, o reconhecimento da heterogeneidade do campo nova direita (como fundamentalmente em todo campo político) abriu fissuras e disputas por seu patrimônio identitário e forçou a diferenciação entre subgrupos (CEPÊDA, 2018, p. 52).

Assim como Chaloub e Perlatto (2016) apontam para presença de um *locus* institucionalizado que permitiu a difusão do pensamento liberal, Rocha (2018) explica que recursos financeiros e organizacionais podem explicar parcialmente o êxito de movimentos e mobilizações sociais da direita brasileira em um contexto atual, porém, outros fatores podem determinar seu sucesso, e também fracasso, como: a criação de fortes identidades coletivas; as dinâmicas emocionais que surgem a partir de interações e conflitos entre grupos políticos; as mudanças na estrutura de oportunidades políticas que acabam criando momentos favoráveis à ação de determinados grupos e, nos últimos anos, a habilidade no uso das mídias sociais. Segundo a autora, esses fatores são cruciais para explicar a expansão das novas direitas no Brasil, principalmente, em meio ao ciclo de protestos pró-impeachment de Dilma Rousseff (2014-2016).

De acordo com Rocha (2018), as novas direitas começaram a se organizar, sem grandes recursos, entre o final do primeiro mandato de Lula da Silva e o início do segundo. Na época, era possível encontrar fóruns de discussão, blogs, sites e redes sociais, principalmente no extinto Orkut e, posteriormente, no Facebook, que se discutiam o livre mercado, a defesa dos valores cristãos e a conjuntura política nacional e internacional. Um dos pioneiros desse movimento foi o jornalista e escritor Olavo de Carvalho.

Olavo Luiz Pimentel de Carvalho¹⁷ nasceu em Campinas, São Paulo, em 1947. Sem formação universitária, Olavo se define como filósofo, ensaísta e escritor brasileiro. Desde 2005, nos Estados Unidos, onde mora, ministra cursos de Filosofia e Política que são transmitidas por vídeos na internet. Décadas atrás, Olavo era retratado como uma espécie de caricatura da extrema direita por suas ideias polêmicas. Defensor do liberalismo econômico e do conservadorismo moral, Olavo passou a ser, principalmente após 2016, a referência

¹⁷ Olavo de Carvalho, o Brasil só fala dele. El País, 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/27/politica/1543319632_7096.html>. Acesso em: 10 out. 2019.

intelectual da direita brasileira. Com 18 livros publicados, segundo sua conta no Twitter, Olavo de Carvalho possui quase 600 mil seguidores no Facebook. Entre as principais ideias defendidas por Olavo estão: o combate incansável ao comunismo internacional, aos grupos de esquerda e aos meios intelectuais e midiáticos brasileiros.

Após a polêmica causada pela publicação de livros em que criticava intelectuais e acadêmicos de esquerda, resolveu apostar na divulgação de suas ideias na internet. Para tanto, criou um blog pessoal em 1998, depois um site coletivo em 2002, o *Mídia Sem Máscara*, e, em 2006, um programa de rádio, o *TrueOutspeak*, por meio do site *BlogTalkRadio*, que era acompanhado pelos membros das comunidades do Orkut fundadas em sua homenagem e por simpatizantes de ideias de direita espalhados pelo país. No entanto, a despeito de sua crescente popularidade, a tentativa de manter um instituto que havia sido fundado em sua homenagem em 2010 por mais de dois anos naufragou por falta de recursos e dissensões internas (ROCHA, 2018, p. 48).

Assim como Olavo de Carvalho era considerado uma das poucas vozes capazes de aglutinar militantes e simpatizantes da direita que não se sentiam representados institucionalmente, segundo Rocha (2018), grupos formados por profissionais liberais e estudantes universitários de classe média ultraliberais começaram a se organizar dentro e fora das redes sociais – defensores de um liberalismo econômico radical em comparação com os neoliberais.

Sem muitos recursos e considerando que o recém-fundado Instituto Millenium, assim como os *think tanks* atuantes nos anos 1980 e 1990[3], empregava mal seus fartos recursos materiais, os ultraliberais tentaram fundar um partido próprio. A princípio fracassaram, mas foram capazes de fundar novas organizações civis, como o Instituto Mises Brasil, o Estudantes Pela Liberdade e o Ordem Livre, entre outras. Os membros dessas organizações logo passaram a frequentar espaços como o Fórum da Liberdade criar vínculos importantes com *think tanks* (brasileiros e estrangeiros) mais antigos de direita e seus financiadores, especialmente os empresários da família Ling, proprietária do grupo Évora, e Salim Mattar, do grupo Localiza. Ainda assim, os recursos materiais e organizacionais a que tiveram acesso não eram de grande monta, e inicialmente as organizações recém-fundadas não tinham sede própria, apenas alguém responsável por alimentar uma página na internet de forma voluntária ou recebendo cerca de R\$ 1 mil por mês, além de disponibilizar de algum dinheiro para a organização de eventos, como palestras, cursos de formação e treinamento para militantes (ROCHA, 2018, p. 49).

De acordo com Tatagiba, Trindade e Teixeira (2015), foi a partir de 2007 que começamos a ver as primeiras tentativas de uma nova direita em busca de desafiar a hegemonia da esquerda, sob liderança do governo petista, na forma de protestos. O caso mostra uma exceção ao histórico de mobilizações no país que desde a ditadura militar até as Diretas Já tiveram setores do campo da esquerda como protagonistas. Os pesquisadores fizeram uma análise cronológica das mobilizações dos novos atores da direita, entre 2007 a 2015, com intuito de investigar as suas características, mapear o perfil das lideranças organizadoras e dos seus manifestantes como também os enquadramentos simbólicos levantados nos eventos.

No dia 14 de julho de 2007, um avião da companhia aérea TAM derrapou na pista molhada do Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, atravessou a avenida e colidiu com um prédio da própria companhia. Todos os passageiros e a tripulação morreram junto com pessoas que estavam no solo, totalizando 199 mortes. Até hoje, a tragédia é considerada o maior acidente aéreo do país¹⁸. No dia 29 de julho de 2007, uma passeata em prol das vítimas se transformou em uma crítica à gestão do setor que teria causado um “caos aéreo” e se estendeu para as denúncias de corrupção do “Mensalão do PT”¹⁹, iniciadas em 2005. “Fora Lula”, “Respeito” e “Cansei” foram palavras de ordem expressas nos cartazes juntamente com mensagem de solidariedade às famílias dos envolvidos no acidente. A mobilização foi organizada pelo Movimento Cívico pelo Direito dos Brasileiros, autodenominado Cansei, criado cinco dias após o acidente da TAM (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015).

O movimento tinha como lideranças o então presidente da OAB-SP, Luiz Flávio Borges D’Urso, e o empresário João Doria Jr, além de representantes dos sindicatos patronais, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a Fiesp, e a Associação Comercial de São Paulo. Para relembrar um mês da tragédia, o Cansei voltou às ruas, no dia 17 de agosto, na Praça da Sé, na capital paulista. O ato que reuniu 2000 pessoas, segundo a Polícia Militar, e 5000, segundo os organizadores, teve a presença de artistas, celebridades e empresários. Durante o evento, motes como “cansei de caos aéreo” e “cansei de CPI’s que não dão em nada” desembocaram em “Fora Lula” e atos contra a corrupção e a carga tributária. Por fim, não houve outras manifestações organizadas pelo Cansei, o movimento não foi levado a sério nem pelos partidos políticos de oposição como também pela base governista e imprensa. “Manter as mobilizações se mostrava, de qualquer forma, uma tarefa difícil em um contexto de crescimento econômico e altas taxas de aprovação do presidente” (TATAGIBA, TRINDADE E TEIXEIRA, 2015, p. 201). Em 2008, o presidente Lula da Silva atingiu 80% de aprovação.

Os gritos nas ruas “Fora PT” voltaram a ser ouvidos seis anos depois, com a onda

¹⁸ Maior desastre aéreo do país, acidente do Airbus da TAM mata 199 em Congonhas. O GLOBO, 2017. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/maior-desastre-aereo-do-pais-acidente-do-airbus-da-tam-mata-199-em-congonhas-21586929#ixzz5xw0rALka>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

¹⁹ Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), o “Mensalão” foi o nome dado ao esquema de corrupção, ocorridos entre 2003 e 2004, organizado por um núcleo político do Partido dos Trabalhadores (PT), chefiado por José Dirceu, na época Ministro da Casa Civil, com participação de outros integrantes da alta cúpula do partido, com o objetivo de comprar votos e garantir apoio político ao governo Lula da Silva no Congresso. O escândalo foi descoberto em 2005 a partir de uma gravação secreta em que Maurício Marinho, na época chefe do departamento de Contratação dos Correios, foi flagrado recebendo propina em nome do deputado federal Roberto Jefferson, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O esquema envolvia empresários, parlamentares de outros partidos, como PTB, PP, PR e MBD, e funcionários públicos. O caso foi julgado pelo STF em 2012, com as primeiras prisões realizadas em 2013. Para saber mais sobre o esquema, o jornal Folha de S. Paulo fez um dossiê cronológico para explicar o caso, disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/foha/brasil/ult96u70256.shtml>>. Acesso em: 19 fev. 2020.

de manifestações a partir de junho em 2013, que teve como estopim o aumento da tarifa do transporte público em São Paulo. Porém, ao invés de “Fora Lula”, foram ouvidos “Fora Dilma”.

A primeira passeata contra o aumento dos transportes ocorreu no dia 6 de junho e contou com duas mil pessoas. No dia seguinte, os protestos reuniram cinco mil pessoas. No dia 11, 10 mil pessoas e no dia 13, sete mil pessoas. Em todas elas houve forte repressão policial. No dia 13, a repressão foi mais violenta, com 130 detidos e muitos feridos, entre eles jornalistas. A partir desse ponto as manifestações se nacionalizaram, e a comparação com os ciclos de protestos das Diretas Já e Fora Collor demarcavam a importância política do evento. Após a repressão dos protestos no dia 13 de junho, a corrupção se tornou um dos temas mais presentes nas ruas e nas redes sociais. No dia 15 de junho começou a Copa das Confederações, e Dilma foi vaiada no estádio Mané Garrincha, no Distrito Federal. No dia 20 de junho de 2013, o Datafolha apurou que mais de 50% dos manifestantes das Jornadas de Junho estavam lá contra a corrupção e apenas 32% pela redução da tarifa (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015, p. 200-201).

Segundo Tatagiba, Trindade e Teixeira (2015), o sentimento antipartido esteve presente em todas as manifestações, principalmente na mobilização do dia 20 de junho, em que os manifestantes entraram em conflito. Os principais alvos eram os militantes pró-PT, evidenciando uma forte relação entre o antipartidarismo e o antipetismo. O discurso de ódio contra o Partido dos Trabalhadores (PT) ficou extremo durante a campanha de 2014, que originou novos protestos contra o governo.

Os atos de 2014 foram convocados no momento de uma polarização extrema no debate eleitoral em nível nacional entre PT e PSDB, embalado por denúncias de corrupção envolvendo desvio de recursos da empresa estatal Petrobras. Três protestos foram convocados antes das eleições de 26 de outubro e, oficialmente, tinham como finalidade principal o apoio à candidatura de Aécio Neves, que naquele momento passou a aglutinar as forças oposicionistas. Os atos tiveram seu epicentro em São Paulo, mas ocorreram também em outras cidades brasileiras. O preconceito contra os nordestinos e as críticas ao Bolsa Família viralizaram nas redes sociais, com acentuada conotação de ódio de classe (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015, p. 201).

Apesar das mobilizações contra o PT, a esquerda também foi às ruas a favor da reeleição da presidente Dilma, o que acirrou a polarização e tornou o pleito um dos mais disputados da história desde 1989, já que Dilma se reelegeu com uma apertada vantagem contra Aécio Neves. Apesar do fim das eleições, os protestos contra a presidente reeleita continuaram. As mobilizações aconteceram nos dias 1, 15, 29 de novembro e 6 de dezembro. Os protestos eram contra o governo do PT, a corrupção da Petrobras e, em menor medida, pediam o impeachment de Dilma - que, apesar das lideranças afirmarem que respeitavam os resultados eleitorais, parte dos manifestantes gritavam “Fora PT” e “Fora Dilma”, além de queimarem bandeiras petistas.

Já em 2015, organizações que ganharam espaços nas redes sociais, como Vem Pra Rua, o Movimento Brasil Livre (MBL) e Revoltados Online (ROL), convocaram protestos

contra a crise econômica, o conjunto de medidas fiscais adotado pelo governo, como aumentos de impostos e cortes nos gastos sociais, principalmente no setor previdenciário, que gerou descontentamentos em setores decisivos para a reeleição de Dilma. Em fevereiro deste mesmo ano, a reprovação da presidente disparou, chegando a 44% contra 23% de aprovação.

No dia 8 de março, Dilma Rousseff faz um pronunciamento em rede nacional no qual busca legitimar as medidas econômicas adotadas pelo governo. Durante os 15 minutos de fala da presidenta, foi realizado um “panelaço” em áreas nobres de algumas capitais do país, com destaque para a cidade de São Paulo (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015, p. 201-202).

Apesar do “panelaço”, organizações ligadas a setores de esquerda, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), convocaram manifestações a favor dos direitos dos trabalhadores e em defesa do mandato de Dilma no dia 13 de março. Embora o número de pessoas presentes tenha sido expressivo, nos dias seguintes, a disputa pelas ruas mostrou uma vitória numérica da direita. Durante o ano de 2015, três grandes mobilizações merecem destaques devido ao grande número de pessoas: as manifestações dos dias 15 de março, 12 de abril e 16 de agosto. Houve também um novo “panelaço” durante a propaganda eleitoral do PT no dia 6 de agosto. Além disso, é preciso destacar o crescimento vertiginoso da impopularidade da presidenta Dilma Rousseff, principalmente, pós-manifestações. Em fevereiro de 2015, 44% dos entrevistados pelo Instituto Datafolha²⁰ avaliavam a gestão da petista como ruim ou péssima. Em março, 62% e, em agosto, 71%. O índice de rejeição da última pesquisa²¹ tornou Dilma a presidente mais impopular na série histórica do Datafolha, que tem início em 1987, além da maioria dos entrevistados, 66%, apoiarem o processo para afastar a petista do cargo. Sobre a primeira grande mobilização de 2015, Tatagiba, Trindade e Teixeira (2015) pontuam:

Os organizadores principais continuam sendo o MBL, Vem Pra Rua e ROL. Na época, essas três organizações concordavam com o alvo, o PT, mas o Vem Pra Rua discordava da bandeira pelo impeachment. A cidade de São Paulo foi, sem dúvida, o grande epicentro da manifestação, com 1 milhão de pessoas ocupando a Avenida Paulista segundo os organizadores – o Instituto Datafolha estimou o público total em 210 mil. A despeito da divergência numérica, o Datafolha destacou que era a maior manifestação na Avenida Paulista desde as Diretas Já em 1984[...] Em todos os protestos contra o governo, as cores verde e amarelo predominaram e o “amor à pátria” aparecia nos cartazes e nos corpos enrolados com a bandeira do Brasil (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015, p. 204-205).

²⁰ Aprovação a governo Dilma Rousseff cai, e reprovação a petista dispara. Instituto Datafolha, 2015. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/02/1587329-aprovacao-a-governo-dilma-rousseff-cai-e-reprovacao-a-petista-dispara.shtml>>. Acesso em: 11 out. 2019.

²¹ Recorde, reprovação a Dilma supera pior momento de Collor. Instituto Datafolha, 2015. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/08/1665278-recorde-reprovacao-a-dilma-supera-pior-momento-de-collor.shtml>>. Acesso em: 11 out. 2019.

Sobre os perfis dos manifestantes presentes nos ciclos de mobilizações estudados, a partir de dados de institutos de pesquisa, Tatagiba, Trindade e Teixeira (2015, p. 205-206) destacam as características, em geral, dos líderes dos quatro movimentos (MBL, Vem Pra Rua, ROL e Cansei) que organizaram manifestações com pautas direitistas: “suas lideranças são homens brancos, que se apresentam como empresários, e têm seu discurso reverberado em setores de classe média e média alta, com destaque para os formadores de opinião na classe artística”. De maneira geral, o perfil sóciodemográfico demonstrado pelas pesquisas aponta para uma presença dominante da classe A e B, com predominância de homens, com idade média de 40 anos, com ensino superior e autodeclarados brancos. “A segmentação por renda informa que 29% tinha renda mensal familiar até 5 salários-mínimos, 27% de 5 a 10 salários-mínimos, 22% de 10 a 20 salários-mínimos, e 19% mais de 20 salários”. Salvo pequenas variações, o quadro se manteve em pesquisas posteriores. Em artigo recente, os diretores do Instituto Datafolha destacam esse traço dos protestos recentes no Brasil: a sub-representação das mulheres, dos menos escolarizados e dos jovens. O perfil elitista é mais acentuado nas mobilizações contra o governo, mas mesmo os grupos que estão indo às ruas para rechaçar o impeachment parecem possuir relativamente pouca capilaridade social nesses segmentos. Em outras palavras, até as ruas parecem reproduzir um determinado padrão de representatividade política no Brasil, marcado pela supremacia dos homens brancos, mais escolarizados e de renda mais elevada que a média da população.

Sobre a autoidentificação ideológica, segundo o trio de autores, os manifestantes se localizam entre o centro e a direita do espectro político. Nas manifestações de 2015, por exemplo, a grande maioria afirmou ter votado em Aécio Neves (PSDB) no segundo turno. Porém, as pesquisas também mostraram uma forte rejeição ao sistema político-partidário atual e a outros setores do Estado em nível federal. Os participantes das mobilizações consideraram “corruptos” nomes como Geraldo Alckmin, Eduardo Cunha, Renan Calheiros e Dilma Rousseff. Nesse contexto, já em 2015, os manifestantes afirmavam que a saída para o país estava em eleger “um político honesto”. Entre os nomes indicados para o cargo de presidência estavam, na época, em primeiro lugar, o deputado federal Jair Bolsonaro e o juiz Sérgio Moro, em segundo lugar (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015).

Apesar dos destaques midiáticos, defensores da ditadura militar eram minoria nos protestos. A maioria presente nas manifestações afirmava que a democracia era a melhor forma de governo. Curiosamente, em relação aos costumes, Tatagiba, Trindade e Teixeira (2015) destacam o “perfil progressista” dos manifestantes, lembrando que a grande maioria apresentava idade média de 40 anos ou mais.

A Fundação Perseu Abramo comparou o perfil dos manifestantes nos protestos do dia 13 de março (a favor do governo) e do dia 15 de março (contra o governo) e um dos tópicos refere-se à tolerância em relação à pluralidade de valores e opiniões: nas duas manifestações, a maioria se posiciona contra a ideia de que Deus não existe; contra a afirmação de que mulheres que abortam deveriam ser presas; e a favor da adoção de crianças por casais gays e lésbicas. A divergência está no posicionamento quanto à pena de morte: 69% totalmente contra (no protesto do dia 13); e 37% totalmente contra (no protesto do dia 15). Também há divergências importantes em relação à legitimidade das manifestações populares. Postura mais liberal também se destaca nos manifestantes presentes ao ato de 12 de abril, 25 com a maioria dos manifestantes posicionando-se a favor do casamento e adoção de crianças entre pessoas do mesmo sexo e com 44% favoráveis à legalização do aborto. Nessa mesma pesquisa, 74% são favoráveis à redução da maioridade penal, um número alto, mais ainda menor do que a média nacional, que é de 84% a favor da redução (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015, p. 207-208).

Outro traço importante destacado entre as pesquisas sobre o perfil dos manifestantes à direita, principalmente evidenciados em cartazes exibidos nos protestos, são as inúmeras críticas aos programas sociais criados nos governos petistas, sejam as críticas de reparação, como as cotas nas universidades públicas, e programas de transferência de renda, como o Bolsa Família. De acordo com Tatagiba, Trindade e Teixeira (2015), a crítica não parece se estender para programas sociais universais, como saúde, educação e segurança, mas a programas específicos para os mais pobres que podem acabar comprometendo o valor meritocrático defendido pelos manifestantes.

Desde forma, ao problematizar o perfil de quem foi às ruas, os autores levantam as seguintes questões: ou a defesa de um Estado mínimo é vista de uma forma mais nuançada no caso brasileiro ou nem todas as pessoas que foram para os protestos contra o PT e a corrupção são realmente de direita. Assim, ao analisar o cenário político nos últimos anos, e os seus desdobramentos, sob as diádes direita x esquerda ou conservadorismo x progressismo, é preciso compreender não só a sua complexidade como também a dificuldade de estabelecer uma categorização rígida para as partes desse jogo político.

Por fim, um dos traços sobre as manifestações à direita nos últimos anos é a recorrente associação do antipetismo com a corrupção, ineficiência dos gastos públicos e aumento dos gastos sociais. No Brasil, o mote contra a corrupção sempre esteve presente não só nas manifestações sociais, sejam elas de direita ou esquerda, como também nos diversos níveis da esfera pública, principalmente na cultura popular, que construiu com o passar do tempo, devido aos diversos casos de corrupção envolvendo partidos políticos e uso da máquina pública de forma ilícita, a associação direta entre política e corrupção. Porém, o que fica evidenciado é uma forte associação simbólica entre o petismo e a corrupção, principalmente no governo Dilma, período no qual as grandes mobilizações analisadas foram realizadas, em um

contexto de crise econômica, do início das prisões do Mensalão e do desdobramento da operação Lava-Jato.

Isso nos permite sugerir que, embora a crise do sistema político representativo diga respeito a todos os partidos e instituições do Estado, como as pesquisas têm demonstrado, o PT segue como o principal atingido pelas recentes denúncias. Na esteira do “Mensalão” e do “Petrolão”, a luta contra a corrupção – um tema com crescente apelo popular desde o início da Nova República – tem sido associada à luta contra o PT, forjando um enquadramento discursivo com significativa aderência social [...] O antipetismo está alinhado com nossa cultura política desigual e hierárquica, que se manifestou de forma veemente na oposição a programas tais como o Bolsa Família, as cotas para negros, o Mais Médicos, dentre outros. E, para uma parcela dos manifestantes, o antipetismo se estende também aos símbolos da esquerda de uma forma mais ampla, e em especial ao comunismo (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015, p. 209-210).

A partir das manifestações de junho de 2013, militantes de forma voluntária, a partir de grupos de estudos universitários e disputas de chapa em centros acadêmicos, começaram a financiar e organizar protestos ao longo de 2013. Nesse contexto, teve origem o Movimento Brasil Livre (MBL). Renascido a partir do Movimento Renovação Liberal, originado em Vinhedo, no interior de São Paulo, o MBL passou a contar com um espaço físico: a produtora de conteúdo audiovisual do irmão de Renan Santos, um dos principais líderes do Renovação Liberal. Porém, o nome que se destaca dentro deste movimento é o de Kim Kataguirí²².

Ao lado de movimentos como o Vem Pra Rua e o Revoltados On line, Kataguirí e o seu MBL organizaram diversos atos entre 2015 e 2016 contra o governo petista e a cassação do mandato de Dilma Rouseff. Definido como libertário, Kataguirí defende a menor interferência do Estado na vida das pessoas e na economia. Com milhares de seguidores tanto em sua página como na do MBL, em seus discursos predomina o ataque e críticas aos ex-presidentes Lula da Silva e Dilma, líderes de nações comunistas e aos governos de Venezuela e Cuba. Kataguirí foi considerado um dos jovens mais influentes do mundo pela revista norte-americana Times. A partir de 2016, foi colunista da Folha de S. Paulo, porém sua coluna durou um ano. Em 2018, com apenas 22 anos, Kim Kataguirí foi eleito deputado federal por São Paulo com 460 mil votos.

Existiam também grupos de direita na sociedade civil que não se originaram na internet, como o Cansei, o Endireita Brasil e o Vem Pra Rua, sendo que o Cansei, apesar de ter apoiadores de peso – como setores da OAB e o ex-prefeito de São Paulo João Dória, entre outros –, não sobreviveu muito além de sua primeira manifestação ocorrida em 2007 contra o chamado “caos aéreo” e o governo do PT no auge do lulismo, encerrando suas atividades precocemente. Já o Endireita Brasil, formado em

²² Quem é Kim Kataguirí, o jovem líder do impeachment eleito deputado com 460 mil votos. Gazeta do Povo, 2018. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/eleicoes-2018/quem-e-kim-kataguiri-o-jovem-lider-do-impeachment-eleito-deputado-com-460-mil-votos-2u8mtpkq99qj1ik3x2m2suntr>>. Acesso em: 11 out. 2019.

2006 por um grupo de jovens advogados de direita atuantes na defesa legal de atores ligados ao agronegócio, sobretudo em conflitos com indígenas, militantes sem-terra e quilombolas, não teve sucesso em realizar protestos de rua contra o “mensalão”, como pretendia inicialmente, dada a crescente popularidade de Lula na época (ROCHA, 2018, p. 50).

Segundo Rocha (2018), a visibilidade da militância de direita passa a melhorar à medida que colunistas, comentaristas políticos e acadêmicos de oposição ao governo começaram a utilizar um discurso mais agressivo em suas críticas, veiculadas em jornais, colunas e livros, centrado principalmente no escândalo do “Mensalão” (2005-2006). Para a autora, a influência desses formadores de opinião acabou gerando um clima favorável para os surgimentos de pequenas e médias manifestações contra a corrupção e o PT, que começaram a convulsionar nos anos subsequentes. “Quando ocorreram as manifestações de junho de 2013 e a popularidade de Dilma Rousseff despencou, as direitas começaram a conquistar mais adeptos e simpatizantes”.

Diversos trabalhos buscaram contribuir para a compreensão da nova direita brasileira a partir dos seus formadores de opinião (MESSEMBERG, 2017; CEPÊDA, 2018; ROCHA, 2018). Entre os principais formadores de opinião da nova direita estão: os já citados Olavo de Carvalho e o jovem Kim Kataguiri; Fernando Holiday, também do MBL; os jornalistas Reinaldo de Azevedo (BandNewsFM e UOL Notícias) e Felipe Moura Brasil (colunista do O Antagonista); e Rodrigo Costantino, economista e presidente do Instituto Liberal.

De acordo com Messenberg (2017), esses formadores de opinião são emissores legitimados pelo meio social receptor, pois são distinguidos como dotados de opinião autorizada, identificados como agentes com grande competência para interpretar a realidade e por ter acesso às informações consideradas relevantes. Portanto, são eles os pautadores dos interesses e das prioridades informacionais da sua audiência. Adé (2004, p. 46) explica que essas lideranças são reconhecidas pelas suas audiências, na “qual se transfere a responsabilidade de organizar cognitivamente uma grande quantidade de informações sobre um mundo complexo, auxiliando o cidadão a adquirir e demonstrar a competência mínima que lhe exige a política”.

Segundo Rocha (2018), à medida que as manifestações cresciam, com a ajuda da divulgação massiva por parte da grande mídia e dos seus formadores de opinião, principalmente a partir dos escândalos da Lava-Jato, os movimentos de direita passaram a ganhar relevância e a receber financiamento de empresários e de atores políticos da oposição. Contudo, Rocha (2018) também ressalta que logo após o impeachment de Dilma ser consumado, os recursos para o financiamento desses movimentos diminuíram, voltando a contar em grande medida com

seus próprios recursos.

Para Rocha (2018), apesar das direitas estarem associadas a grupos com forte influência e capacidade de recursos financeiros, como grandes empresários, latifundiários e pessoas de classes altas, é preciso ter um olhar mais sutil para compreender quem são e como agem as direitas, principalmente como se organiza sua militância. Assim, uma das grandes contribuições da autora para os estudos desse fenômeno é esclarecer que uma suposta disponibilidade de recursos materiais e organizacionais não são o suficiente para explicar o sucesso das direitas na opinião pública e sua capacidade de mobilizar uma quantidade significativa de pessoas, principalmente nas mobilizações contra os governos de esquerda.

Muitos outros fatores devem ser levados em consideração e dizem respeito à percepção de ameaças e oportunidades por parte da militância, a consolidação de laços e identidades comuns, mobilização de afetos e uso de redes sociais, sendo que, em determinadas circunstâncias, tais fatores foram mais importantes do que a posse de recursos abundantes. Afinal, como explicar o sucesso de Jair Bolsonaro em reunir em torno de si mais de 20% das intenções de voto para as eleições presidenciais de 2018 a despeito de contar com recursos materiais e organizacionais pífios em comparação com outros concorrentes? Não siga o dinheiro, siga a militância (ROCHA, 2018, p. 52).

De acordo com Almeida (2018), a ideologia conservadora possui muitas matizes e diferentes concepções. Portanto, primeiro é preciso distinguir o conservadorismo clássico do neoconservadorismo. A origem do conservadorismo clássico tem origem no século XVIII, com destaque nas obras de Edmund Burke, Joseph de Maistre e Louis de Bonald. Esses autores tinham em comum, essencialmente, a defesa e conservação dos valores tradicionais, como a monarquia e a religião cristã, diante das ameaças trazidas pelas revoluções liberais, tal qual a revolução americana e francesa.

No século XIX, o surgimento da sociedade industrial daria à ideologia conservadora um tom de oposição ao racionalismo e ao cientificismo, bem como ao fim da vida tradicional e hierarquizada, ameaçada pelas reivindicações por democracia. Pode-se observar também na versão contemporânea do conservadorismo uma defesa das elites, consideradas por muitos como mais aptas ao exercício do governo (ALMEIDA, 2018, p. 26).

Por sua vez, o neoconservadorismo se reconfigura como uma reação ao Estado do bem-estar social (*Welfare State*), à contracultura e a nova esquerda, fenômenos que estão associados ao pós-Segunda Guerra Mundial e ao advento do regime de acumulação fordista. Segundo Almeida (2018), para os neoconservadores, a crise econômica que atingiu o capitalismo no final dos anos 60 era, antes de tudo, uma crise moral, onde a sociedade começa a declinar por causa do abandono dos valores tradicionais, que governam a sociedade desde os primórdios da civilização, em nome de um igualitarismo artificial criado pela intervenção

estatal. Ou seja, o intervencionismo do *Welfare State* era o principal motivo da crise. Portanto, a ideologia neoconservadora se configura basicamente pela restauração da autoridade da lei, do restabelecimento da ordem e da implantação de um Estado mínimo que não seja um empecilho para a liberdade individual e a livre iniciativa.

Para os neoconservadores, a ruptura com as bases que permitiram a consolidação da sociedade ocidental fez com que fossem apagadas as diferenças naturais existentes entre os indivíduos. Diferenças de classe, entre os sexos e até mesmo as raciais sempre fizeram parte da ordem social; abandonar essas diferenças em prol de uma ilusória “sociedade sem classes” levaria a uma degradação cultural sem precedentes. A prova disso estaria, segundo o pensamento neoconservador, na “infestação” de *hippies*, sindicalistas, estudantes, comunistas, negros e feministas, grupos que ganharam força em razão da permissividade e do assistencialismo estatal (ALMEIDA, 2018, p. 26).

A partir do entendimento da ideologia neoconservadora, Almeida (2018, p. 27) também traz para a discussão a relação existente entre liberais e conservadores. Segundo este autor, a sociedade capitalista possui formas sociais básicas que precisam ser conservadas: a forma mercadoria, a forma dinheiro, a forma Estado e a forma jurídica. Em resumo: para que haja a sociabilidade básica do capitalismo é preciso que exista uma troca generalizada de mercadoria entre homens livres e iguais no momento da troca mercantil. Assim, o portador dessa mercadoria é um sujeito de direito. Porém, é preciso lembrar que esse sujeito de direito só é livre e igual durante a relação mercantil, não tendo a ver com o respeito à dignidade ou com a garantia das necessidades materiais. A condição de sujeito de direito, a equivalência geral do dinheiro a propriedade das mercadorias precisa ser protegida por um poder político centralizado, que mantém a ordem social que pode usar a força ou não acerca do funcionamento da sociedade. “O que se depreende daí é que o Estado sempre será, de um jeito ou de outro, uma força conservadora, na medida em que precisa atuar na preservação das formas sociais básicas do capitalismo”.

A partir desse entendimento, Almeida (2018, p. 28) explica que a crise do capitalismo, do ponto de vista liberal, não deve ser compreendida pela violência social, insurgência popular, pobreza ou ilegalidade, pois tais fenômenos são inerentes ao capitalismo, mesmo em épocas de estabilidades. A disfuncionalidade que define a crise do capitalismo diz respeito à incapacidade de um determinado arranjo social da produção capitalista em gerar lucro. “Crise, portanto, refere-se aos mecanismos estruturais de exploração do trabalho, de circulação mercantil e de concorrência”. Portanto, em momentos de crise, em que é preciso conservar o que é preciso ser conservado, as formas sociais, que possibilitam a geração de lucro, os liberais podem se tornar reacionários.

Não houve na história golpe de Estado ou ditadura que não tenha tido a participação

direta ou indireta do Poder Judiciário, do Ministério Público e até de advogados, quando não de suas corporações. O que importa nesses momentos é a preservação das formas sociais, sendo todo o resto formado por questões circunstanciais que refletem o estágio das forças em conflito em cada tempo histórico. [...] A democracia, expressa pela ampla possibilidade de participação nas decisões políticas e a cidadania, a garantia de direitos individuais, sociais e econômicos são elementos caros ao processo de reprodução capitalista, pois reforçam a ideia de unidade e de coesão social. [...] a democracia e a cidadania poderão e serão ultrapassadas pela necessidade de conservar as formas sociais, o que pode ser dar de maneira episódica ou sistemática (ALMEIDA, 2018, p. 29-30).

Ao debater a natureza da nova direita brasileira, Almeida (2017) traz para a discussão um enquadramento mais preciso sobre a composição deste fenômeno. Para o autor o direcionamento político e social da direita brasileira contemporânea é o produto resultante de diversas forças que estão em contiguidade, porém acenam em direções próprias. Seguindo esse entendimento, Faganello (2015, p. 147) explica que o termo “onda conservadora” pode nos levar a creditar que esse fenômeno possui uma única direção, isento de ambiguidades ou compostos por atores homogêneos, com objetivos mais ou menos parecidos, o que “nesse sentido, cada fenômeno pode ser interpretado como uma pequena onda, mas que no plano geral configuram, portanto, uma maré conservadora”.

Entretanto, uma análise mais detida sobre o problema coloca em dificuldades essa compreensão abrangente, revelando uma diversidade de posicionamentos a direita. O que está desenhado é uma multiplicidade de movimentos que buscam caminhar em direções próprias. Possuem discursos, finalidades e públicos distintos, mas, por manterem alguns pontos de contato mais ideológicos do que práticos – e se aproveitando de um contexto político favorável –, acabam ganhando corpo e uma direção mais ou menos consistente e articulada de acordo com a situação e os interesses em jogo (FAGANELLO, 2015, p. 147).

De acordo com Faganello (2015), a partir de uma radiografia geral do perfil do parlamento, é possível identificar três grupos de direita que estão, basicamente, em coesão: em primeiro lugar, uma bancada empresarial, considerável em termos numéricos, que defende o liberalismo econômico e medidas de redução do Estado na economia; a segunda, composta por uma frente de religiosos conservadores, principalmente de evangélicos, porém, é possível encontrar lideranças católicas mais conservadoras. Em suas pautas estão a defesa dos direitos da família tradicional heteronormativa, contrapondo-se a políticas sobre direitos para homossexuais, bem como direitos reprodutivos, como a legalização do aborto; por fim, uma terceira, composta, majoritariamente, por ex-policiais militares e delegados da polícia civil, que defendem questões securitárias, como a redução da maioria penal, revogação do estatuto do Desarmamento, além de medidas repressivas no combate à criminalidade.

A “Bancada da Bala” como é conhecida, busca representar os anseios políticos de profissionais de segurança pública, principalmente, dos batalhões policiais. Os representantes

políticos desses setores fundamentam suas ideias e atitudes na percepção de que existe um contexto social definido por uma crescente e constante insegurança e desordem pública. Portanto, segundo Faganello (2015), haveria um excesso de liberdade e uma perda da autoridade das instituições, reflexo da incapacidade das leis democráticas e do Estado de Direito de promover a ordem. Por essa razão, justifica-se o uso de ações extremistas.

[...] abraçando a defesa da máxima “bandido bom, é bandido morto”; suas páginas nas redes sociais concentram diversas postagens com conteúdos sobre supostos confrontos com civis - chamando-os, geralmente, de “vagabundo” - e a exposição de casos policiais mortos, ou de crimes em geral, seguidas por discursos revanchistas. [...] Passa-se a valorizar abertamente medidas arbitrárias de repressão sobre qualquer indivíduo que cometa um crime, geralmente orientadas para a eliminação física do sujeito sem nenhum tipo de proporcionalidade entre a conduta criminosa e o castigo aplicado. [...] Diante de um Estado corrupto e de uma justiça percebida como uma instituição conivente ou pouco rigorosa com o banditismo - e que, portanto, e parte e causadora do problema da desordem -, o indivíduo deposita suas esperanças naqueles que estão na “linha de frente do conflito (FAGANELLO, 2015, p. 147, 148, 150 e 151).

Para aprofundar o debate em relação aos atores políticos securitizadores, Faganello (2015) também buscou analisar a adesão dos conjuntos de ideias e programas expressos por determinados candidatos a partir da análise da votação dos parlamentares pertencente à Bancada da Bala. Apesar de muitos representantes desse setor afirmarem que o crescente número de parlamentares policiais seja um clamor da periferia, o estudo mostrou que a concentração geográfica dos votos desses candidatos se restringia aos bairros de classe média. Inversamente, existia um decréscimo nas votações percentuais à medida que se avançava para bairros periféricos. O autor pondera que essa adesão aos estratos médios da população não significa que esses setores sejam essencialmente autoritários, mas que tais candidatos conseguem ter mais penetração nessas regiões. Faganello (2015) explica que apontar as causas dessa relação sem maiores pesquisas empíricas pode ser perigoso; porém, o autor versa para o possível aumento da criminalidade nesses bairros, o que permite a adesão aos discursos securitários.

Sobre o fenômeno inverso em regiões periféricas, o autor destaca:

Uma hipótese é a de que isso aconteça exatamente por serem eles o alvo preferencial de uma política de segurança autoritária. O cidadão que mora na periferia já vivencia no cotidiano - e não e de hoje - a experiência de uma “política de segurança” arbitrária e autoritária, exemplificada pelas incontáveis chacinas nas periferias cometidas por grupos de extermínio que contam com a colaboração de policiais; ou pelas conhecidas e bem documentadas denúncias de abuso de autoridade contra civis pobres, negros e moradores de favelas e periferias (FAGANELLO, 2015, p. 156).

Contudo, ao analisar as votações de candidatos evangélicos eleitos, Faganello (2015, p. 158) identificou um fenômeno inverso: a concentração passa a ser nas regiões periféricas. Segundo o autor, a razão disso é a forte adesão dos discursos conservador-

evangélico, diferente do securitário, nesses locais. “O conservadorismo é um traço predominante da atuação política entre evangélicos, encontrando forte apelo eleitoral em discursos a favor da família, contra o aborto ou negando políticas de gênero e sexualidade”.

Nos últimos anos, forças conservadoras, que trabalham a favor da contenção, restrição e retrocesso de alguns direitos adquiridos após a redemocratização (ALMEIDA, 2017), principalmente durante os governos petistas, têm trabalhado para as perdas de determinadas conquistas no universo dos direitos. Nesse contexto, o conjunto de deputados moralistas que compõe a Bancada Evangélica ameaça a laicidade do Estado brasileiro com suas pautas fundamentalistas.

A presença da religião evangélica na esfera política é um reflexo das mudanças na estrutura brasileira. Segundo a pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)²³, a população evangélica deve ultrapassar pela primeira vez o total de católicos no país a partir de 2032. Há aproximadamente 22 milhões de evangélicos (22% do total) contra 125 milhões de adeptos do catolicismo. Dessa forma, a ascensão demográfica dos evangélicos permitiu a presença de representantes desse segmento tanto no Legislativo como no Executivo.

A partir da análise da votação e atuação dos representantes evangélicos na Câmara dos Deputados, Almeida (2017, p. 10) identificou que nem todos os temas podem ser classificados como conservadores; porém, “em relação aos direitos reprodutivos e sexuais e à família, a moral religiosa é um orientador significativo da atuação dos deputados”. Para o autor, essas proposições indicam o foco da atuação parlamentar evangélica na busca por legitimar o discurso religioso e, conseqüentemente, a aprovação do seu eleitorado.

Para compreender a contemporânea participação evangélica na atual política brasileira, achamos interessante trazer, as "quatro linhas de força" traçadas por Almeida (2017) para o estudo do movimento conservador-religioso: econômico, moral, securitária e interacional. Na vertente econômica, o autor identifica o posicionamento a favor do esforço e do mérito individual, em oposição aos programas de políticas públicas e sociais de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família dos governos petistas, que são vistos como clientelismo político e acomodação dos mais pobres. Tal pensamento está alinhado com as ideias do liberalismo, no qual o mérito individual é valorizado e incentivado religiosamente.

A Teologia da Prosperidade neopentecostal, por sua vez, prega uma ética econômica voltada para o mundo, onde possuir e ascender são sinais de que Deus, e não o diabo, age em sua vida. Essa ascensão não se ancora especificamente na disciplina e na

²³ Evangélicos devem ultrapassar católicos no Brasil a partir de 2032. Veja, 2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/evangelicos-devem-ultrapassar-catolicos-no-brasil-a-partir-de-2032/>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

dedicação ao trabalho, mas em uma disposição empreendedora de quem almeja tornar-se o patrão nas relações de trabalho. Tal disposição de empreender é alimentada por ritos sacrificiais - como dar o dízimo - que geram expectativas de prosperidade material no futuro. Os riscos materiais do empreendimento são considerados atos de fé (ALMEIDA, 2017, p. 14).

A segunda linha de força, apontada por Almeida (2017), talvez seja a que mais se sobressaía entre as pautas dos representantes evangélicos. A moralidade reguladora refere-se ao processo de sacralizar a vida pública. Almeida (2017) lembra que a temática de ordem moral é algo recente, pois, a entrada de evangélicos na política institucional nos anos 1980 visou mais à canalização de recursos para as instituições religiosas, como isenção de impostos e concessões de meios de comunicação, do que em ações no sentido de regular o comportamento. Agora, o discurso mais frequente é de que se faz necessário a contenção dos avanços da "ideologia progressista" nos comportamentos e nos valores.

Entretanto, os protagonistas mais visibilizados do conservadorismo moral religioso nos últimos anos têm sido os evangélicos pentecostais que entraram, mais do que em qualquer outro momento, na disputa pela moralidade pública para maior controle dos corpos, dos comportamentos e dos vínculos primários. [...] A conclusão foi que estávamos a caminho do obscurantismo que sobrepõe política e religião, impondo-se como valor, comportamento e poder (ALMEIDA, 2017, p. 17-20).

A terceira linha de força não se mostra tão expressiva quanto à moralidade, mas tem servido como auxílio aos interesses dos aparelhos de segurança pública e privada: As questões securitizadas. Tradicionalmente, os evangélicos são contra a pena de morte; porém, muitos parlamentares da Bancada da Bíblia votaram a favor da redução da maioria penal, por exemplo (ALMEIDA, 2017, p. 21). Essa linha de força parece ser mais estratégica, em que o objetivo é “encontrar um considerável apoio popular, como as políticas de encarceramento e ações mais repressivas da polícia na vigilância de potenciais infratores”. Esse é o elo que liga a ala fundamentalista religiosa aos representantes securitizados.

Por fim, como quarta linha de força, Almeida (2017) destaca a intolerância social, influenciada por discursos fundamentalistas, que tende a se tornar mais intensa em situações de forte antagonismo político. É preciso lembrar que a internet, principalmente por meio das redes sociais, vem se tornado o palco para a proliferação de discursos extremistas e hostis, o que contribui mais ainda para a polarização política.

Vingança, fobia e ódio foram os termos mobilizados para descrever os afetos gerados pela “onda conservadora”. [...] Na conjuntura atual, muitos brasileiros – pelo menos entre aqueles que acompanham com maior atenção à política nacional – têm experienciado, por um tempo prolongado, cisões entre opiniões e posições políticas e morais que têm tensionado alguns laços de amizade, de trabalho e familiares. Em especial, as redes sociais na internet potencializaram ainda mais as tensões interpessoais em torno de temas políticos e morais (ALMEIDA, 2017, p. 23).

A crise de representatividade política tem sido um dos grandes problemas que as democracias contemporâneas vêm enfrentando atualmente. O enfraquecimento da legitimidade das instituições representativas, como atores de representação dos desejos da população e sua não correspondência com as demandas societárias, somados aos casos de corrupção, mau uso do dinheiro público e as mudanças estruturais nas economias capitalistas (VIANA, 2015) são os principais motivos apontados para a ocorrência do “voto de protesto”, ou seja, quando o eleitor insatisfeito vota em branco, nulo ou se abstém.

De acordo com Viana (2015), o distanciamento entre os partidos políticos e os eleitores começa a ser percebido a partir do século XX na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. A não identificação partidária, a volatilidade eleitoral dos representantes e a queda de índices de participação nas eleições se mostraram como os primeiros sintomas da grave crise de representatividades que os regimes democráticos vêm vivenciando. Dentro desse contexto, Norris (2011) traz o conceito de “déficit democrático”, caracterizado pela diferença entre os anseios de uma população e as performances dos governos. Já Dalton (2004) identificou a existência de um desequilíbrio entre a capacidade de oferta do Estado e novas demandas, como ambientais, de movimentos sociais, étnico-raciais entre outros.

Segundo Monte e Vieira (2017), o termo crise remete a períodos de instabilidade crônica, ou paralisação das instituições, em que existem graves dificuldades de negociações entre os diferentes atores que compõem a institucionalidade política. Fatores como: desinteresse dos cidadãos em eleições, principalmente em torno de polarizações extremas, falta de identificação partidária, embaçamento do jogo político e a excessiva interferência do Judiciário na vida política são indicativos de deficiência na representação política de um país democrático.

Para os autores, a ideia que o Brasil passa por um momento de crise se consolidou em 2016, após impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, mas o início da insatisfação popular começa a ser percebido em 2012 com o julgamento do caso “Mensalão” pelo Supremo Tribunal Federal e, posteriormente, com as jornadas de protesto em junho de 2013. Essas manifestações populares começaram contra o aumento da tarifa de ônibus. Depois, já nas ruas, o povo começou a questionar a corrupção, os gastos com a Copa do Mundo de 2014, a qualidade de ensino, a falta de saúde pública, a privatização do Maracanã, mais outras tantas insatisfações. Não houve lideranças: foi um movimento difuso, incentivado por redes sociais, e formado por diversos grupos de interesse (LORENCI; SOUZA, 2014, p. 2). Apesar de analisarmos o contexto eleitoral de 2016, não podemos esquecer que, a partir deste ano, o cenário passou a se

agravar mais ainda. Isso porque o governo do presidente Michel Temer (MDB)²⁴, que veio com o discurso de “salvar o país” da crise que o governo petista tinha deixado, acabou desapontando mais ainda os representados. Com o apoio inicial da maioria do Congresso Nacional e com o viés claro de atender os desejos do mercado e da elite política do país, pautas antipopulares foram sendo aprovadas com resultados catastróficos, como, por exemplo, a PEC do Teto dos Gastos, que limita os investimentos na saúde e da educação, e a Reforma Trabalhista, que precarizou o trabalho e intensificou o aumento do desemprego. Michel Temer também foi denunciado duas vezes pelo Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, por crimes comuns, tendo como pilares os crimes de corrupção passiva, organização criminosa e obstrução de justiça, no âmbito da Operação Lava Jato. Apesar disso, as duas denúncias foram barradas pela Câmara dos Deputados.

2.4 O “Bolsonarismo” e a esfera política

As eleições de 2018 trouxeram um marco para história política do país. A vitória no segundo turno de um deputado do baixo clero do legislativo, com menos de dez segundos de televisão no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), sem uma coligação partidária sólida e com uma carreira política marcada por atitudes e discursos polêmicos, a vitória de Jair Bolsonaro não só rompeu com um ciclo de disputa que era protagonizado pelo PT x PSDB, desde 1994, como também trouxe uma nova reconfiguração da arena política brasileira, que vai desde a chegada de novos atores a novas formas de comunicação com o eleitor-cidadão, por exemplo.

Jair Messias Bolsonaro é capitão reformado do Exército e venceu as eleições presidenciais aos 63 anos; porém, para entender sua ascensão na política e os seus desdobramentos é preciso conhecer primeiro sua trajetória²⁵. Em 1977, Bolsonaro concluiu o curso de formação de oficiais da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), localizada em Resende no Rio de Janeiro (RJ), e o curso de paraquedismo militar na Brigada Paraquedista do mesmo estado. Em 1983, formou-se em Educação Física na Escola de Educação Física do Exército, e tornou-se mestre em saltos pela Brigada Paraquedista do Rio de Janeiro. Contudo,

²⁴ Governo Temer completa um ano; relembre alguns fatos. Agência Brasil, 2017, Brasília. Disponível em: <<http://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2017-05/governo-temer-completa-um-anorelembrealguns-fatos>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

²⁵ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV). Verbetes: Jair Bolsonaro. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jair-messias-bolsonaro>>. Acesso em: 13 ago. 2019.

Bolsonaro ganhou visibilidade nacional em 1986, quando, ao servir ao 8º Grupo de Artilharia de Campanha como capitão no Rio de Janeiro, escreveu o artigo intitulado “O salário está baixo” na revista *Veja*, sobre os valores pagos à categoria. O artigo provocou sua prisão, durante 15 dias, por infringir o regulamento disciplinar do Exército.

Posteriormente, Bolsonaro foi acusado de planejar a operação “Beco Sem Saída”, em 1987, que tinha como objetivo a explosão de bombas de baixa potência em unidades militares para protestar contra os baixos salários. No ano seguinte, Bolsonaro foi julgado e inocentado pelo Superior Tribunal Militar (STM), que decidiu não afastar o capitão; mesmo assim, Bolsonaro decidiu se desligar do Exército. Coincidentemente, no mesmo ano, em novembro, Bolsonaro foi eleito vereador pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, pelo Partido Democrata Cristão (PDC). As polêmicas que ele estava envolvido serviram para dar-lhe projeção entre os militares e contribuiu para sua eleição. Empossado em janeiro do ano seguinte, cumpriu pouco tempo de mandato, uma vez que, em outubro de 1990, foi eleito deputado federal, pela mesma legenda, com os votos de suas bases eleitorais na Vila Militar e em algumas zonas de Resende (RJ).

Com 27 anos de vida pública e oito mandatos como deputado federal, Bolsonaro continuou colecionando polêmicas ao longo de sua carreira na política: defendeu o retorno do regime militar e o fechamento temporário do Congresso, a pena de morte, a prisão perpétua, o regime de trabalhos forçados para condenados, a redução da maioria para 16 anos e um rígido controle da natalidade como maneira eficaz de combate à miséria e à violência. Crítico das políticas de memória dos desaparecidos na ditadura militar, mandou confeccionar cartazes com as frases “quem procura osso é cachorro”.

Apesar das polêmicas envolvidas, em sua função como parlamentar, Jair Bolsonaro não se destacou: desde sua chegada ao parlamento, o então deputado federal apresentou mais 171 projetos, que consistiam em projetos de lei, de lei complementar, de decretos de legislativo e propostas de emenda à Constituição (PECs), porém conseguiu aprovar apenas duas propostas: a primeira, que estendia o benefício de isenção do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) para bens de informática, e a outra que autorizava o uso da chamada “pílula do câncer” – a fosfoetanolamina sintética²⁶. Uma terceira iniciativa de Bolsonaro no Congresso foi uma emenda de 2015, que determinava o voto impresso; porém, o Supremo Tribunal Federal (STF)

²⁶ Bolsonaro só aprovou 3 propostas em 26 anos. E uma delas custará R\$ 2,5 bi ao país. Sputnik Brasil, 2017. Disponível em: <<https://br.sputniknews.com/brasil/201707238935795-propostas-aprovadas-bolsonaro-congresso/>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

decidiu, por 8 a 2, em julho 2018, derrubar o voto impresso²⁷ para a eleição deste ano, alegando que o sigilo do voto poderia ser violado. Contudo, a questão não foi julgada de maneira definitiva e não possui previsão de novas deliberações para os próximos pleitos. Cabe aqui destacar que, além de nunca estar entre os cem principais parlamentares avaliados por instituição independentes, as realizações efetivas de Bolsonaro como deputado diferem da pauta pró-militar e de segurança pública que garantiram ao capitão da reserva do Exército uma sequência de mandatos consecutivos.

Desde a crise do Mensalão a partir de 2005, Bolsonaro já vinha atacando o Partido dos Trabalhadores (PT) e políticos envolvidos com casos de corrupção. Voltou a atacar o PT também durante a campanha de desarmamento organizado pelo governo federal. Em 2011, o deputado começa a ganhar notoriedade nacional novamente com as denúncias do “kit gay”²⁸, que atraiu o olhar do público conservador, principalmente da bancada fundamentalista religiosa. A partir daí, Bolsonaro começa a surfar na onda das manifestações de 2013, estreando sua página no Facebook durante as mobilizações com sete milhões de seguidores²⁹. Enquanto a Operação Lava Jato recheava o noticiário expondo a elite da classe política envolvida no escândalo e sabendo utilizar as redes sociais ao seu favor, Bolsonaro ganha espaço na esfera político-midiática com um discurso ultraradical, que une o antipetismo e o combate à corrupção, a defesa de valores e crenças cristãs tradicionais, uma pauta recrudescida de segurança pública e armamentista, além de falas homofóbicas, racistas e misóginas.

Ao se colocar como *outsider* na política e com um discurso forte de renovação, o capitão do exército foi ganhando apoiadores tanto nas ruas como em setores do meio político, que começou a enxergar viabilidade em sua campanha. Bolsonaro tinha ao seu favor o fato de

²⁷ Por 8 a 2, STF derruba voto impresso nas eleições de 2018. G1, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/relator-no-stf-admite-impressao-de-votos-mas-diz-que-implantacao-pelo-tse-pode-ser-gradual.ghtml>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

²⁸ Presente na campanha eleitoral de Jair Bolsonaro em 2019, o “kit gay” foi o nome pejorativo, apelidado por conservadores, ao material oriundo do projeto “Escola sem Homofobia”, dos governos petistas. A ideia era oferecer um guia de orientação sobre gênero e sexualidade aos professores e a escola para reconhecer a diversidade sexual entre os jovens, além de combater o preconceito. Porém, assim que o Ministério da Educação (MEC) divulgou o material, em 2011, após a reação de grupos conservadores, o material foi suspenso pela presidente Dilma Rousseff, sem ser divulgado nas escolas. Na época, o deputado Jair Bolsonaro, então no PP, foi um dos primeiros a se posicionar contra a iniciativa, acusando o MEC, chefiado por seu adversário no segundo turno, Fernando Haddad, e grupos LGBT de “incentivarem o homossexualismo (sic) e a promiscuidade”. Bolsonaro distribuiu panfletos alertando sobre os riscos do material, o que contribuiu para sua visibilidade nacional. Segundo ele, o material seria distribuído para crianças; no entanto, o público-alvo era estudantes do ensino médio. Durante as eleições, Bolsonaro investiu maciçamente no tema, contudo, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) proibiu a veiculação de vídeos em que Bolsonaro utiliza a expressão “kit gay”, alegando desinformação durante o período eleitoral. Para saber mais: “Kit gay”: A verdade sobre o programa alvo de críticas e fake news de Bolsonaro. Huffpost Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2018/10/24/kit-gay-a-verdade-sobre-o-programa-alvo-de-criticas-e-fake-news-de-bolsonaro_a_23565210/>. Acesso em: 15 ago. 2019.

²⁹ Vida e ascensão do capitão Bolsonaro. El País, 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/politica/1539969259_171085.html>. Acesso em: ago. 2019.

não está envolvido em grandes escândalos de corrupção que assolaram o país nos últimos anos e foram intensificados para Operação Lava Jato. Chamado de “Mito” pelos seus simpatizantes, conforme a candidatura de Bolsonaro se consolidava, conseguiu atrair o apoio da maioria dos líderes religiosos, principalmente das lideranças evangélicas, apesar do seu discurso polêmico.

Ao longo de sua carreira como parlamentar³⁰, Bolsonaro passou por sete partidos diferentes: PDC (1988-1993); PPR (1993-1995); PPB (1995-2003); PTB (2003-2005), PFL (2005); PP (2005-2016), PSC (2016) e PSL (a partir de 2018). Ao anunciar, já em 2017, que disputaria as eleições presidenciais, Bolsonaro deixa o Partido Social Cristão (PSC), partido que estava desde 2016, e depois de flertar com outros partidos, migra para o Partido Social Liberal (PSL) no início de 2018, uma legenda pequena e desconhecida até então, partido este que acolheu todas as suas exigências e estruturas para sua pré-candidatura.

Por fim, já alinhado com setores direitistas e com uma narrativa antiesquerda, Bolsonaro agregou um discurso neoliberal, de redução de impostos e da interferência do Estado, e conseguiu apoio do mercado e de grandes empresários brasileiros – apesar do liberalismo nunca ter sido prioridade em suas pautas defendidas durante sua longa atuação como parlamentar. Bolsonaro tinha como conselheiro econômico de campanha, o seu “guru” em economia, Paulo Guedes³¹, economista, professor e com experiência no mercado financeiro. Guedes fez mestrado e doutorado na escola de Chicago, nos Estados Unidos, escola ligada ao pensamento liberal na economia, e defende a privatização das estatais, uma reforma no modelo previdenciário e simplificação da máquina pública. Já durante a campanha, Paulo Guedes já era anunciado como Ministro da Fazenda, caso Bolsonaro ganhasse as eleições, o que de fato ocorreu.

Assim como alertado por Miguel (2018), não é possível entender a “nova direita brasileira” como um bloco homogêneo, sem rupturas, clivagens e divergências. Ao reemergir no cenário político nacional, as novas direitas são constituídas por diversas vertentes, que podem até partilhar de inimigos comuns, como a esquerda e/ou o PT, mas que podem divergir em outros temas, como a atuação do Estado e pautas morais, por exemplo.

Para compreender uma das vertentes mais significativas da direita renovada brasileira e que começa a ganhar mais evidências, principalmente, pós-impeachment, uma

³⁰ Bolsonaro já mudou de partido sete vezes. Estado de Minas, 2018. Disponível em: <<https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/01/politica,929227/bolsonaro-ja-mudou-de-partido-sete-vezes.shtml>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

³¹ Guru econômico de Bolsonaro, Paulo Guedes quer privatizar estatais e reformar Previdência. G1, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/28/guru-economico-de-bolsonaro-paulo-guedes-quer-privatizar-estatais-e-reformar-previdencia.ghtml>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

direita radicalizada, que se personifica e desemboca não só na vitória de Bolsonaro no pleito de 2018, mas também em uma onda conservadora tanto na esfera federal como estadual, principalmente com nomes ligados ao capitão do exército e ao seu partido, Solano (2018) buscou identificar e mapear os principais elementos de identificação e representações simbólicas dos simpatizantes de Jair Bolsonaro, que permitiram sua ascensão política e chegada na Presidência da República. De acordo com a autora, para entender o fenômeno do “Bolsonarismo” na esfera política, é preciso entender que as causas são múltiplas e complexas, não permitindo a redução a uma variável unidimensional.

Segundo Solano (2018), a crise política que o Brasil vem enfrentando desde os últimos anos deixou espaços para a penetração e organização político-social das novas direitas no país. “Fatores conjunturais” e “estruturais” contribuíram para o crescimento e visibilidades desses grupos; porém, cabe aqui destacar que acreditamos que muitos desses elementos elencados pela pesquisadora serviram para a ascensão dessa direita renovada como um todo, apesar de prolixa; contudo, elementos específicos permitiram a identificação dos cidadãos-eleitores que potencializaram a chegada de uma direita mais extremada e antidemocrática ao poder, simbolizada na figura de Jair Bolsonaro. Por isso, recorreremos ao trabalho da autora para conseguirmos mapear e compreender as características simbólicas do “Bolsonarismo”.

De acordo com Solano (2018), o processo de impeachment ocasionou uma ruptura democrática na estabilidade institucional e uma aceleração da decomposição política, acarretando em uma perda de confiança nas bases representativas da sociedade. A existência de um Congresso pulverizado e de matriz conservadora, com a presença de muitos parlamentares descomprometidos com o processo democrático intensificou a crise política. Já a crise econômica iniciada em meados de 2014, com o aumento das taxas de desemprego, da vulnerabilidade e da precariedade de amplas camadas populacionais, contribuiu mais ainda para o desgaste do tecido social. Por outro lado, os abusos da Operação Lava Jato, originados por um Judiciário militante que extrapolou suas funções e desequilibrou os poderes, “judicializando” a política, foram outros elementos que aumentaram o risco antidemocrático. Paralelo a esse fator, temos ainda uma imprensa hegemônica e oligárquica, comprometida mais com interesses particulares do que a ética jornalística, que contribuiu para o “espetáculo lavajista”, ou seja, uma existência de uma narrativa moralista, populista e punitiva contra a corrupção e que não respeita as garantias penais.

Episódios como o levantamento do sigilo e a posterior disponibilização das escutas telefônicas do ex-presidente Lula com a presidente Dilma Rousseff pelo juiz Sérgio Moro, no dia 16 de março de 2016, causando um terremoto nacional depois da divulgação pelo Jornal Nacional, com o evidente propósito de estimular a comoção

pública e preparar o terreno social propício para a votação do impeachment, são exemplos inconfundíveis do ativismo judicial midiático lavajatista, atuando na dinâmica da espetacularização judicial. Da mesma forma, funcionaram as delações televisionadas de Joesley Batista, as quais, por horas, a população brasileira assistiu ao degradante teatro do empresário que, com uma postura de macho confiante, foi desvelando o segredo pós-democrático: a democracia é leiloada, comprada e vendida pelos grupos econômicos. Consequência direta desta sessão interminável de exorcismo televisivo foi o aumento do sentimento antipolítico na população. A luta contra a corrupção como um eficaz instrumento populista (SOLANO, 2018, p. 5).

Ainda entre os fatores conjunturais, Solano (2018) destaca a nova reconfiguração da sociedade brasileira. A partir dos programas de inclusão social promovidos pelos governos petistas, sobretudo na era lulista, que promoveu a diminuição da drástica taxa de miséria, o aumento da empregabilidade e o crescimento de uma nova classe consumidor, modificou a morfologia das regiões periféricas do país. Para Solano (2018), essa ascensão social provocou uma mudança de comportamento desses setores, que conseguiram ter um nível maior de renda e formalidade.

A raiva antipetista tem um de seus fundamentos nesta reordenação social. Igualmente, o fato do PT ter se transformado no partido do governo durante um ciclo extenso afastou-o progressivamente das camadas populares, provocando novas preferências eleitorais em algumas destas novas classes consumidoras que, frequentemente, se autoenquadram como novas classes médias e se distanciam da identidade com o petismo (SOLANO, 2018, p. 4).

Solano (2018) explica que o antipetismo foi o grande fator de coesão e mobilização social ao longo de 2015-2017. A partir desse conjunto de fatores, o contexto nacional pós-2013, e que vem se agravando até as mobilizações a favor do impeachment da presidente Dilma Rousseff, abriu espaço para uma direita neoconservadora, populista e radical, que a partir da luta anticorrupção se coloca como única alternativa política.

É importante ressaltar que estes grupos se estruturaram em torno à demanda do impeachment e em protesto contra a corrupção petista, portanto, são grupos de fato heterogêneos, mas cuja identidade coletiva se define com base em um antipetismo muito presente. [...] o Movimento Brasil Livre, Vem Pra Rua ou o próprio Jair Bolsonaro, que construíram boa parte de sua popularidade na ideia de que o PT seria o partido mais corrupto de Brasil e num ataque frontal, moralista, destrutivo e demagógico contra o Partido dos Trabalhadores (SOLANO, 2018, p. 4).

Outro fator importante citado por Solano (2018, p. 4) é a crescente penetração das igrejas evangélicas como articuladora da sociabilidade, principalmente nas regiões periféricas, e que se configuram como um novo e importante ator social e político. “Algumas delas, como a neopentecostal Igreja Universal do Reino de Deus, são grandes aliadas na disseminação dos valores capitalistas, a meritocracia e a individualização do esforço”. Desta forma, o crescimento das igrejas evangélicas fez aumentar o poder de representação de líderes fundamentalistas religiosos no Congresso, consolidando a “Bancada da Bíblia”.

A partir de pesquisas com participantes das manifestações em prol da Operação Lava Jato, em 2017, a fim de compreender as pautas e os posicionamentos dos manifestantes, Solano (2018) identificou que os “verdes-amarelos” se consideravam majoritariamente de direita, centro-direita e conservador, porém respondiam os questionários de forma pouco coesa. Diferente do que possa ser esperado, é apenas uma a minoria dos manifestantes que concorda que a união de pessoas do mesmo sexo não constitui uma família (34,8%) ou pensam que a escola deva ensinar valores religiosos (48,6%). Porém, a maioria acredita que feminismo é machismo ao contrário (57,2%). Sobre a unidade nas respostas, a maioria defende a pena de morte e o recrudescimento de penas para punir criminosos – o que revela um caráter punitivista do movimento. Os manifestantes também rejeitam os programas sociais e de distribuição de renda.

De acordo com Moura e Corbellini (2019, p. 64), devido as suas condições, Bolsonaro, tecnicamente, não tinha como ganhar as eleições devido à vulnerabilidade de sua candidatura, porém soube se vender como o novo. Por um tempo considerável, a política tradicional e parte da grande mídia não deram atenção aos discursos de Bolsonaro; porém seus eleitores sim, além de reagirem com engajamento. “A simplicidade, os erros de conjugação e a articulação aparentemente tosca das falas construía diques de proteção onde mais interessava: nos ouvidos dos eleitores. O elemento autenticidade se impunha”.

A campanha de Bolsonaro não estava preocupada em apresentar um projeto para o país, mas, sim, procurou expressar e refletir o que as pessoas sentiam. O candidato à presidência soube canalizar o ódio pela política tradicional com os gargalos do país e transmitiu o seu discurso baseado no senso comum. “O ódio contra a política tradicional, contra a corrupção, contra a violência, contra as ameaças aos valores da família cristã, contra o "socialismo" em todas as suas variantes” (MOURA; CORBELLINI, 2019, p. 66). Assim, o voto em Bolsonaro significava “dar o troco nos políticos”, colocar alguém de “fora” dos ciclos de poder. Ao utilizar o território comunicacional das plataformas digitais ao seu favor, Bolsonaro conseguiu conversar com grupos diferentes, sempre fomentando o imaginário da antipolítica.

Os eleitores não estavam procurando um gestor, alguém testado e preparado para “dar conta” do país. Tanto que os dois discursos ancorados na “experiência”, o de Geraldo Alckmin, pela centro-direita, e o de Ciro Gomes, pela centro-esquerda, não conseguiram ter o impacto mobilizador de preferências que muitos analistas esperavam. Os eleitores queriam “dar o troco” nos políticos e encontraram em Bolsonaro o líder que significava essa ruptura, que personalizava isso (MOURA; CORBELLINI, 2019, p. 69).

A dupla de autores completa:

O fato de Bolsonaro ter passado por vários partidos, entre os quais muitos envolvidos na própria Lava Jato, ou de haver acumulado sete mandatos parlamentares, ao contrário de o fragilizar, pode ter fortalecido sua imagem. O raciocínio dos eleitores estava num outro plano, muito mais simples, muito mais elementar. Todos os partidos estavam, indistintamente, rotulados como 'corruptos', e o fato de Bolsonaro ter convivido nesse ambiente saturado de escândalos por tanto tempo, sem ter qualquer processo contra si, era percebido como prova incontestável de honestidade. O fato de nunca ter exercido cargo no poder Executivo ajudou também (MOURA; CORBELLINI, 2019, p. 71).

É preciso lembrar que o nome de Bolsonaro não esteve envolvido em nenhum escândalo político de grandes proporções, que envolveu partidos de diferentes vertentes ideológicas, como o Mensalão e a Lava Jato, o que trouxe um valor significativo para sua campanha. Com discurso polêmico, Bolsonaro também tinha como estratégia principal intensificar a polarização política. Para Moura e Corbellini (2019), tempos de crises acabam culminando em retrocessos na sociedade. Como visto na Europa e nos Estados Unidos, as ascensões de movimentos radicais de direita acabam encontrando legitimidade nos espaços públicos. Desta forma, temas que possuem uma composição antidemocrática passam por uma nova roupagem e tornam-se “defensável”, como é o caso do Nazismo, Fascismo e da defesa da Ditadura Militar no Brasil, em 1964.

Em sua campanha, Bolsonaro rompeu com os núcleos mais primários de sociabilidade, fomentou o preconceito, prometeu combater severamente a criminalidade e buscou defender os valores tradicionais, como a família heteronormativa e os valores morais ligados ao fundamentalismo religioso. Entre as suas principais bandeiras estavam: a diminuição da maioria penal, a ampliação do direito civil ao porte de armas, a pena de castração química para estupradores e garantias legais de proteção aos policiais em combate.

Bolsonaro ocupou um espaço conservador que é expressivo no Brasil e que esteve órfão de uma liderança na política nacional no curso de toda a era de polarização PT x PSDB. Encaixou Deus no centro de sua mensagem (“Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”), trouxe a defesa da família para dentro de seu programa e criou os demônios para mobilizar o medo de seus “fiéis”: o “kit gay”, a “ideologia de gênero”, o “gayzismo militante” e as “feministas defensoras do aborto” (MOURA; CORBELLINI, 2019, p. 80).

3 REDES SOCIAIS, INTERNET E NOVAS DIREITAS

3.1 Campanhas eleitorais e internet

As democracias representativas surgem ao longo da história como uma forma de compatibilizar as novas formas de condições sociais com a participação das massas na esfera política. A “vontade popular” passa a ser então o princípio básico que legitima os regimes

democráticos e sua materialização se encontra nas eleições, na qual as escolhas dos dirigentes do Estado, em tese, passam pelo número de votos atribuídos aos cidadãos aos seus candidatos, prevalecendo “a regra da maioria” para eleger os vencedores (CARVALHO, 2013).

De acordo com Carvalho (2013), os processos políticos nas democracias representativas são divididos em duas instâncias: a de Governo e a Eleitoral. A primeira refere-se aos espaços de deliberação e gestão das temáticas pertinentes à coletividade. Já a segunda diz a respeito à convocação dos membros aptos da sociedade para a escolha de seus representantes através do voto. Dessa forma, a existência de competitividade política e a possibilidade de alternância no poder tornam-se a base da manutenção dos valores democráticos.

Em paralelo ao surgimento das democracias representativas, o desenvolvimento da mídia impressa, e posteriormente da eletrônica, possibilitou uma maior interação entre os governantes políticos e os sujeitos governados. Segundo Thompson (2018), o campo político foi reconstituído pelas novas formas de ação e interação possibilitadas pelos meios de comunicação e das instituições das quais eles fazem parte. Ao defender uma abordagem centrada na mídia, Thompson (2018, p. 36) destaca que os meios de comunicação não apenas transmitem informação ou conteúdo simbólico, mas o uso dos meios também está relacionado com a criação de novas formas de interação, tipos de relações sociais e de relacionamento consigo e com os outros. O desenvolvimento do rádio e da televisão aumentou o alcance das “pistas simbólicas” e comprimiu a distância espaço-temporal, dando origem a uma forma distinta de “simultaneidade desespacializada”: “outros distantes poderiam ser visíveis praticamente no mesmo momento temporal, podiam ser ouvidos no exato momento em que falavam e eram vistos no exato momento em que agiam, embora não compartilhassem o mesmo local no espaço”.

A partir da década de 80, uma série de mudanças começou a ocorrer em nossa sociedade contemporânea. A consolidação do sistema capitalista, a expansão da globalização e os avanços tecnológicos – principalmente pelo setor informático, em 1990 – são os principais motivos para essas reconfigurações. O desenvolvimento da tecnologia possibilitou avanços significativos na área da comunicação. Por meio dos meios – rádio, jornal, televisão e telefone – o mundo reduziu sua distância; pessoas, governos e empresas compartilharam ideias e capital financeiro; as relações internacionais – no campo político, econômico, social e cultural – tornaram-se mais rápidas e eficientes por causa da globalização.

A partir desse novo cenário, em que o mundo parece diminuir de tamanho e a tecnologia progride cada vez mais, surgem o computador e a internet. A chegada da internet ao

Brasil, em 1995, alterou de forma significativa toda a estrutura social, política, econômica e cultural de nossa sociedade em desenvolvimento.

O uso da internet como ferramenta de campanha é decorrente das mudanças ocorridas no final do século XX e surge como um novo espaço, junto às mídias tradicionais, “onde os candidatos podem colocar em práticas estratégias, aproximar-se do eleitorado, oferecer informações e inclusive tornar o pleito mais transparente” (MASSUCHIN; TAVARES, 2015, p. 3). As novas tecnologias foram primeiramente iniciadas nos Estados Unidos nas campanhas de 1994 e 1995. De lá pra cá, o ciberespaço vem se destacando como uma importante ferramenta de campanha eleitoral.

“A internet apresenta-se como elemento fundamental no consumo e na produção de informação e opinião, além de, sendo uma rede permeada por redes sociais, ser um importante local de sociabilidade e troca comunicacional” (HERKENHOFF; MALINI, 2009, p. 2). Segundo estes dois autores, a introdução de “novos atores na produção de informação” e a “difusão da capacidade de produção de opinião”, pelas novas mídias, possibilitaram uma nova forma de fazer política. É nesse contexto, que um recente conceito conhecido como ciberpolítica surge. “Um novo campo que passou a ser conhecido como cibercomunicação política e inicia-se um debate sobre o papel que essas mídias eletrônicas (websites e redes sociais) teriam nas campanhas” (MASSUCHIN; TAVARES, 2015, p. 4).

A utilização da internet como ferramenta de campanha tem evoluído constantemente, mas foi a partir de 2008, após a campanha presidencial de Barack Obama nos EUA, que muitos profissionais de comunicação e política voltaram seus olhos para as mídias digitais. Conhecida como “a campanha da era digital e da internet” (CASTILHO; MANHANELLI, 2012, p. 13), o uso da rede e das mídias digitais para fins políticos, que teve Obama como protagonista, é considerado um marco para uma nova era de campanhas eleitorais.

Sendo um meio novo, de baixo custo e com inúmeras possibilidades, marqueteiros e consultores políticos, agora, buscam criar campanhas e projetos digitais que aproximam seu candidato aos seus eleitores. O antigo modelo, de apenas uma via, verticalizado, visto no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) na televisão, está a cada dia perdendo espaço para uma campanha interativa e horizontal.

Em 2015, a Lei nº 13.1655, conhecida como Reforma Eleitoral 2015, foi aprovada pelo Congresso e sancionada pela ex-presidenta Dilma Rousseff. De acordo com a nova reforma, o tempo das campanhas eleitorais municipais de 2016 reduziu de 90 para 45 dias, iniciado em 16 de agosto. O período de propaganda dos candidatos no rádio e na TV também diminuiu de 45 para 35 dias, com início em 26 de agosto, no primeiro turno. Assim, a campanha

teve dois blocos no rádio e dois na televisão com 10 minutos cada. Além dos blocos, os partidos tiveram direito a 70 minutos diários em inserções, que foram distribuídos entre os candidatos a prefeito (60%) e vereadores (40%), de 30 a 60 segundo cada uma.

Assim, com a diminuição do tempo de campanha, de três meses para um mês e quinze dias, e com o fim do financiamento empresarial, entre outras mudanças, “é na internet que encontramos a tábua de salvação, não só para aqueles que têm menos recursos, mas para aqueles que desejam compensar as limitações de propaganda de outros meios” (MILAGRES, 2016). Massuchin e Tavares (2015, p. 2) também citam Mancini e Swanson (1995), quando os autores afirmam que “as campanhas eleitorais têm sofrido diversas mudanças na maneira como são conduzidas pelos candidatos”. Ou seja, se o leitor está cada vez mais presente e participativo nas redes sociais, é essencial que existam novos padrões de campanhas, agora, online.

Já que as eleições são o maior exercício político do cidadão, é imprescindível analisar a influência da internet e das novas tecnologias de informação nesse processo. Por isso, é necessário cada vez mais de pesquisas e estudos com a finalidade de analisar as novas formas e estratégias para campanhas digitais. Como ainda é um campo recente e sempre em constante evolução, que gera dúvidas e anseios pelos profissionais, o objetivo deste trabalho é analisar como essa ferramenta está sendo utilizada para convencer o eleitor no ciberespaço.

Os autores Massuchin e Tavares (2015) usam Norris (2011) para apresentar uma classificação do processo de evolução das campanhas ocidentais, dividindo-os em três períodos. O primeiro é nomeado de pré-moderno, que marca as campanhas realizadas até 1950. A segunda fase é denominada de moderna e compreende a segunda metade do século XX, onde predominou o uso massivo da televisão nas campanhas, que substituiu o modelo face a face, já que a TV possui alcance nacional. Essa fase vai desde o final dos anos 1950 até 1990. Conhecido como pós-moderno, esse período inicia em 1990 e estende-se até hoje. A sua característica principal é a profissionalização de todas as atividades envolvidas durante as campanhas e o uso das novas mídias pelo marketing político.

Castilho e Manhanelli (2012, p. 29) citam Rubens Figueiredo (1994), consultor político, para definir marketing eleitoral como “um conjunto de técnicas e procedimentos que tem como objetivos adequar um (a) candidato(a) ao seu eleitorado potencial, procurando fazê-lo, num primeiro momento, conhecido do maior número de eleitores possível e, em seguida, mostrando-o diferente de seus adversários”.

Com a chegada da internet e sua influência na sociedade, o marketing eleitoral também passou por processos de adequação a esse novo meio. “A comunicação na Internet está mais personalizada e é neste aspecto que a comunicação interativa funciona bem no campo

político, uma vez que a política implica debate, discussão de ideias e reflexão. As mensagens não são unidirecionais, mas bidirecionais” (RODRIGUES, 2009, p. 5).

Segundo Massuchin e Tavares (2015), foi a partir da primeira década do século XXI que surgiram os mais variados estudos e pesquisas sobre o uso das novas mídias como ferramenta de campanha no período eleitoral de vários países. Os autores denominam esse novo contexto como literatura de modernização de campanhas. “As campanhas políticas no ciberespaço, a utilização da rede da web para fazer política, comunicar com os cidadãos, debater assuntos de interesse público e alargar a deliberação democrática são partes da ciberpolítica” (RODRIGUES, 2010, p. 5).

Descobrir um novo espaço em potencial para ser utilizado na campanha política é preciso, agora, desenvolver novos métodos de como conquistar o eleitor através das mídias digitais.

“É fundamental para os políticos possuírem uma identidade digital” (CASTILHO; MANHANELLI, 2012, p. 15). Categórico e direto. É assim que os dois pesquisadores e profissionais da área reforçam a participação ativa da classe política na internet. É preciso cada vez mais que políticos aprendam a se comunicar através dos vários canais de comunicação que a internet proporciona: sites, blogs, e-mail e as diversas redes sociais são exemplos das diferentes plataformas que requerem do político versatilidade e eficácia para interagir nesses meios.

A influência que a internet tem na disputa eleitoral é crucial. O candidato que não possui recursos no ciberespaço já começa a campanha em desvantagem. Mas, não podemos esquecer que a comunicação eleitoral possui as suas regras e técnicas bastante específicas, por isso é preciso que o profissional seja capacitado e tenha experiência na área. “E já que toda eleição é uma guerra, o amadorismo e oportunismo não têm lugar nesse palco” (CASTILHO; MANHANELLI, 2012, p. 10).

Também devemos lembrar que a internet por si só não elege ninguém. A comunicação online precisa estar integrada à comunicação real (panfletagem, adesivos, visita do candidato aos bairros, entre outras práticas). Além é claro de um planejamento de comunicação “que contemple a realidade do eleitorado, que preserve a personalidade do candidato, que saiba integrar tanto as ações no mundo on line, quanto no mundo off line” (CASTILHO; MANHANELLI, 2012, p. 68).

De acordo com pesquisas realizadas nos Estados Unidos e na Europa, segundo Castilho e Manhanelli (2012), a influência da internet no resultado eleitoral depende de três fatores importantes como: o número de leitores com acesso à internet, grau de interesse na

eleição e grau de interesse do candidato em utilizar o meio.

Com a chegada da internet e sua influência na sociedade, as estratégias de comunicação eleitoral também passaram por um processo de adequação a esse novo meio. Diante deste quadro de transformações, o advento da tecnologia e das mídias digitais possibilitou o surgimento de novas formas e possibilidades de sociabilidade e de comunicação entres os indivíduos e as instituições. O internauta “receptor-produtor” não se apresenta mais como somente uma figura passiva, mas pode agora participar do processo de comunicação e na construção da informação. Se tornando agora um produtor de conteúdo, o internauta não é mais uma figura inerte, e é através das redes sociais que ele tem acesso e compartilha informação acerca de temas políticos, inclusive em épocas eleitorais. Portanto, é preciso compreender as características e os potenciais das redes sociais e de como essas ferramentas estão sendo apropriadas para fins de disputa eleitoral, como explicam Aggio e Reis (2012, p. 8):

É pelos sites de redes sociais que grande parte daqueles que acessam a internet trafega para consumir e compartilhar informações, ingressar em discussões e debates, expor opiniões, fazer comentários, manifestar posições e interagir diretamente com outros usuários. Muitas dessas ações geram marcas e lastros que podem ser seguidos e coletados para que departamentos competentes das campanhas produzam inferências sobre os desejos, predileções partidárias, posições ideológicas, histórico de envolvimento político e grau de influência que um usuário tem sobre outros usuários.

Assim, as redes sociais, como Facebook, Twitter e Instagram, por exemplo, configuram como uma oportunidade para que personalidades políticas avaliem se suas mensagens, tanto em períodos eleitorais como em seus mandatos, estão ou não sendo compreendidas e bem recebidas pelos internautas, ampliando o grau de exposição de determinados posicionamentos políticos dos agentes eleitos (MARQUES; AQUINO; MIOLA, 2014). Dessa forma, candidatos utilizam essa ferramenta para valorizar suas imagens e concatenarem nelas símbolos que transmitem credibilidade, valores e certeza na escolha do eleitor, como explica Azevedo Júnior e de Camargo (2014, p. 9):

As novas possibilidades de comunicação política surgidas com a web ritualizam a relação entre o político e o público numa mescla de aproximação e distanciamento. O político é uma figura íntima do público, mas ainda é um líder, carregado de todas as representações arquetípicas dessa palavra, principalmente a de um herói, mítico desde sua campanha política, localizado entre o imaginário e a realidade, um elo entre o real e o divino, um semideus.

Portanto, o uso das redes sociais tem como objetivo aproximar mais o político do seu público, construindo sua identidade, composta por ações, falas e imagens que dialoguem com a comunidade virtual altamente interativa, tornando-o um personagem mítico e reforçando seu discurso de político ideal, de herói messiânico. Esse processo desemboca em um conceito

que Marques (2016) chama de personalização da política, que é a aposta na capacidade de exercer liderança de determinada figura em agregar votos, conferindo-a mais autoridade do que aos partidos aos quais eles são filiados.

No contexto brasileiro, o uso da internet em períodos eleitorais é realizado desde o início dos anos 2000; porém, por conta de restrições legais, apenas era permitido o uso de sites oficiais de candidatos e partidos. A autorização para utilização de redes sociais só foi possível a partir da Lei 12.034, em 2009, o que possibilitou novas formas do uso da internet em campanhas eleitorais (AGGIO, 2011). Já nas eleições de 2010, as redes sociais foram utilizadas com diversos fins: como ferramenta para angariar fundos em campanhas e espaços midiáticos alternativos, principalmente por partidos com pouco tempo no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) e na disseminação de informações e conteúdos políticos (ROSSINI; LEAL, 2013).

A partir de então, as eleições de 2010 trouxeram um novo cenário para as disputas eleitorais no país: novas formas de comunicação foram inseridas em paralelo aos meios de comunicação tradicional. Assim, começou-se a observar a predominância mais intensa das redes sociais por atores que buscavam uma vaga nos pleitos eleitorais. Braga, Nicolás e Becher (2013) estimam que mais de 80% dos candidatos utilizaram o Facebook como plataforma de campanha no ano de 2013.

Os novos espaços interativos promovidos pelos diversos aplicativos e redes sociais possibilitou novas formas de comunicação política. Desta forma, muitos autores no início do século XXI passaram a vislumbrar a internet como um meio de mobilização e engajamento na participação política, e não mais apenas como a apenas uma plataforma de divulgação de notícias (STROMER-GALLEY, 2000).

3.2 Novas direitas e suas relações com a internet

Segundo Gomes (2004), o sistema democrático é influenciado por três campos sociais: o campo da Política, da Comunicação e da Economia. Esses campos negociam entre si, conforme seus recursos, para alcançarem seus objetivos. Em relação à Comunicação, com seu foco na gestão da informação e interação dela com a audiência, é buscada pela Economia devido seu potencial em transformar público dos meios de comunicação de massa em consumidores. Já a Política tem na Comunicação a oportunidade de atingir seus eleitores, responsáveis por autorizar os integrantes do campo político, os seus representantes.

Para que o campo político consiga entrar em contato com a sociedade civil, é preciso

que adentrar à esfera pública (HABERMAS, 2003); e isso só é possível, como explica Gomes (2004), através da mediação dos *mass media*. Dessa forma, para falar com seu público, os atores políticos precisam dos veículos de comunicação de massa para essa finalidade, que possuem gramáticas próprias. A compreensão e correta usabilidade desses recursos próprios é o que determina o sucesso ou não das exposições midiáticas. Como aponta Gomes (1994, p. 2), a propaganda partidária, que é exibida através dos *mass media*, deve seguir a sua gramática e a sua poética.

Por “gramática” aqui entendo as formas de articulação tipicamente *massmediáticos* por meio dos quais os conteúdos expressivos transitam na contemporaneidade: as várias “linguagens” dos modernos meios visuais e audiovisuais. Por “poética”, entendo os tópicos, os “frames” e os hábitos lógicos mediante os quais os conteúdos são tornados expressivos pelos novos meios eletrônicos de comunicação: velocidade, instantaneidade, visibilidade, espetacularização, simultaneidade etc.

A chegada da internet trouxe novas concepções para uma maior participação da sociedade, na qual poderia contribuir para uma política mais democrática e livre. Suas características principais, como: uma rede não centralizada, sem proprietários, aberta ao desenvolvimento de novas aplicações, independente da autorização de corporações ou Estados (SILVEIRA, 2015), permitiu o vislumbre de uma democracia digital com maior engajamento dos cidadãos. Castells (2013) destaca que as redes favoreceram a criação de cenas de articulação e interatividade, que possibilitaram explosões sociais e rebeliões com destinações nas ruas.

Em tese, a internet permitiria a possibilidade de governos mais transparentes, consultas online sobre temas públicos e canais que facilitariam o maior acesso aos parlamentares, por exemplo; porém, não foi que aconteceu de fato. A ideia de que a internet é um meio que fomenta a participação e, conseqüentemente, as causas de justiça, liberdade e igualdade não se sustenta empiricamente. *Fake News* (notícias falsas), monopólios virtuais e vários crimes cibernéticos perpetuaram o ciberespaço e a promessa de uma democracia digital sólida, interativa e igualitária nunca chegou. Como Silveira (2015, p. 215, 216 e 218) ressalta:

Entretanto, vozes como a de Evgeny Morozov questionavam o sentido libertador e progressista da internet. Para o pesquisador bielorusso, a internet poderia estar destruindo liberdade, favorecendo a fragmentação das ideologias, fortalecendo Estados totalitários e lideranças que aspiram a derrocada das democracias, bem como consolidando a supremacia dos mercados sobre sociedade. [...] Sem dúvida, as possibilidades de ação, articulação e emissão de opiniões com baixo custo para atingir milhares de pessoas têm possibilitado que causas com grande apelo fossem levadas às ruas a partir das redes. Mas o poder de organizar, agrupar e criar redes é um dos principais poderes da atualidade. Esse poder não está com as forças de esquerda, cujas redes ainda padecem da dificuldade de lidar com processos interativos e horizontalizados.

Para Silveira (2015, p. 215), as redes sociais passaram a ser ocupadas, de forma

gradativa, por grupos culturais, religiosos e políticos de diferentes matrizes; o que beneficiou, em um primeiro momento, diversas perspectivas, inclusive grupos contrários à democracia e à liberdade. Sua arquitetura permitiu a apropriação de diversas culturas e subculturas. A ambivalência é uma característica da maioria das tecnologias, e não seria diferente na internet. “Assim, a internet aumenta o poder de quem se propõe articular suas ideias e realizar conversações. Não aumenta só o poder de quem defende a democracia, a justiça ou as causas mais caras para a humanidade”.

4 METODOLOGIA

Sabe-se que há séculos são reconhecidas técnicas para análise, classificação e catalogação de textos e materiais, como artigos de jornais e revistas, propagandas, discursos políticos, histórias folclóricas e lendas, para diversos propósitos (BARDIN, 1977; KRIPPENDORFF, 1986). Porém, foi nos Estados Unidos, nas primeiras quatro décadas do século XX, que a Análise de Conteúdo surgiu como mensuração dos padrões de textos midiáticos para fins científicos no campo da Comunicação Política, principalmente no período das duas Guerras Mundiais. Um dos primeiros nomes a ganhar destaque foi Harold Lasswell (1927) ao analisar textos das imprensas e propagandas de guerras.

No decorrer da Segunda Guerra Mundial, o uso significativo dos meios de comunicação de massa, como o rádio e o cinema, pelos EUA, pela Alemanha nazista e por outros regimes totalitários levou Harold Lasswell a coordenar a Divisão Experimental para os Estudos em Comunicação em Tempos de Guerra, criado pelo congresso norte-americano, a fim de verificar como os adversários utilizavam essas mensagens. Além de o conteúdo das mensagens midiáticas, preocupava-se também com os seus efeitos sobre as pessoas. “O pesquisador estava interessado em verificar se o conteúdo das mensagens mediáticas apresentava um efeito direto no público” (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2018, p. 31)³². Posteriormente, a metodologia passou a ser aplicada em estudos acadêmicos, principalmente, nos de Comunicação Política.

Bardin (1977, p. 42), uma das principais referências quando se trata da aplicação desta metodologia, define Análise do Conteúdo como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos

³² Sobre a trajetória histórica da técnica ver Bardin (1977), Krippendorff (1986) e Neuendorf (2016).

relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

Por ter tido sua gênese no campo da Comunicação, principalmente na Comunicação Política, a metodologia da Análise de Conteúdo vem sendo de grande importância nos estudos sobre mídia e eleições, seja para mensurar estratégias argumentativas adotadas por candidatos nos meios tradicionais, como no HGPE (FIGUEIREDO *et al.*, 1997; CERVI, 2011; CERVI; MASSUCHIN; TAVARES, 2012), ou analisar candidatos e partidos políticos nas redes sociais (BRAGA; NICOLÁS; BECHER, 2013; RECUERO; ZAGO; BASTOS, 2014; AGGIO, 2015; BRAGA; ROCHA; CARLOMAGNO, 2015; ITUASSU; LIFSCHITZ, 2015).

Portanto, a metodologia da Análise de Conteúdo foi a escolhida para esta investigação, pois acreditamos que a sua aplicação seja a mais satisfatória para a geração dos resultados pretendidos. Dessa forma, o tipo de pesquisa realizada é classificado como descritiva, com uma abordagem quali-quantitativa. Isto porque o objetivo deste trabalho é analisar e comparar determinados padrões e características pertencentes aos discursos dos candidatos supervotados do PSL, que contribuíram para a reprodução da narrativa bolsonarista nas eleições de 2018 em seus respectivos estados, comparando variáveis para identificar semelhanças e igualdades entre as mensagens produzidas, o que permite observar as escolhas, as preferências e as visões de mundo dos candidatos escolhidos. Para realização deste artigo, foram coletadas as publicações da página dos candidatos na rede social Facebook, acreditando na importância desta em campanhas eleitorais online. Apesar do protagonismo do WhatsApp durante as eleições, o Facebook ainda é uma das principais plataformas de caráter oficial, assim como Twitter e Instagram, utilizados pelos próprios candidatos na comunicação com os seus eleitores. Como o objetivo da pesquisa é analisar de que forma as tendências ideológicas manifestadas nos discursos percentences ao campo ultradireitista e conservador foram acionadas, dentro do espaço virtual, pelos atores selecionados; então, foi preciso recorrer a plataformas de comunicação oficiais.

Bardin (1977) divide a Análise de Conteúdo em três grandes fases: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados e interpretação. Na primeira etapa, o pesquisador irá escolher o material a ser analisado, para isto é necessário o primeiro contato com o documento, ou seja, a leitura flutuante, uma leitura inicial. É nessa fase que são formulados as hipóteses e os objetivos, assim também como os índices – elementos do texto a serem analisados – e os indicadores – frequência com que os índices aparecem no texto. Já na segunda fase, é operacionalizado tudo que foi decidido na etapa anterior. Há a codificação dos dados a partir das unidades de registro. Na última etapa é feita a categorização e codificação do material analisado. Posteriormente, é feita a inferência e a interpretação dos dados.

Ao trabalhar a categorização dos dados coletados, optamos por seguir as cinco instruções de Carlomagno e Da Rocha (2016, p. 182), regras fundamentais para a criação de categorias, seguindo o rigor metodológico que requer a Análise de Conteúdo:

Em termos simples: a) é preciso existir regras claras sobre os limites e definição de cada categoria; b) as categorias devem ser mutuamente exclusivas (o que está em uma categoria, não pode estar em outra); c) as categorias devem ser homogêneas (não ter coisas muito diferentes entre si, no mesmo grupo); d) é preciso que as categorias esgotem o conteúdo possível (não sobre conteúdos que não se encaixem em alguma categoria); e) é preciso que a classificação seja objetiva, possibilitando a replicação do estudo.

Sobre a quantidade de material coletado, foram analisadas todas as publicações durante o período eleitoral permitido para campanhas online de acordo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), entre o dia 16 de agosto a 7 de outubro, incluindo imagem, texto, vídeo, GIFs e links de site de notícias. Para a coleta do material, utilizou-se o aplicativo Netvizz³³, no próprio Facebook, disponível em <http://apps.facebook.com/netvizz/>. É preciso observar que, de acordo com data em que se realiza a coleta das informações, o número final de quantidade de postagens nas páginas oficiais no Facebook dos candidatos pode alterar, visto que, existe a possibilidade de exclusão de certas mensagens de acordo com a vontade do administrador da página. Assim, não será possível identificar precisamente se os números de publicações coletadas são exatamente o que preexistiu durante a campanha de 2018; porém, de acordo com o número total de material coletado para uma investigação com apenas um pesquisador, acreditamos que o material seja satisfatório para gerar resultados correspondentes aos objetivos propostos.

A partir de um estudo multimétodo, com realização de grupos focais e coleta de dados, para analisar as configurações simbólico-discursivas da direita brasileira, que retornava com uma participação mais intensa na arena política a partir de 2015, Messemberg (2017, p. 625) se propôs a sistematizar o que a autora chama de “ideias-força”, ou seja, “que se apresentam de forma regular e repetitiva no discurso desses agentes sociais”, nos discursos dos formadores de opiniões em suas redes sociais e dos participantes das manifestações direitistas ao longo desse referido ano.

Em seu trabalho para identificar as ideias-força da direita reemergente em um cenário pós-julho de 2013, Messemberg (2017) utiliza os conceitos de Discurso (MAINGUENEAU, 1993), Cosmovisão (WEBER, 1992) e Enquadramento (GOFFMAN, 2012) para mapear e sistematizar os grupos de ideias pelos atores sociais propostos para análise.

³³ Desenvolvido por Bernhard Rieder, professor associado em Estudos de Mídia da Universidade de Amsterdã, o *software* foi desenvolvido para auxiliar em metodologias de investigação em ambiente digital.

Tais estruturas cognitivas, ao serem veiculadas pela mídia e pelas redes sociais, configuram-se em campos semânticos, compostos por ideias-força, que são adotados por esse público como “chaves de leitura” para a interpretação da conjuntura política nacional e orientadores de suas ações políticas (MESSEMBERG, 2017, p. 626-627).

A autora constrói um quadro semântico de referência com os conceitos-chaves que norteiam as opiniões, escolhas e ações dos sujeitos investigados, que resultou na descoberta de três campos semânticos centrais, e seus desdobramentos, no discurso dos principais formadores de opinião dos manifestantes de direita nas grandes mobilizações de 2015: o antipetismo, o conservadorismo moral e o neoliberalismo. Assim, no que se trata da codificação dos dados coletados, optamos por utilizar duas propostas de categorização para estudos sobre as mensagens dos candidatos bolsonaristas e adaptamos para esta pesquisa. A primeira, proposta por Messenberg (2017), ajudou a elaborar as variáveis; já a segunda, um estudo sobre as publicações das páginas “Bolsonaro Zuero”, no Facebook, que buscou mapear os elementos percentences à retórica bolsonarista, proposta por Ribeiro, Lasaitis e Gurgel (2016), auxiliou na elaboração das categorias.

Desta forma, a partir também da exploração do material analisado, foram criados quatro variáveis (Antiesquerda, Conservadorismo, Neoliberalismo e Bolsonarismo) com suas devidas categorizações que atendessem ao agrupamento das publicações seguindo as orientações da Análise do Conteúdo (BARDIN, 1977). As categorias foram criadas a partir das orientações de Carlomagno e Da Rocha (2016) para a criação do Livro de Códigos. De acordo com os autores, as categorias precisam ter regras claras de inclusão e exclusão em suas temáticas e, para isso, devem ter seus significados explícitos sobre cada uma delas. Para isso, foram criados conceitos-chaves que sinalizem o teor dos discursos manifestados em cada seção, deixando claro os limites e as definições de cada categoria.

Também utilizamos a pesquisa desenvolvida por Veiga, Souza e Cervi (2011), em que os pesquisadores analisaram os recursos discursivos, de forma quantitativa, elaborados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), durante as eleições municipais de Curitiba e Porto Alegre em 2004, para trazer o termo “estratégia discursiva” para identificar os grupos dos discursos produzidos pelos candidatos bolsonaristas desta pesquisa. Optamos por utilizar o termo por acreditarmos traduzir melhor o agrupamento dessas ideias em uma forma quantificável e que seja possível mapeá-las, processo inerente à Análise de Conteúdo e categorização dos dados coletados.

Apesar de não trabalharmos com a metodologia da Análise do Discurso (MAINGUENEAU, 1993; ORLANDI, 2009), é preciso ter definido a noção de discurso para que seja possível trabalhá-la de uma forma quantificada. Para Fairclough (2001, p. 63), “o

discurso é um modo de agir, uma forma pela qual as pessoas agem em relação ao mundo e principalmente em relação às outras pessoas”. Já Orlandi (2009, p. 38) lembra que “todo dizer é ideologicamente marcado”. Ou seja, as estratégias discursivas são produzidas por seus enunciadore, desenvolvidas em contextos sociais específicos, para atender suas necessidades.

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que a moldam e a restringem direta ou indiretamente: suas normas e convenções, assim como as relações, identidades e instituições que se encontram por trás destas. O discurso é uma prática não apenas de representar o mundo, mas de fazê-lo significar, constituindo e construindo o mundo com base em significados (FAIRCLOUGH, 2001, p. 64).

Caregnato e Mutti (2006) explicam que é muito comum a confusão entre Análise do Conteúdo (AC) e Análise do Discurso (AD), muitas vezes sendo utilizadas como sinônimos, mesmo a AD sendo desenvolvida posteriormente. De acordo com as autoras, a principal diferença das duas formas de análise é que a AD trabalha com o sentido transmitido através dos discursos do sujeito, relacionando-o com o seu contexto. A AC trabalha apenas com o conteúdo manifesto na comunicação; buscar captar o que há por trás da superfície textual, sem aprofundar o bastante, podendo ser quantitativa e qualitativa, enquanto a interpretação da AD será apenas qualitativa.

De acordo com Caregnato e Mutti (2006), além da abordagem quantitativa e qualitativa, existem duas formas de se fazer a Análise de Conteúdo: a dedução frequencial ou a análise por categorias temáticas. A primeira consiste em enumerar a frequência de um mesmo signo linguístico (a palavra) – sem se preocupar com o sentido contido no texto –, resultando em uma descrição numérica e estatística; já a segunda forma “funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamento analógicos” (BARDIN, 1977, p. 153). Ou seja, por meio de indicadores presentes nos textos do material coletado, o codificador identifica quais os elementos possuem em comum e cria categorias temáticas para codificá-los (aloca-os em seus devidos segmentos equivalentes). Esta última foi a escolhida para a investigação.

Sobre a natureza da Análise de Conteúdo, Carlomagno e Da Rocha (2016) ressaltam um ponto discutido na perspectiva demonstrada anteriormente por Caregnato e Mutti (2016). Segundo os autores, é muito comum que pesquisadores, ao analisar característica e qualidades do conteúdo, chamem suas pesquisas de qualitativas. Isso se deve pela interpretação da própria Bardin (1977), que definiu como quantitativa a Análise de Conteúdo que trabalhasse com frequência, e qualitativa, que usasse o modelo de categorias temáticas. Para os autores, a natureza da AC sempre será quantitativa, aspecto este sempre deixado claro pelos autores

clássicos da metodologia, como o próprio Lasswell. Os termos quantitativos e qualitativos referem-se apenas como os dados trabalhados devem ser sistematizados.

Algumas pessoas podem achar que quantitativo refere-se somente àquilo que mede apenas e tão somente quantidades (como a frequência simples do número de curtidas em uma página do Facebook ou do número de matérias publicadas por um jornal) e que, quando se coletam dados que se referem a qualidades, como, por exemplo, o viés positivo ou negativo de matérias jornalísticas, os assuntos/temas de um programa televisivo ou os argumentos utilizados em algum meio, então, por se referirem a qualidades deste objeto, o estudo seria qualitativo. Não é. [...] Não importa que, por exemplo, ao identificar os argumentos presentes em determinada mensagem, você esteja verificando “qualidades” deste objeto. Se você sistematiza (e de alguma forma quantifica) estas informações em uma planilha, banco de dados ou em uma folha de caderninho, esta pesquisa é, portanto, quantitativo-categórica (CARLOMAGNO; DA ROCHA, 2016, p. 177).

Concordamos com Braga, Cervi e Becher (2012) quando esses reafirmam que diversos autores abandonaram a dicotomia *quali x quanti* e passaram a defender que os dois métodos são complementares na pesquisa científica. “Porém, não devemos esquecer que métodos são intermediários entre os objetos a serem estudados e interpretações a serem feitas pelo pesquisador”. Segundo o trio de autores, o que importa nas Ciências Sociais que utilizam uma abordagem quantitativa, em nosso caso, nas pesquisas em Comunicação, são as interpretações geradas com base em *softwares* e métodos para sistematização de dados.

Uma outra questão que trouxe, embora brevemente, um problema para esta pesquisa foi o princípio da exclusividade, apontada por Carlomagno e Da Rocha (2016), na qual as categorias precisam ser mutuamente excludentes. Ou seja, um conteúdo não pode ser classificado em mais de uma categoria. Porém, as publicações apresentadas, em algumas vezes, apresentaram mais de um discurso temático, devido ao caráter plural da mensagem político-eleitoral. Então, a solução encontrada foi criar uma categoria principal e admitir no máximo duas categorias secundárias para cada publicação, como orienta Carlomagno e Da Rocha (2016, p. 179-180):

Um problema correlato, mas distinto, que pode ocorrer na pesquisa empírica é que o analista se depare com a presença de mais de um conteúdo em uma mesma mensagem. Por exemplo, imagine a análise de discursos de um político. As falas usualmente têm um tema central, mas também temas secundários. Nosso hipotético candidato pode falar sobre uma proposta de política pública (social, econômica etc.) e aproveitar para dizer que seu adversário foi ou vai ser contra tais projetos. O analista, neste caso, poderá ficar na dúvida se classifica como “proposta de política pública” ou como “ataque aos adversários”. A solução é a criação de outra variável, nomeada, por exemplo, “Tema_2”, para obter os temas secundários. A criação de variáveis suplementares é muitas vezes necessária para contemplar situações assim e é aceitável. Mas é importante você notar a diferença. Neste caso, não se trata de categorias dúbias, criadas de forma errada (que o analista fique em dúvida se cabe em uma ou em outra), mas de dar solução para uma característica plural da mensagem.

Os autores também lembram que as categorias precisam ser homogêneas, não abrangendo significados diferentes do que elas se propõem representar. “Ao mesmo tempo em que as categorias devem ser distintas entre si, não podendo se confundir os conteúdos pertencentes a cada categoria devem ser próximos, similares” (CARLOMAGNO; DA ROCHA, 2016, p. 180). As categorias precisam esgotar o conteúdo analisado (princípio da exaustividade), porém é permitido criar uma categoria “outro”, por exemplo, pois sempre existirá conteúdo que não se incluirá em nenhuma proposta de classificação.

Albuquerque e Tavares (2018) utilizam o termo metacampanha para identificar as mensagens que tem como objetivo manter o leitor informado sobre a agenda do candidato, o cotidiano da campanha eleitoral, como visitas e participação em eventos, além de publicações que têm o único intuito de divulgar o número do candidato para votação nas urnas. Portanto, nesta investigação, foi criada a variável “Não se aplica” para alocar as publicações que não fazem parte das estratégias discursivas propostas para a análise.

Já sobre o processo de classificação das publicações no que se trata de suas características para alocá-las nas categorias, foram definidas as seguintes regras: Para cada publicação será admitida uma categoria principal, pertencente a uma variável, e mais duas secundárias, caso haja mais de uma tendência ideológica. 1) Em caso de imagem + texto, na qual seja possível identificar mais de uma estratégia discursiva, a imagem prevalecerá sobre o texto, sendo esta a categoria principal, e o texto, a secundária; 2) Nas publicações de vídeo, devido às limitações da pesquisa, será considerada para a classificação a legenda contida na descrição da publicação. Portanto, não existiram categorias secundárias em publicações de audiovisual; 3) Muitas vezes, podem aparecer publicações apenas com uma listagem de propostas dos candidatos sobre assuntos diferentes entre si. Dessa forma, será considerada como categoria principal a primeira proposta, caso pertença ao universo dos discursos analisados, e a segunda e a terceira propostas como categorias secundárias; 4) Em casos de *live*³⁴ ou vídeos sem legenda, será considerado a primeira temática discutida no vídeo, caso esta pertença ao universo das estratégias discursivas proposta para investigação.

Queremos lembrar que a existência das categorias secundárias serviu, primeiramente, para o suporte na definição das categorias primárias. Devido ao caráter quantitativo da Análise de Conteúdo, nosso objetivo de estudo se restringirá apenas às mensagens primárias. Acreditamos que, para analisar a pluralidade de uma mensagem, é preciso recorrer a outras metodologias, de cunho também qualitativo, como a própria Análise do Discurso, por exemplo.

³⁴ Como são chamadas as transmissões ao vivo no Facebook para compartilhar conversas, desempenhos, perguntas e respostas ou eventos virtuais. Lembrando que a maioria das redes sociais também possuem esse recurso.

Portanto, as categorias secundárias aparecerão em segundo plano, sem grandes aprofundamentos, como forma de compreensão de como esses discursos dialogam entre si. Deixamos claro, também, que é de interesse do pesquisador aprofundar o estudo desses mesmos discursos em pesquisas e desdobramentos futuros.

Quadro 3 - Livro de Códigos com as estratégias discursivas pertencentes à Nova Direita Brasileira

ANTIESQUERDA	CONSERVADORISMO	NEOLIBERALISMO	BOLSONARISMO
<p>1) Antipetismo</p> <p>Conceitos-chave:</p> <p>Críticas ao Partido dos Trabalhadores (PT), Lula e Dilma;</p> <p>Culpabilização do partido pela crise político-econômica;</p> <p>Má gestão e aparelhamento da máquina estatal;</p> <p>Mensalão;</p> <p>Petrolão.</p>	<p>1) Fundamentalismo Religioso</p> <p>Conceitos-chave:</p> <p>Resgate à fé cristã;</p> <p>Enaltecimento do cristianismo-judaico;</p> <p>Imposição de pautas religiosas;</p> <p>“Deus acima de tudo”;</p> <p>Apoio à família tradicional;</p> <p>Intolerância religiosa.</p>	<p>1) Liberalismo Econômico</p> <p>Conceitos-chave:</p> <p>Defesa de um Estado Mínimo;</p> <p>Eficiência do mercado (privatização);</p> <p>Diminuição de impostos e livre iniciativa.</p>	<p>1) Apoio a Jair Bolsonaro</p> <p>Conceitos-chave:</p> <p>Líder ideal para o país;</p> <p>Exemplo de político honesto;</p> <p>Enaltecimento de suas competências;</p> <p>“Mito”.</p>
<p>2) Anticomunismo</p> <p>Conceitos-chave:</p> <p>Críticas aos partidos de esquerda no geral;</p> <p>Rejeição ao socialismo;</p> <p>Crença de uma instauração de regime comunista que ameaça a América Latina;</p> <p>Condenação dos regimes políticos em Cuba e Venezuela;</p> <p>Existência de uma “ideologização marxista”.</p>	<p>2) Apoio às Forças Armadas/Profissionais de Segurança Pública</p> <p>Conceitos-chave:</p> <p>Enaltecimento dos militares e dos demais profissionais de segurança pública;</p> <p>Propostas para as categorias;</p> <p>Defesa da ditadura militar;</p> <p>Intervenção militar na política.</p>		<p>2) Renovação Política</p> <p>Conceitos-chave:</p> <p>Crítica à velha política e a práticas eleitorais ilícitas;</p> <p>Discurso de renovação política, combate à corrupção e apoio à Operação Lava Jato.</p>
	<p>3) Combate mais recrudescido contra a criminalidade</p> <p>Conceitos-chave:</p> <p>Combate à violência com medidas mais duras;</p> <p>A favor da redução da maioria penal e da pena de morte;</p> <p>Contra os direitos humanos para bandidos;</p> <p>Justificativa para ao uso da tortura.</p>		

	<p>4) Nacionalismo</p> <p>Conceitos-chave:</p> <p>Desenvolvimento de uma consciência nacional;</p> <p>Supremacia e defesa da soberania nacional;</p> <p>Patriotismo;</p> <p>Identificação com a tradição e o passado.</p>		
	<p>5) Contra pautas de Diversidade Sexual</p> <p>Conceitos-chave:</p> <p>Posicionamento contra o casamento homoafetivo;</p> <p>Discordância de políticas afirmativas e de inclusão para o público LGBTQ+;</p> <p>Condenação do "kit gay", imposição de uma possível "ditadura gayzista";</p> <p>Discursos homofóbicos.</p>		
	<p>6) Antifeminismo</p> <p>Conceitos-chave:</p> <p>Contra o aborto;</p> <p>Discurso a favor do papel tradicional da mulher na família;</p> <p>Aceitação da inferioridade natural feminina;</p> <p>Condenação de leis e programas de proteção à mulher;</p> <p>Negação da existência de uma superioridade masculina na sociedade.</p>		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Apesar das variáveis Conservadorismo, Neoliberalismo e Bolsonarismo representarem um discurso antiesquerda, foi preciso criar uma variável que abrigasse o discurso antipetista e anticomunista; portanto, a denominação dessa variável ocorreu apenas para fins

didáticos. Também acreditamos que o Bolsonarismo é uma vertente, apesar de mais extremada, dentro do espectro ideológico direitista, porém seus discursos podem ora convergir ou divergir dos demais atores desse campo heterogêneo, por isso a necessidade da criação da variável “Bolsonarismo”, para identificar de que modo os candidatos selecionados utilizam os discursos que permeiam a esfera direitista brasileira. Portanto, as variáveis elaboradas para essa investigação podem ser adaptadas e aplicadas em outras pesquisas que pretendem investigar a direita brasileira.

Seguimos as orientações de Braga, Cervi e Becher (2012, p. 11) de que pesquisas que envolvem Análise de Conteúdo em processos eleitorais e que monitoram a produção de mensagem em um longo período são indicadas a metodologia quantitativa, pois permite o tratamento de um grande número de dados, além de trabalhar com o número total de casos. Se a opção seja pela abordagem qualitativa, o ideal seria reduzir o número de casos para que seja possível analisar as particularidades.

Para a utilização da metodologia quantitativa na análise de conteúdo é necessário que o objeto respeite alguns pressupostos, tais como existir um grande número de casos disponíveis, o que possibilitaria identificar diferenças e correlações estatisticamente significativas, além de poder fazer inferência para o universo, caso esteja se trabalhando com uma amostra (DAVIS, 1976 *apud* BRAGA; CERVI; BÉCHER, 2012, p. 11).

Por fim, o quadro abaixo mostra o total de publicações analisadas nesta investigação:

Quadro 4 – Número total de postagens do Facebook analisadas nesta pesquisa

CANDIDATO	ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS	NÃO SE APLICA	TOTAL
Rodrigo Amorim (PSL-RJ)	135	65	200
André Fernandes (PSL-CE)	40	5	45
Janaina Paschoal (PSL-SP)	53	63	116
Total	228	133	361

Fonte: Elaborado pelo autor.

4.1 Rodrigo Amorim (PSL-RJ)

Rodrigo Amorim é advogado, foi procurador do município de Niterói, em 2004, e

secretário de Cidadania e Direitos Humanos de Ninópolis, em 2013³⁵. Em 2016, quando estava no Partido Republicano Progressista (PRP), foi candidato a vice-prefeito do Rio de Janeiro na chapa em que o titular era o deputado estadual Flávio Bolsonaro, filho de Jair Bolsonaro, então no Partido Social Cristão (PSC). Em 2018, foi o deputado estadual mais votado no Rio, com 140.666 votos pelo Partido Social Liberal (PSL).

Ligado à família Bolsonaro, Rodrigo ganhou destaque nacional durante sua campanha ao postar uma foto, ao lado do candidato a deputado federal e ex-policial militar Daniel Silveira (eleito também pelo PSL), quebrando ao meio uma placa de nome de rua onde se lia “Rua Marielle Franco”³⁶. Para homenagear a vereadora assassinada, foi colocado a inscrição em uma das esquinas da Praça Floriano, na Cinelândia, onde fica a sede da Câmara Municipal. Rodrigo alegou depredação do patrimônio público por meio dos aliados de Marielle³⁷. A atitude polêmica serviu para aumentar ainda mais a polarização durante as eleições.

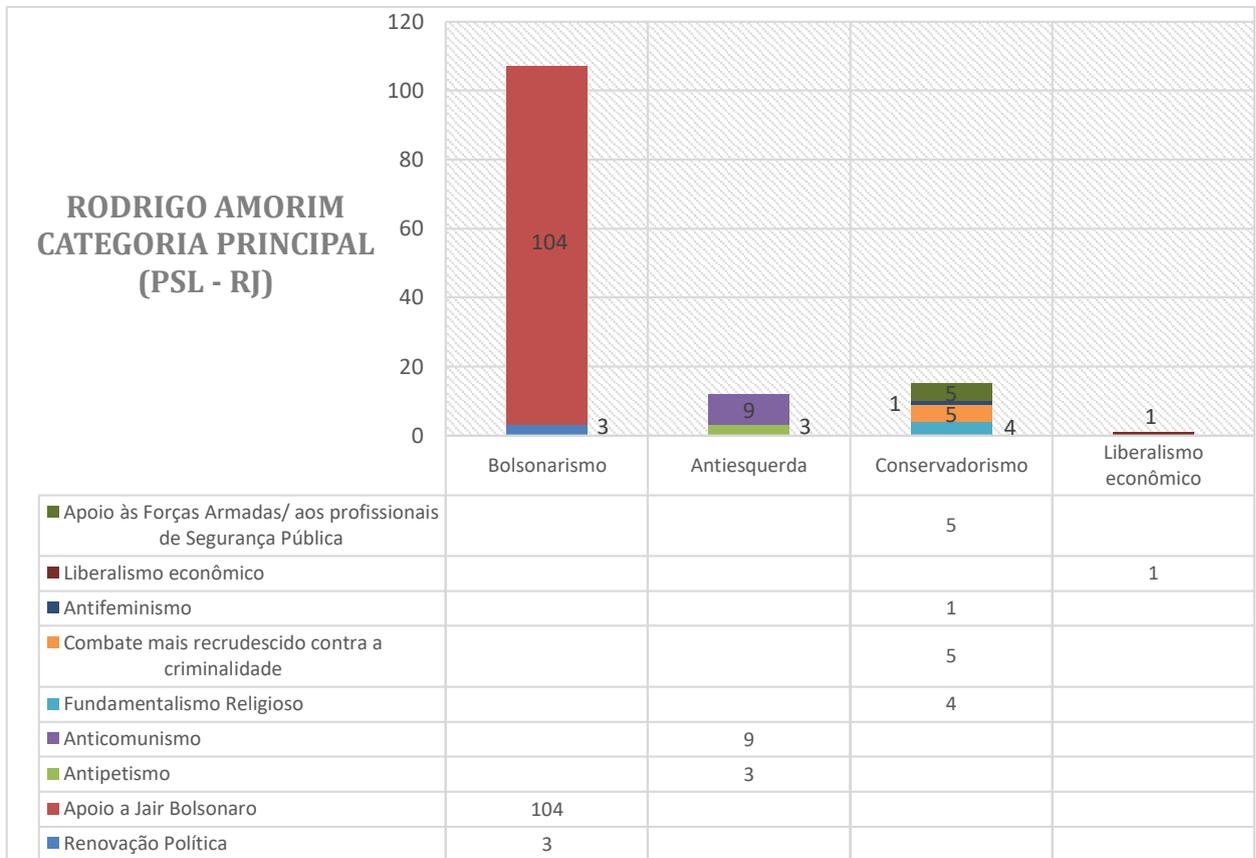
O gráfico abaixo foi construído a partir da metodologia de Análise de Conteúdo proposta para esta pesquisa e aplicada às publicações no Facebook de Rodrigo Amorim durante sua campanha eleitoral.

³⁵ Ficha completa dos deputados. ALERJ. Disponível em: <<http://www.alerj.rj.gov.br/Deputados/PerfilDeputado/443?Legislatura=19&>>. Acesso em: 15 out. 2019.

³⁶ Candidato que destruiu placa de Marielle é deputado mais votado no Rio. VEJA, 2018. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/candidato-que-destruiu-placa-de-marielle-e-deputado-mais-votado-no-rio/>>. Acesso em: 15 out. 2019.

³⁷ Marielle Francisco da Silva foi uma socióloga e política brasileira filiada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Eleger-se vereadora do Rio de Janeiro para a legislatura 2017-2020, nas eleições de 2016. No dia 14 de março de 2018, Marielle foi brutalmente assassinada junto com seu motorista. O crime ainda não foi solucionado. Veja tudo o que se sabe sobre o assassinato de Marielle, dois anos depois. Folha de S. Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/que-se-sabe-sobre-a-morte-de-marielle-dois-anos-depois.shtml>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

Gráfico 1 – Mapeamento das estratégias discursivas (categoria principal) pertencentes à direita bolsonarista nas publicações no Facebook de Rodrigo Amorim (PSL-RJ) durante as eleições de 2018



Fonte: Elaborado pelo autor.

Foi percebido que a principal estratégia do candidato era apoiar e mostrar ser apoiado por Jair Bolsonaro e seu clã. A variável **Bolsonarismo** foi a mais notificada durante a pesquisa, totalizando 107 publicações, sendo a categoria **Apoio a Jair Bolsonaro** a com maior número de postagens. O grande número de publicações nesta categoria, mais da metade dos *posts* analisados, se deve ao fato do candidato Rodrigo Amorim ter adotado como *slogan* principal de sua campanha ser “#OEstadualDoFlávioBolsonaro”.

Com isso, o candidato tentou construir a imagem de que era o representante legítimo da família Bolsonaro para a Assembleia Legislativa no Rio de Janeiro por meio do seu terceiro filho, Flávio Bolsonaro, que também foi eleito para o Senado Federal com mais de 4 milhões de votos. Na categoria, Rodrigo pediu votos para Jair Bolsonaro, no qual creditou ser a única possibilidade de “reconstruir a nação” que estaria corrompida pela “esquerda”; enalteceu as qualidades do pai e do filho como homens honestos, de bem, chefes de família e capacitados para seus respectivos cargos; divulgou material de campanha, agenda e atividades eleitorais em

prol da candidatura da família Bolsonaro; buscou fortalecer a rede bolsonarista tanto com candidatos do PSL no Rio de Janeiro como também pelo Brasil – na tentativa de criar uma renovação política a partir de um viés conservador; por fim, prometeu continuar o legado político do seu líder da ALERJ.

Figura 3 – Exemplo de publicação da categoria Apoio a Jair Bolsonaro, pertencente à variável Bolsonarismo



Fonte: Página oficial de Rodrigo Amorim no Facebook.

Figura 4 – Exemplo de publicação da categoria Apoio a Jair Bolsonaro, pertencente à variável Bolsonarismo



Fonte: Página oficial de Rodrigo Amorim no Facebook.

Figura 5 – Exemplo de publicação da categoria Apoio a Jair Bolsonaro, pertencente à variável Bolsonarismo



Fonte: Página oficial de Rodrigo Amorim no Facebook.

Em 6 de setembro de 2018, durante as eleições, Jair Bolsonaro foi alvo de um ataque em um ato da campanha em Juiz de Fora (MG)³⁸. Carregado nos ombros por seus apoiadores, Bolsonaro foi surpreendido por um homem que se aproximou e o feriu com uma faca na barriga. Seu agressor, Adélio Bispo de Oliveira, de 40 anos, foi preso em flagrante e confessou o crime. Bolsonaro foi levado à Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora e, posteriormente, foi transferido para o Hospital Albert Einstein, em São Paulo, ficando internado até o dia 29 de setembro, quando recebeu alta.

Por esta razão, sua campanha, que já era concentrada nas redes sociais, acabou ainda mais se intensificando no ambiente online. Por razões médicas, segundo sua equipe, Bolsonaro não pode participar dos debates com os presidentiáveis no primeiro turno na TV aberta, como o no dia 5 de outubro na TV Globo. Apesar de confessar o crime, dizendo que agiu “a mando de Deus, sozinho e sem a ajuda de partido político ou empresa”, ainda existe inquérito sobre quem financiou a defesa de Adélio Bispo, pois o infrator foi defendido por quatro advogados.

A partir desse fato, Rodrigo Amorim intensificou suas publicações em defesa de Jair Bolsonaro com publicações torcendo pela recuperação rápida do então presidentiável, acompanhando o andamento do caso e atacando possíveis inimigos políticos.

³⁸ Cronologia: Atentado contra Jair Bolsonaro. G1, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/27/cronologia-atentado-contrajair-bolsonaro.ghtml>>. Acesso em: 16 out. 2019.

Figura 6 – Exemplo de publicação da categoria Apoio a Jair Bolsonaro, pertencente à variável Bolsonarismo



Fonte: Página oficial de Rodrigo Amorim no Facebook.

Figura 7 – Exemplo de publicação da categoria Apoio a Jair Bolsonaro, pertencente à variável Bolsonarismo

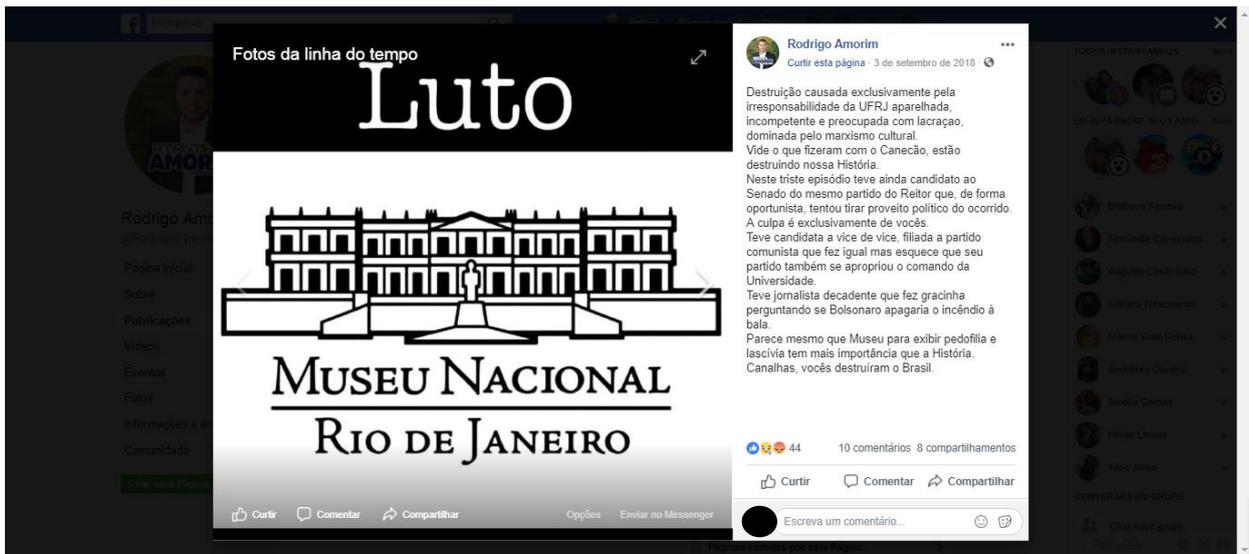


Fonte: Página oficial de Rodrigo Amorim no Facebook.

O candidato a deputado estadual para a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro teve como segunda estratégia discursiva mais utilizada o **Anticomunismo** (5), pertencente à categoria **Antiesquerda**. O candidato acusou as universidades públicas de “doutrinação marxista” e apologia às drogas; criticou professores universitários por ideologização; prometeu uma nova universidade que estaria a serviço do povo, e não da esquerda brasileira; e divulgou vídeos seus em debates contra opositores, no qual buscou enaltecer o discurso conservador em detrimento das narrativas “esquerdistas”, intensificando a polarização que marcou as eleições

de 2018. Rodrigo teve como mote principal o incêndio de grande proporção que destruiu o Museu Nacional no Rio de Janeiro³⁹. A instituição é administrada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O candidato acusou a instituição de irresponsabilidade e por estar aparelhada e dominada por ideias marxistas.

Figura 8 – Exemplo de publicação da categoria Anticomunismo, pertencente à variável Antiesquerda



Fonte: Página oficial de Rodrigo Amorim no Facebook.

Como terceira estratégia mais recorrente utilizada por Rodrigo Amorim foi notificado um empate entre as categorias **Apoio às Forças Armadas/aos profissionais de Segurança Pública e Combate recrudescido contra a criminalidade** (5), da variável **Conservadorismo**. Na primeira, o candidato visitou grupos de policiais militares, homenageou o Soldado do Exército Brasileiro e o Guarda Civil, além de tecer críticas à esquerda brasileira que, segundo ele, demonizou o profissional de segurança pública, intitulando-os pejorativamente de “milícias”⁴⁰. No geral, Rodrigo buscou valorizar estes profissionais por seus trabalhos contra a criminalidade.

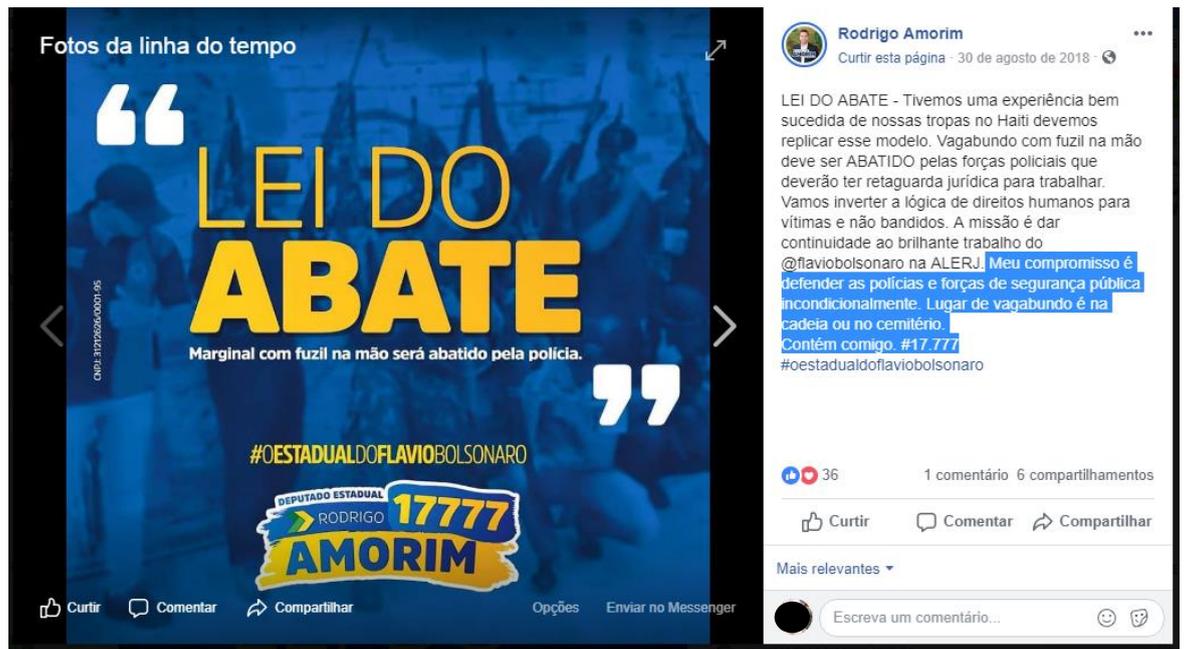
Já na segunda, o candidato buscou desconstruir o conceito de Direitos Humanos que, para ele, estava desvirtuado pela esquerda brasileira, na qual servia apenas para “passar

³⁹ Incêndio de grandes proporções destrói o Museu Nacional. G1, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/02/incendio-atinge-a-quinta-da-boa-vista-rio.ghtml>>. Acesso em: 15 out. 2019.

⁴⁰ Desde 2007, o dicionário Houaiss trata milícia como um fenômeno que ocorre no Rio de Janeiro, definindo esse tipo de organização como um “grupo armado de pessoas, geralmente com formação militar, paramilitar ou policial, que atua à margem da lei em algumas comunidades carentes, pretensamente para combater o crime”. O que é milícia? Bol/UOL, 2019. Disponível em: <<https://www.bol.uol.com.br/listas/o-que-e-milicia.htm?cmpid=copiae-cola>>. Acesso em: 15 out. 2019.

mão em vagabundo”, esquecendo-se das vítimas da violência e do apoio aos profissionais da segurança pública; prometeu o endurecimento de pena contra o tráfico e o consumo de drogas. Rodrigo também teve como principal proposta de campanha a “Lei do Abate”, que pretende dar retaguarda jurídica às forças policiais para atirar “para matar” em bandidos que estiverem munidos com arma de fogo.

Figura 9 – Exemplo de publicação da categoria Combate recrudescido contra a criminalidade, pertencente à variável Conservadorismo



Fonte: Página oficial de Rodrigo Amorim no Facebook.

O **Fundamentalismo Religioso** (4), pertencente à variável **Conservadorismo**, notificou em quarto lugar nas estratégias discursivas mais acionadas. Rodrigo postou fotos em um café da manhã com pastores e de grupos de apoiadores orando para Deus proteger a candidatura de Jair Bolsonaro e “restaurar a Nação”; além de defender a valorização da família heterossexual (tradicional) como a base da sociedade.

Figura 10 – Exemplo de publicação da categoria Fundamentalismo Religioso, pertencente à variável Conservadorismo



Fonte: Página oficial de Rodrigo Amorim no Facebook.

Também houve empate entre as categorias **Renovação Política** (3) da variável **Bolsonarismo**, e a **Antipetismo** (3), da variável **Antiesquerda**. Na primeira, o candidato buscou mostrar compreender o sentimento de revolta do povo contra a velha política, prometeu garantir a ordem e o combate à corrupção; transparência nos gastos públicos; além de combater atos eleitorais ilícitos, como compra de votos, informações falsas e oferecimento de vantagens em troca de votos. Na segunda, Rodrigo buscou criticar o Partido dos Trabalhadores por meio da satirização do ex-presidente Lula da Silva, mostrado como presidiário, e criticou a possibilidade de sua candidatura para presidente, pois estava preso em Curitiba⁴¹; e repetiu o discurso de Jair Bolsonaro ao dizer que sua missão era “metralhar a petralhada (no voto)”, deixando claro que o inimigo a ser derrotado nas urnas era o Partido dos Trabalhadores.

⁴¹ O ex-presidente Lula da Silva foi condenado em janeiro de 2018 pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, no caso do triplex em Guarujá, em São Paulo, no âmbito da Operação Lava Jato. Em agosto de 2018, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) rejeitou a candidatura do petista com base na Lei da Ficha Limpa. Assim, o Partido dos Trabalhadores substituiu Lula da Silva pelo ex-prefeito de São Paulo, Fernando Haddad. TSE decide por 6 votos a 1 rejeitar a candidatura de Lula a presidente; G1, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/08/31/maioria-dos-ministros-do-tse-vota-pela-rejeicao-da-candidatura-de-lula.ghtml>>. Acesso em: 16 out. 2019.

Figura 11 – Exemplo de publicação da categoria Renovação Política, pertencente à variável Bolsonarismo



Fonte: Página oficial de Rodrigo Amorim no Facebook.

Figura 12 – Exemplo de publicação da categoria Antipetismo, pertencente à variável Antiesquerda



Fonte: Página oficial de Rodrigo Amorim no Facebook.

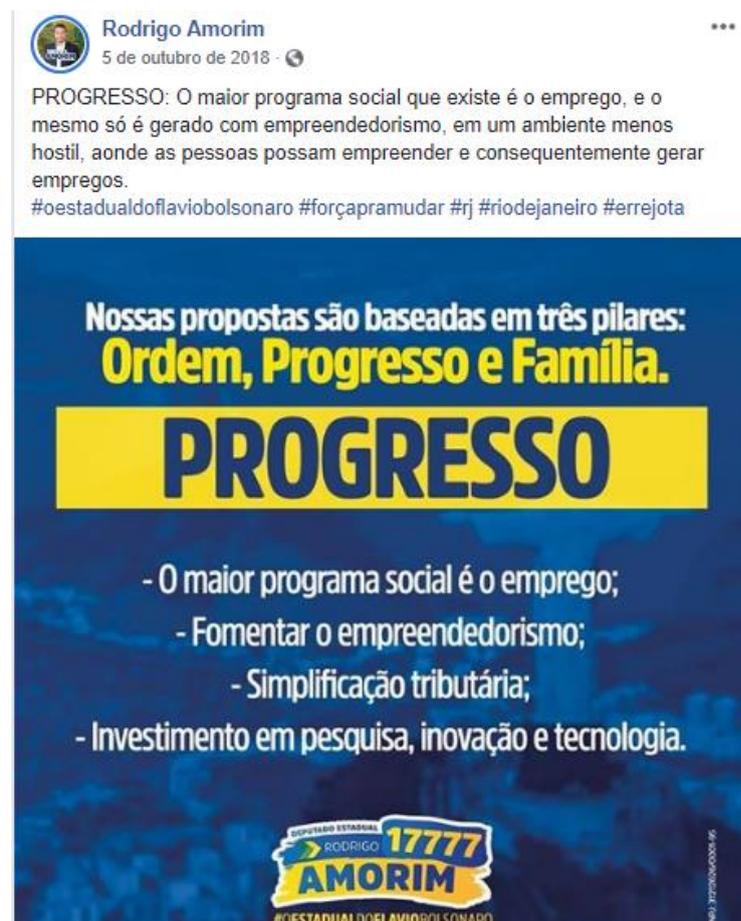
Por fim, as categorias **Antifeminismo**, da variável **Conservadorismo**, e **Liberalismo Econômico**, da variável **Neoliberalismo**, pontuaram apenas uma publicação. Sobre a primeira, Rodrigo Amorim posicionou-se contra o aborto e a favor da valorização da vida desde a sua concepção. Já na segunda, o candidato valorizou o empreendedorismo, a geração de emprego e prometeu a simplificação tributária.

Figura 13 - Exemplo de publicação da categoria Antifeminismo, pertencente à variável Conservadorismo



Fonte: Página oficial de Rodrigo Amorim no Facebook.

Figura 14 - Exemplo de publicação da categoria Liberalismo Econômico, pertencente à variável Neoliberalismo

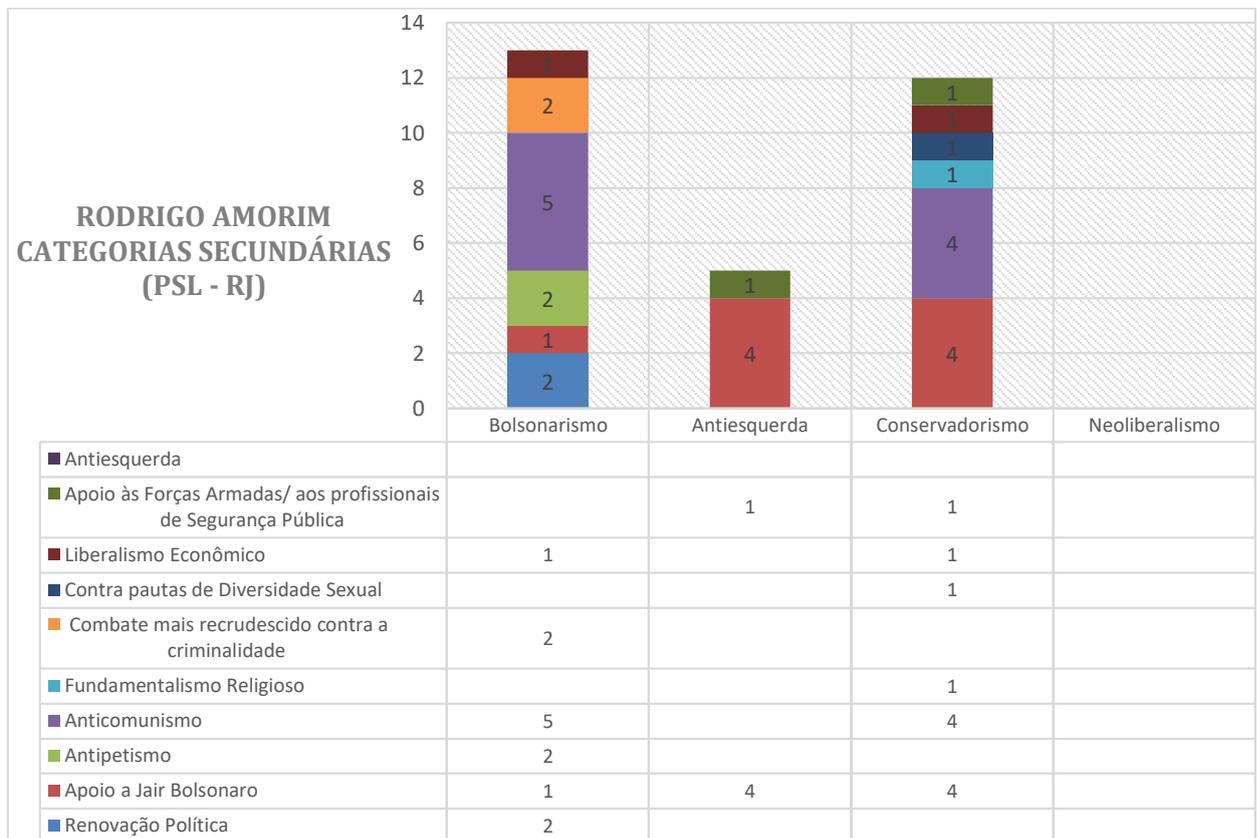


Fonte: Página oficial de Rodrigo Amorim no Facebook.

Apesar de não ser o objetivo prioritário da pesquisa, o gráfico abaixo analisou a

repetição das estratégias discursivas recorrentes de forma secundária. De acordo com o mapeamento, as três variáveis (**Bolsonarismo**, **Antiesquerda** e **Conservadorismo**) apresentaram cruzamentos de suas categorias entre si. Isso significa que o candidato também buscou elaborar um discurso heterogêneo, com temáticas de variáveis diferentes para construir seus discursos. A categoria **Contra pautas de Diversidade Sexual** apareceu em uma publicação como tema secundário. Na postagem, que foi alocada na categoria **Antefeminismo** como categoria principal, Rodrigo Amorim se mostrou contra o aborto e, em seguida, contra a “ideologia de gênero”⁴² pregada nas escolas públicas.

Gráfico 2 - Mapeamento das estratégias discursivas (categorias secundárias) pertencentes à direita bolsonarista nas publicações no Facebook de Rodrigo Amorim (PSL-RJ) durante as eleições de 2018



Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir da análise do gráfico acima, não é possível identificar quais foram as categorias primárias que acionaram as categorias secundárias. O gráfico mostra apenas as

⁴² O termo Ideologia de Gênero surgiu entre a década de 1990 e o início dos anos 2000 por uma ala conservadora da Igreja Católica, que criticavam e distorciam os estudos de gênero iniciados nos anos 60 e 70 nos Estados Unidos e na Europa que teorizam sobre a diferença entre sexo biológico e o gênero. A expressão não é reconhecida no meio acadêmico. Saiba como o termo 'ideologia de gênero' surgiu e é debatido. G1, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/09/03/saiba-como-o-termo-ideologia-de-genero-surgiu-e-e-debatido.ghtml>>. Acesso em: 15 out. 2019.

variáveis e o conjunto de estratégias discursivas que apareceram de forma secundária. Dessa forma, percebemos que a variável **Bolsonarismo** foi a que mais teve a predominância de um discurso heterogêneo. Compreende-se, então, que as categorias **Apoio a Jair Bolsonaro** e **Renovação Política** utilizaram outras categorias para complementar seus discursos. Como já explicado, não é o objetivo da pesquisa aprofundar-se nas mensagens secundárias devido ao caráter quantitativo predominante da Análise de Conteúdo; porém, é interessante observar como as estratégias discursivas dialogam entre si.

Percebe-se que a categoria **Apoio a Jair Bolsonaro** foi a única que esteve presente em todas as três variáveis encontradas. Para ilustrar esse fato, temos uma publicação da categoria **Anticomunismo**, que tem como categoria secundária o **Apoio a Jair Bolsonaro**. Na publicação, o advogado criticou as universidades públicas pela sua “doutrinação marxista”, apologia às drogas, e má administração de suas responsabilidades e colocou Jair Bolsonaro como alguém que iria garantir a ordem, resgatando a cultura e a educação, que teve seu sentido desvirtuado pela “esquerda”.

Figura 15 – Exemplo de publicação com a categoria Anticomunismo como principal e Apoio a Jair Bolsonaro como secundária

Em 1º de maio a GloboNews já dizia que o Museu Nacional, no ano de seu Bicentenário, pedia socorro.
Em 6 de junho, tá lá no site oficial, o BNDES destinou 21 milhões de reais para as reformas no museu.
Em 2 de setembro, pelo jeito, o museu continuava no abandono, jogado às traças. É o retrato de uma universidade que abandonou a cultura, o ensino, para viver de laceração, de ideologia, de doutrinação. É isso o produto de uma universidade tomada pelo marxismo cultural, pela alienação, pelo esquerdismo inconsequente. Não bastava destruir o Canecão, símbolo do Rio, hoje pintado com #ForaTemer e folhas de maconha: era preciso acabar literalmente com a nossa História. Isso está chegando ao fim. Vamos aguentar até 1º de janeiro. Jair Bolsonaro será o Presidente da República e teremos a universidade brasileira novamente ao serviço do povo, do ensino e da cultura. Agora, só nos resta chorar sobre as cinzas. Um pouco da infância de todo carioca se foi. A história gloriosa da Monarquia brasileira, de nossos grandes imperadores, virou pó. Muito, mas muito do Rio, morreu hoje. Canalhas! Canalhas! MIL VEZES CANALHAS! A HORA DE VOCÊS ESTÁ CHEGANDO! #forçapramudar #mudario #mudabrasildeverdade #oestadualdoaviobolsonaro #17777 #deputadoestadual



Fonte: Página oficial de Rodrigo Amorim no Facebook.

Por fim, a pouca quantidade de publicação com temáticas secundárias demonstra

que as postagens, em sua maioria das vezes, são homogêneas, predominando apenas uma estratégia discursiva. Percebe-se também que as categorias secundárias apresentadas seguem a mesma prioridade de recorrência das temáticas primárias, sendo as categorias **Apoio a Jair Bolsonaro, Anticomunismo, Fundamentalismo Religioso e Combate mais recrudescido contra a criminalidade** as que mais apareceram.

4.2 André Fernandes (PSL-CE)

O *YouTuber* André Fernandes nasceu em Iguatu, município a aproximadamente 390km de Fortaleza, e com apenas 20 anos foi o deputado estadual mais bem votado na Assembleia Legislativa do Ceará, além do parlamentar mais jovem eleito no país. Com quase meio milhão de inscritos no seu canal do YouTube e mais 1,5 milhão de seguidores no Facebook, na época, André recebeu 109.742 votos. Começou a ganhar visibilidade na internet em 2017⁴³, quando publicou um vídeo intitulado “Destruindo a imagem falsa de Lula”, no qual criticou uma série de programas sociais dos governos petistas.

No mesmo ano, André também teve um vídeo que viralizou nas redes sociais após chamar o governador do Ceará, Camilo Santana (PT), de “frouxo”, ao criticar o aumento do número de homicídios no Estado. O jovem participou do curso de formação da Polícia Militar do Ceará (PM-CE)⁴⁴ e foi estudante de economia e marketing, porém, foi em seus vídeos sobre política nas redes sociais que se destacou.

Com um forte discurso de renovação política, André visitou cerca de 120 cidades pelo interior do estado, promovendo palestras pelo movimento “Endireita Ceará”⁴⁵. Militante pró-Bolsonaro, o jovem realizou carreatas defendendo a candidatura de Jair Bolsonaro. Entre as suas propostas estão a luta contra o aborto, as drogas e a “bandagem” como também a defesa da família tradicional e da inocência das crianças contra a “ideologia de gênero”, a implantação do projeto “Escola sem Partido”⁴⁶ nas escolas cearenses e a defesa da Polícia

⁴³ Aos 20 anos, *YouTuber* cearense André Fernandes é o deputado mais jovem do Brasil. Diário do Nordeste, 2018. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/politica/aos-20-anos-youtuber-cearense-andre-fernandes-e-o-deputado-mais-jovem-do-brasil-1.2010970>>. Acesso em: 17 out. 2019.

⁴⁴ De humorista da internet a militante pró-Bolsonaro: quem é André Fernandes. O POVO, 2018. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2018/02/de-humorista-a-militante-pro-bolsonaro-quem-e-andre-fernandes.html>>. Acesso em: 15 out. 2019.

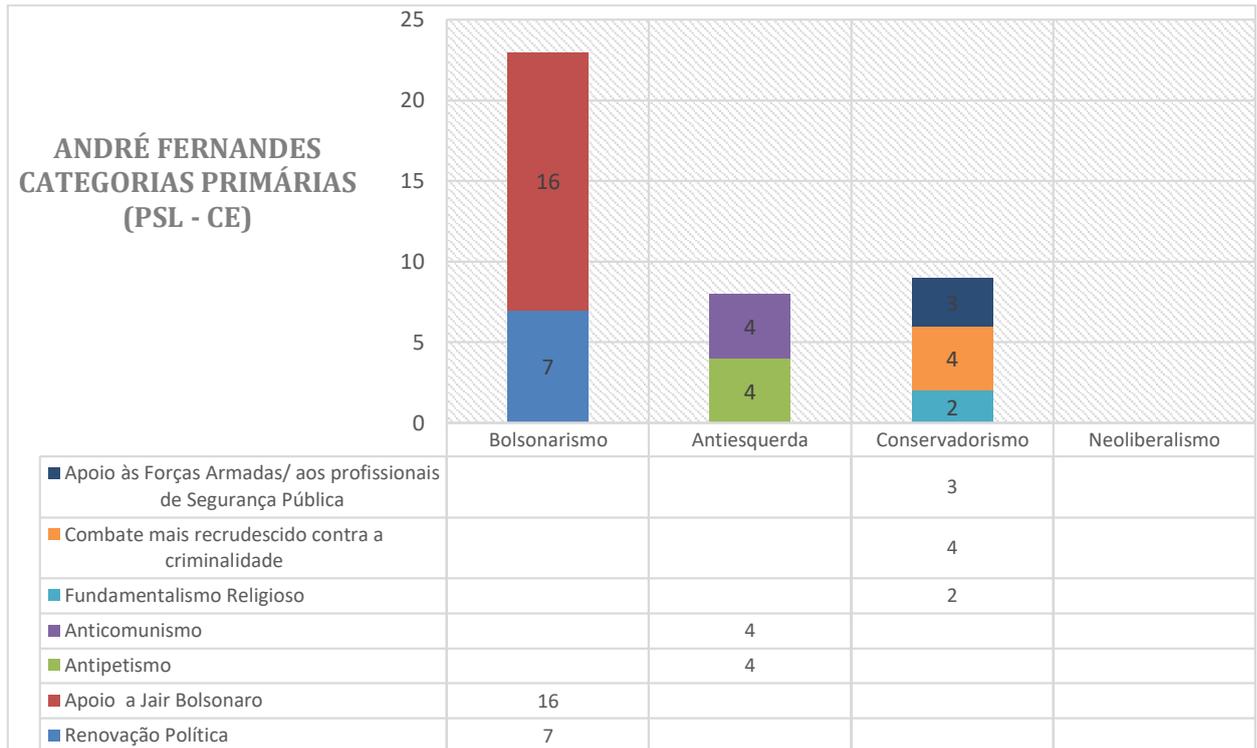
⁴⁵ Grupo conservador defensor das ideias de Jair Bolsonaro no Ceará.

⁴⁶ O movimento "Escola sem partido" foi criado em 2004 pelo advogado Miguel Nagib. A iniciativa surgiu como uma reação de setores da sociedade civil contra a doutrinação política e ideológica em sala de aula. O objetivo da ideia é a criação de uma educação apartidária e livre de ideologias. O debate chegou à esfera política tanto nas Assembleias como no Congresso em forma de projetos de lei. O movimento polêmico causa divergência, principalmente, em opiniões contrárias, que alegam a inexistência de uma educação neutra e que, caso entrasse em vigor,

Militar.

Abaixo, encontra-se o gráfico com a análise das estratégias discursivas de André Fernandes durante as eleições de 2018.

Gráfico 3 – Mapeamento das estratégias discursivas (categorias primárias) pertencentes à direita bolsonarista nas publicações do Facebook de André Fernandes (PSL-CE) durante as eleições de 2018



Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim como Rodrigo Amorim, André Fernandes teve a maior recorrência de publicações pertencentes à categoria **Apoio a Jair Bolsonaro** (16), da variável **Bolsonarismo**. O jovem candidato buscou demonstrar também que apoia e é apoiado por Jair Bolsonaro nas eleições; que o seu líder político é o mais preparado para assumir a presidência, garantindo um caminho novo para o país; divulgou imagens de atividades de campanha a favor de Bolsonaro; demonstrou sua revolta sobre o atentado contra o presidente em Juiz de Fora (MG), durante as eleições, e desejou forças para recuperação “do futuro presidente da República”.

poderia "amordaçar" o professor. Escola sem Partido: entenda o que é movimento que divide opiniões na Educação. EBC, 2016. Disponível em: <<https://www.ebc.com.br/educacao/2016/07/o-que-e-o-escola-sem-partido>>. Acesso em: 15 out. 2019.

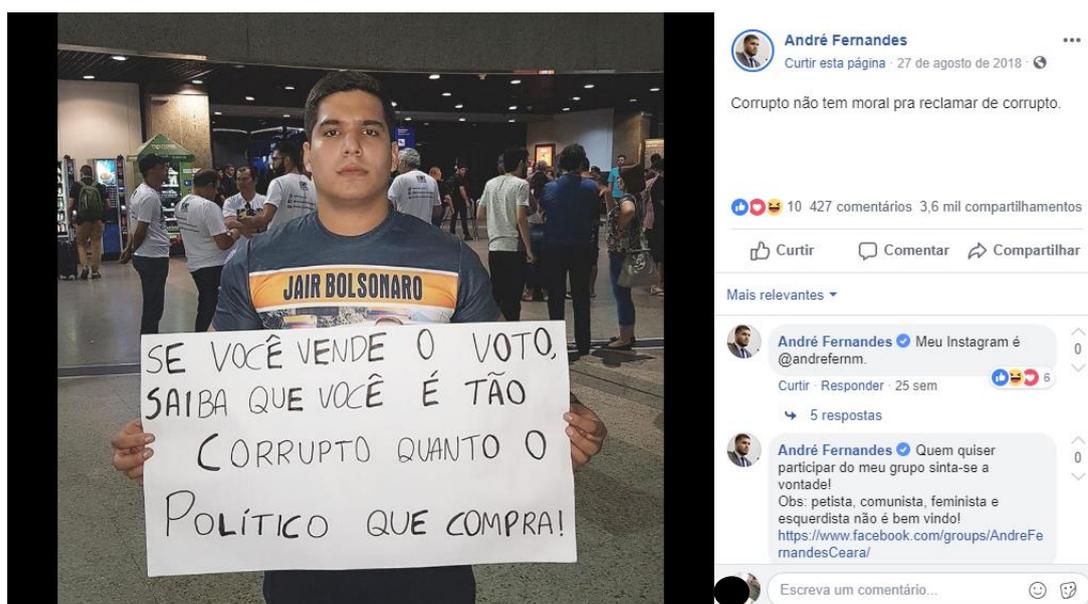
Figura 16 – Exemplo de publicação da categoria Apoio a Jair Bolsonaro, pertencente à variável Bolsonarismo



Fonte: Página oficial de André Fernandes no Facebook.

Como segunda estratégia discursiva mais utilizada, André Fernandes recorreu à **Renovação Política** (7), categoria também da variável **Bolsonarismo**. O candidato objetivou construir a imagem de mudança diante do descaso da política tradicional; prometeu abrir mão dos auxílios políticos imorais, combater privilégios e a corrupção; além de ser contra a práticas eleitorais ilícitas, como compra de votos.

Figura 17 – Exemplo de publicação da categoria Renovação Política, pertencente à variável Bolsonarismo



Fonte: Página oficial de André Fernandes no Facebook.

Como terceira estratégia discursiva mais acionada, houve empate nas categorias **Antipetismo** (4) e **Anticomunismo** (4) da variável **Antiesquerda**. Na primeira categoria, André Fernandes fez críticas à candidatura do ex-presidente Lula da Silva e de quem declarava voto ao petista; explicou as possíveis provas contra o ex-presidente e indignou-se com seus apoiadores, intitulando-os de “massa de manobra”; além de comemorar o indeferimento da candidatura do petista pelo TSE. Já na segunda categoria, o candidato criticou o “politicamente correto⁴⁷” e a troca de valores promovidos pela esquerda brasileira; acusou o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, de “ditador comunista” por fechar igrejas; e indignou-se com um vídeo postado por ele com imagens de militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e do Partido dos Trabalhadores (PT).

Figura 18 – Exemplo de publicação da categoria Antipetismo, pertencente à variável Antiesquerda



Fonte: Página oficial de André Fernandes no Facebook.

⁴⁷ O Politicamente Correto é um termo utilizado pela direita brasileira para criticar a censura promovida pela a esquerda, que impede que as pessoas falem livremente sobre determinados assuntos. Estudiosa do politicamente correto afirma que ele não existe. é um “inimigo imaginário”. Época, 2019. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/estudiosa-do-politicamente-correto-afirma-que-ele-nao-existe-um-inimigo-imaginario-23374222>>. Acesso em: 16 out. 2019.

Figura 19 – Exemplo de publicação da categoria Anticomunismo, pertencente à variável Antiesquerda



Fonte: Página oficial de André Fernandes no Facebook.

Empatado com as duas categorias da variável **Antiesquerda**, a categoria **Combate mais recrudescido contra a criminalidade** (4) também ficou em terceiro lugar das estratégias discursivas mais utilizadas. André Fernandes criticou os defensores dos direitos para presidiários, como o auxílio-reclusão e visita íntima; propôs o trabalho obrigatório para os detentos; e defendeu o uso de “mais violência” para combater mais a violência.

Figura 20 – Exemplo de publicação da categoria Combate recrudescido contra a criminalidade, pertencente à variável Conservadorismo



Fonte: Página oficial de André Fernandes no Facebook.

Em penúltimo lugar, André Fernandes buscou acionar o discurso de **Apoio às Forças Armadas/ aos profissionais de Segurança Pública** (3), da categoria **Conservadorismo**, para conquistar seus eleitores. O candidato criticou a falta de reconhecimento da sociedade diante da morte de policiais; cobrou respeito aos policiais militares e a volta da autoridade militar; cobrou melhorias salariais para estes; solidarizou-se com as famílias dos policiais mortos em serviço; e enalteceu os colégios militares. Por fim, André Fernandes recorreu ao **Fundamentalismo Religioso** (2) para construir seu discurso durante as eleições. Criticou a candidata Marina Silva (Rede) que, segundo ele, não representava a população evangélica, pois se “esquivava” de pautas importantes, como o aborto e as pautas de diversidade sexual – pautas que sofrem resistências no meio evangélico; além de mostrar um vídeo em um evento religioso, no qual mostra André recebendo oração de um suposto pastor, que o colocou como um enviado de Deus, para representá-lo na política e mudar o Brasil.

Figura 21 – Exemplo de publicação da categoria Apoio às Forças Armadas/aos Profissionais de segurança pública, pertencente à variável Conservadorismo



Fonte: Página oficial de André Fernandes no Facebook.

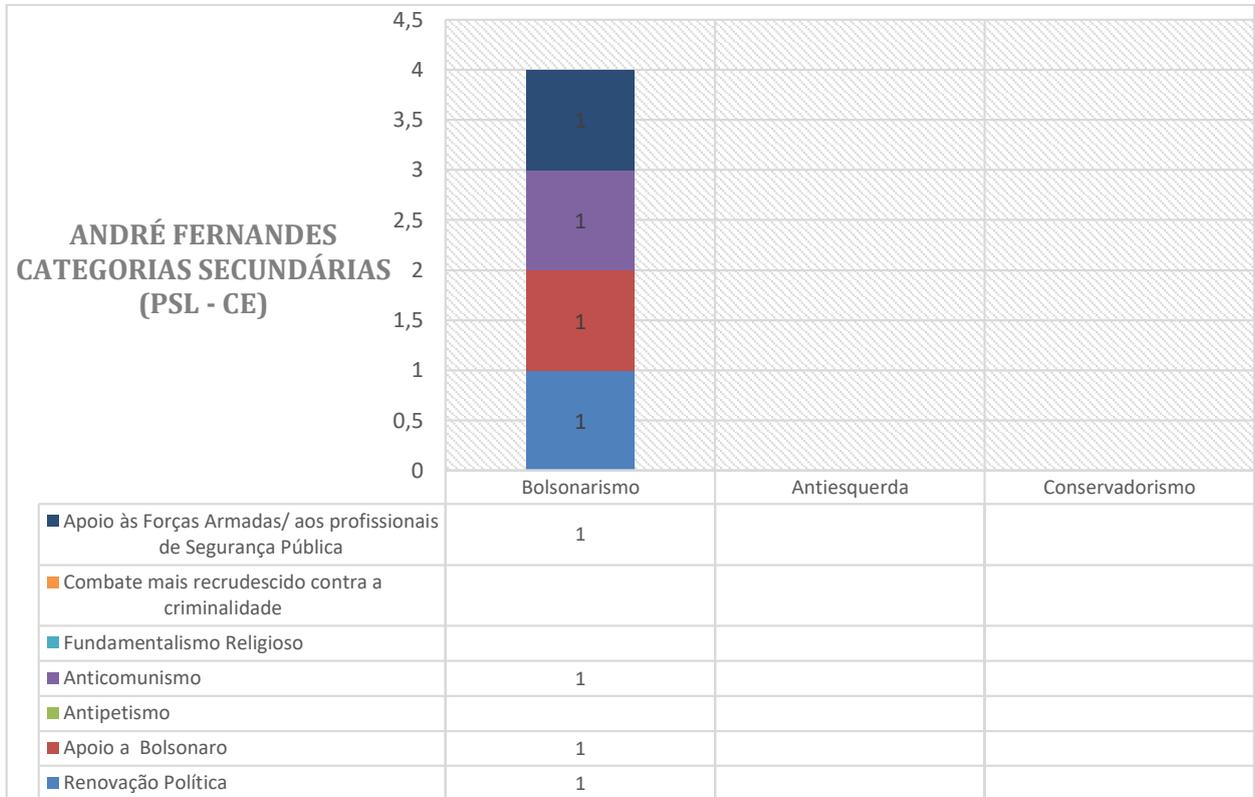
Figura 22 – Exemplo de publicação da categoria Fundamentalismo Religioso, pertencente à variável Conservadorismo



Fonte: Página oficial de André Fernandes no Facebook.

Assim como Rodrigo Amorim, André Fernandes também utilizou, praticamente, as mesmas estratégias discursivas das categorias principais nas categorias secundárias, como o **Anticomunismo**, o **Apoio às Forças Armadas/ aos profissionais de Segurança Pública**, o **Apoio a Jair Bolsonaro** e a **Renovação Política**. Todas elas apareceram ligadas à variável Bolsonarismo. Um exemplo é uma postagem em que André Fernandes se mostra ao lado de Jair Bolsonaro (**Apoio a Jair Bolsonaro**), ambos rindo, e na legenda ironiza “Quando vejo um esquerdista revoltado nos comentários das minhas publicações (**Anticomunismo**)”. O pequeno número de estratégias secundárias também mostra que as postagens têm a tendência de abordar um único tema.

Gráfico 4 – Mapeamento das estratégias discursivas (categorias secundárias) pertencentes à direita bolsonarista nas publicações do Facebook de André Fernandes (PSL-CE) durante as eleições de 2018



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 23 – Exemplo de publicação com a categoria secundária Anticomunismo



Fonte: Página oficial de André Fernandes no Facebook.

4.3 Janaina Paschoal (PSL-SP)

Janaina Conceição Paschoal nasceu na zona leste de São Paulo, neta de migrantes pernambucanos⁴⁸. Aos dezessete anos, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), onde se graduou em 1996. Na mesma instituição, obteve seu doutoramento e a Livre Docência. Desde 2003, leciona na referida Faculdade, ministrando diversas disciplinas diretamente relacionadas ao Direito Penal, além de Segurança Pública, Biodireito e Religião.

Advogada há vinte anos, participou do Conselho Seccional da OAB/SP e de várias atividades da Ordem. Crítica ferrenha da, segundo ela, “dominação exercida pelo esquerdismo no Brasil”, há muitos anos, Janaina, em seus discursos, sempre denunciou a necessidade de enfrentar a “ditadura” que aos poucos vem se instalando.

Janaina ficou conhecida nacionalmente por participar da autoria do impeachment da Presidente Dilma Rousseff, participando intensamente do processo. Em maio de 2015, o PSDB encomendou um parecer sobre o impeachment ao jurista Miguel Reale Jr., que convidou a então professora para auxiliá-lo, por um valor de R\$ 45 mil⁴⁹. No final, Reale assinou o parecer sozinho, pois achava que não era o momento certo para o pedido de impeachment. Janaina discordou. Em agosto, após um evento de direito na USP, em que o tema era um manifesto pedindo a renúncia de Dilma, Janaina retomou a tentativa. Conseguiu o apoio do jurista Hélio Bicudo e redigiu o pedido de cassação do mandato, que, posteriormente, foi também subscrito por Reale.

O processo de impeachment de Dilma Rousseff teve início em 2 de dezembro de 2015⁵⁰, quando o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha⁵¹ deu

⁴⁸ Janaina Paschoal – Biografia (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo). Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/deputado/?matricula=300630>>. Acesso em: 15 out. 2019.

⁴⁹ “Contundente de forma irônica”: conheça Janaina Paschoal, a autora do pedido de impeachment. GaúchaZH Política, 2016. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2016/04/conheca-o-outro-lado-dejanaina-paschoal-autora-do-pedido-de-impeachment-da-presidente-dilma-5779284.html>>. Acesso em: 16 out. 2019.

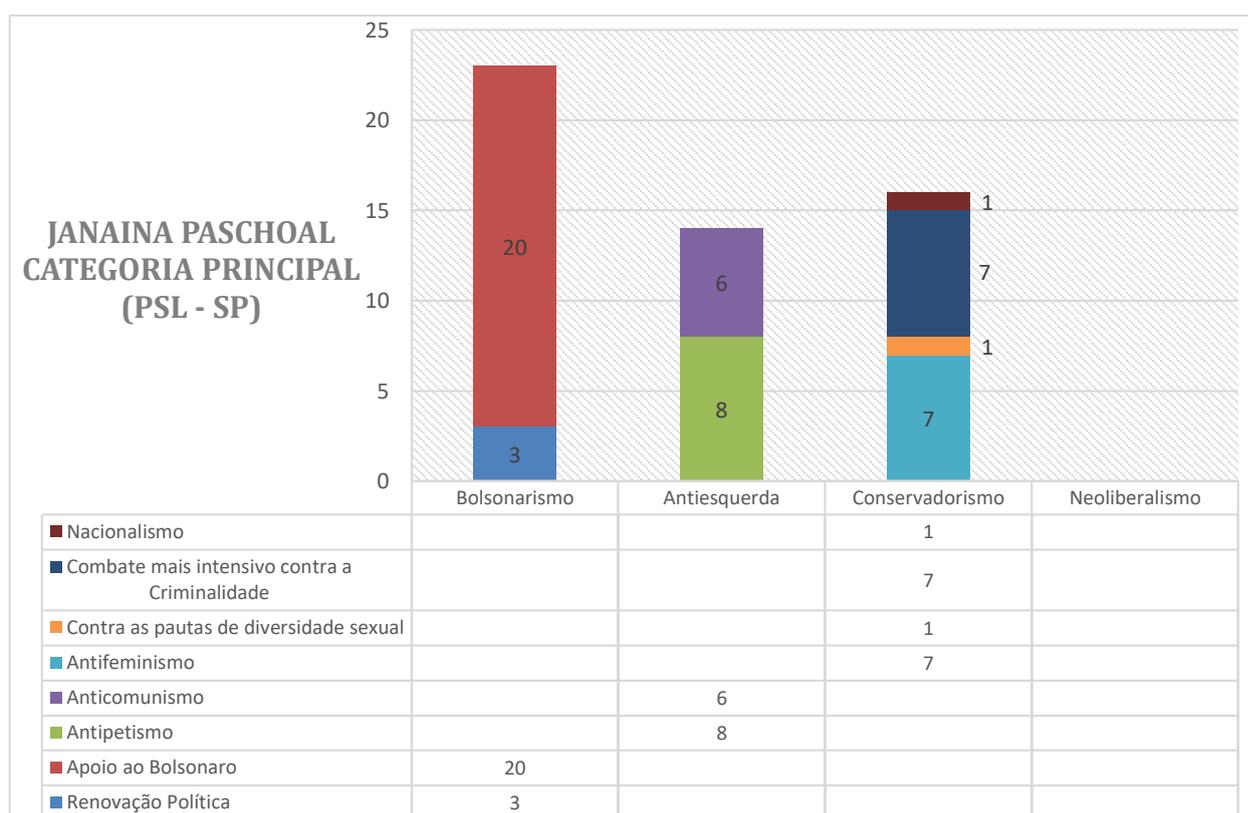
⁵⁰ Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. Senado Notícias, 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>>. Acesso em: 16 out. 2019.

⁵¹ Eduardo Cunha é um político do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), ligado à Bancada Evangélica. Foi Deputado Federal entre fevereiro de 2003 e setembro de 2016. Foi presidente da Câmara dos Deputados de 1 de fevereiro de 2015 até renunciar o cargo em 7 de julho de 2016. Denunciado pela Procuradoria-Geral da República ao Supremo Tribunal Federal por corrupção passiva e lavagem de dinheiro em face da Operação Lava Jato, Cunha teve seu mandato cassado pela Câmara dos Deputados em 2016. No dia 19 de outubro foi preso por decisão do juiz Sérgio Moro. Curiosamente, a autorização para o impeachment de Dilma ocorreu após deputados petistas terem votado a favor da continuidade do processo de cassação de Eduardo Cunha no Conselho de Ética da Câmara. Lava Jato, crise política, impeachment e disputa entre Poderes marcaram 2016. Agência Brasil, 2016. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-12/retrospectiva-politica-2016>>. Acesso em: 16 out. 2019.

prosseguimento ao pedido. Com uma duração de 273 dias, o caso se encerrou em 31 de agosto de 2016, tendo como resultado a cassação do mandato, mas sem a perda dos direitos políticos de Dilma. Na justificacão para o pedido de impeachment, os juristas alegaram que a então presidente havia cometido crime de responsabilidade pela prática das chamadas “pedaladas fiscais”⁵² e pela edio de decretos de abertura de crédito sem a autorizao do Congresso.

Candidata pelo PSL-SP, em 2018, Janaina foi eleita com 2.060.786 de votos, que  a maior votao recebida por uma mulher no Brasil, tanto na esfera estadual como na esfera federal. Abaixo, o gráfico com as estratégias discursivas apresentadas durante a campanha de Janaina Paschoal em 2018.

Gráfico 5 – Mapeamento das estratégias discursivas (categoria principal) pertencentes  direita bolsonarista nas publicaes no Facebook de Janaina Paschoal (PSL-SP) durante as eleies de 2018



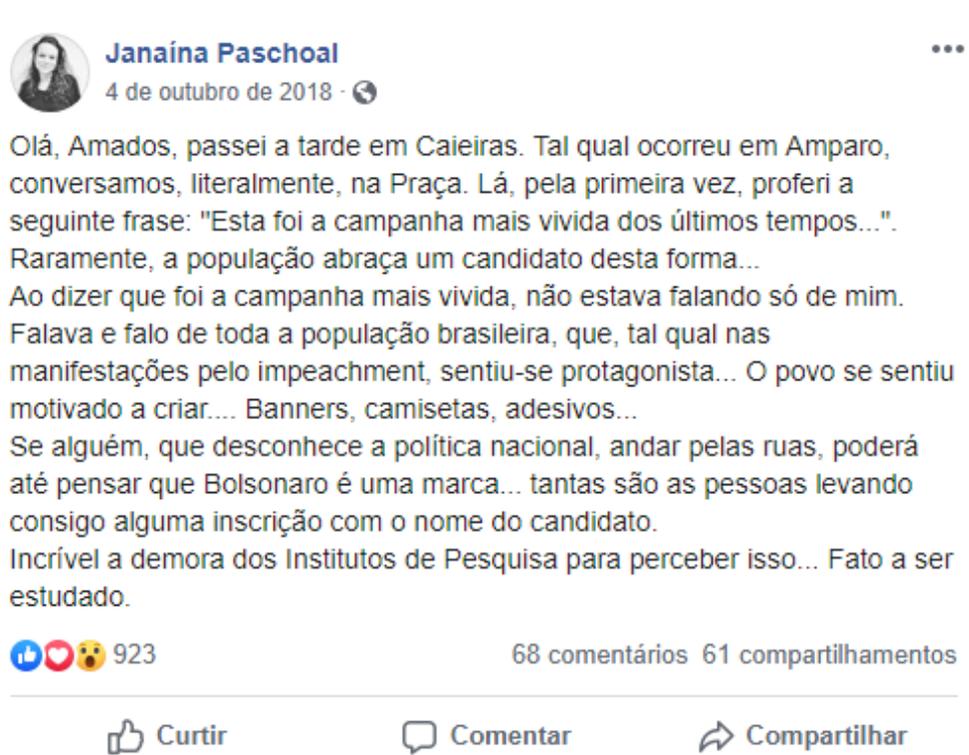
Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim como os dois personagens analisados nessa pesquisa, Janaina Paschoal teve o discurso de **Apoio a Jair Bolsonaro (20)**, da variável **Bolsonarismo**, como predominante nas

⁵² “Apelido dado a um tipo de manobra contábil feita pelo Poder Executivo para cumprir as metas fiscais, fazendo parecer que haveria equilíbrio entre gastos e despesas nas contas públicas”. Pedalada Fiscal. Senado Notcial. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/pedalada-fiscal>>. Acesso em: 16 out. 2019.

suas postagens no Facebook durante as eleições de 2018. A advogada se indignou com o atentado sofrido por Bolsonaro, em 6 de setembro de 2018, e desejou forças ao presidencial; defendeu que ele seria o melhor candidato para tirar o poder da “esquerda petista”, que está dominando por anos a política brasileira; divulgou fotos em eventos de apoio a Bolsonaro e com apoiadores do presidencial; e fez *lives* com deputados bolsonaristas.

Figura 24 – Exemplo de publicação da categoria Apoio a Jair Bolsonaro, pertencente à variável Bolsonarismo



Fonte: Página oficial de Janaina Paschoal no Facebook.

Como segunda estratégia discursiva utilizada, a advogada recorreu ao **Antipetismo** (8), pertencente à categoria **Antiesquerda**. Nas publicações, Janaina criticou a candidatura de Lula da Silva e a dominação petista; defendeu que quem apoiou o impeachment de Dilma Rousseff não pode votar em candidatos do PT; indagou o presidencial, Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores, sobre a declaração, ao jornal *El País*⁵³, de José Dirceu, ex-ministro-chefe da Casa Civil no primeiro mandato de Lula da Silva, sobre ser questão de tempo para o PT “tomar o poder”; e, por fim, postou um vídeo no qual aparece discutindo com o senador Lindbergh Farias, na época da comissão do impeachment no Senado, sobre a dominação petista

⁵³ “O problema do Bolsonaro é do PSDB e DEM. Sem Lula, temos Ciro e Haddad”. *El País*, 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/24/politica/1537815456_213002.html>. Acesso em: 19 out. 2019.

nas universidades públicas⁵⁴.

Figura 25 – Exemplo de publicação da categoria Antipetismo, pertencente à variável Antiesquerda



Fonte: Página oficial de Janaina Paschoal no Facebook.

Houve empate nas duas estratégias discursivas que configuraram o terceiro lugar das mais acionadas. As duas pertencentes à variável **Conservadorismo**. A primeira **Antifeminismo** (7) compreendeu, predominantemente, o discurso contra o aborto e a valorização da vida desde a sua concepção no útero materno; apenas em uma publicação a advogada buscou fazer uma crítica à desigualdade salarial entre homens e mulheres, porém explicou que isso não tem a ver com o feminismo, e sim com a justiça, e que, diferente do movimento, mulheres não querem tomar os lugares dos homens, pois não se trata de uma “guerra de sexo”. A segunda **Combate mais recrudescido contra a criminalidade** (7), a advogada se colocou como especialista em Segurança Pública e prometeu o aprimoramento das polícias e da qualidade das perícias; e fez uma crítica as autoridades judiciais que só se preocupam com os direitos fundamentais dos criminosos ao invés das vítimas e dos policiais.

⁵⁴ Lindbergh Farias e Janaína Paschoal discutem em sessão do impeachment. G1, 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/06/senador-lindbergh-e-janaina-paschoal-discutem-na-comissao-do-impeachment.html>>. Acesso em: 19 out. 2019.

Figura 26 – Exemplo de publicação da categoria Antifeminismo, pertencente à variável Conservadorismo



Fonte: Página oficial de Janaina Paschoal no Facebook.

Figura 27 – Exemplo de publicação da categoria Combate recrudescido contra a criminalidade, pertencente à variável Conservadorismo



Fonte: Página oficial de Janaina Paschoal no Facebook.

A quarta estratégia discursiva mais utilizada foi o **Anticomunismo** (6), da variável **Antiesquerda**. Na categoria, Janaina Paschoal fez críticas aos partidos e personalidades de

esquerdas, como o candidato à presidência pelo PSOL, Guilherme Boulos⁵⁵, por, segundo a advogada, o psolista apesar de não gostar de ser financiado por empreiteiras, estava aliado com Lula da Silva, que sempre foi financiado por estas empresas; em outra publicação, a candidata voltou a questionar Boulos por meio de uma publicação de um jornal em que mostra que assessores parlamentares comissionados homens do PSOL ganham mais que as mulheres comissionadas na Câmara dos Deputados; Janaina também utilizou o incêndio no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, para criticar as esquerdas do país, por serem defensores do “politicamente correto”, da sexualização de criança e liberalização da maconha, pautas financiadas com o dinheiro público, porém que vão de encontro com o interesse da sociedade; e criticou também a existência, segundo ela, de uma “ditadura do pensamento” promovida pela Esquerda brasileira, principalmente pelo Partido dos Trabalhadores, e que se reverbera dentro das universidades públicas e nos órgão de imprensa, no qual impede que outras vertentes de pensamento político tenham espaço na esfera pública.

Figura 28 – Exemplo de publicação da categoria Anticomunismo, pertencente à variável Antiesquerda



Fonte: Página oficial de Janaina Paschoal no Facebook.

⁵⁵ Guilherme Boulos é graduado em filosofia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Seus pais são médicos professores da Universidade de São Paulo (USP). Boulos é filiado ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e membro da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), sendo reconhecido como uma das principais lideranças da esquerda no Brasil. Conheça Guilherme Boulos, o candidato à Presidência que quer enfrentar as desigualdades. GaúchaZH Política, 2018. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2018/05/conheca-guilherme-boulos-o-candidato-a-presidencia-que-quer-enfrentar-as-desigualdades-cjgr6ro2n02ck01patyvrnzod.html>>. Acesso em: 19 out. 2019.

As categorias **Nacionalismo** e **Contra as pautas sobre diversidade sexual**, da variável **Conservadorismo**, pontuaram apenas uma publicação cada. Na primeira, Janaina postou um vídeo em um evento eleitoral (provavelmente a favor de Jair Bolsonaro e dos candidatos do PSL) em que mostra a advogada em cima de um trio elétrico cantando o hino brasileiro. Já a segunda, a advogada publicou uma notícia do site O Antagonista, de viés direitista, na qual tem como título “Nenhuma criança se define como transgênero. A mídia estimula o mercado da transexualidade”⁵⁶, publicada no dia 18 de agosto de 2018.

Por fim, Janaina Paschoal não apresentou categorias secundárias em suas mensagens. O que mais uma vez revela o caráter objetivo dos discursos dos candidatos.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Ao analisar os discursos acionados pelos candidatos supervotados do PSL propostos para essa pesquisa, a partir da metodologia da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977), percebemos que, no geral, a estratégia predominante usada por esses atores foi a utilização da figura de Jair Bolsonaro como fator principal durante suas campanhas. Janaina Paschoal, André Fernandes e Rodrigo Amorim buscaram mostrar ao seu eleitor que não só apoiam, mas que também são apoiados pelo presidente, sendo representantes oficiais de Bolsonaro em seus respectivos estados.

Um dos fatores que explica o uso dessa estratégia seria o fato de Jair Bolsonaro liderar as principais pesquisas de intenção de voto durante o ano eleitoral. De acordo com a pesquisa publicada pelo Ibope em setembro, primeira a ser divulgada depois do início do horário eleitoral no rádio e na TV e da decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de barrar a candidatura do ex-presidente Lula da Silva, Bolsonaro tinha 22% das intenções de voto, seguido por Marina Silva (Rede) e Ciro Gomes (PDT), ambos com 12%, Geraldo Alckmin (PSDB), com 9%, e Fernando Haddad (PT), com 6%. Curiosamente, nas simulações realizadas para o segundo turno feitas, Jair Bolsonaro era derrotado por Ciro Gomes, Geraldo Alckmin e Marina Silva e só venceria, numericamente, dentro da margem de erro, de Fernando Haddad.

Não podemos nos esquecer que a imagem de Jair Bolsonaro foi sendo construída com o tempo, como já apresentado na fundamentação teórica dessa pesquisa. Investigações acadêmicas sinalizavam que os participantes das mobilizações de direita, a partir de 2015, já

⁵⁶ “Nenhuma criança se define como transgênero. A mídia estimula o mercado da transexualidade”. O Antagonista, 2018. Disponível em: <<https://www.oantagonista.com/internet/nenhuma-crianca-se-define-como-transgenero-a-midia-estimula-o-mercado-da-transexualidade/>>. Acesso em: 19 out. 2019.

demonstravam a preferência do deputado federal para a chefia do executivo federal. Para Solano (2018), apesar de Bolsonaro enfrentar graves problemas que, tecnicamente, enfraqueceriam sua candidatura, como a filiação a um partido pequeno, pouco tempo de TV e um escasso acesso ao fundo partidário, o fenômeno Bolsonaro é muito maior que a viabilidade de sua candidatura.

A penetração e capilaridade de suas ideias, a retórica e mensagem nos diversos segmentos da população e o crescimento exponencial de sua intenção de voto devem nos fazer pensar que não estamos tratando da ameaça individual de Jair Messias Bolsonaro e, sim, da ameaça de um processo de “bolsonarização”, ou seja, popularização de uma política antidemocrática, autoritária de extrema-direita, que continuará para além do indivíduo em si (SOLANO, 2018, p. 10).

Assim, sabendo do potencial das ideias de Bolsonaro e sua adesão a uma parcela significativa da sociedade, os candidatos supervotados do PSL buscaram reproduzir seu discurso com intuito de mostrar aos eleitores que são extensão de sua ideologia dentro de um cenário local. Intencionalmente, os candidatos acabam reforçando a ideia de grupo político, uma das características principais do Bolsonarismo. Para definir grupo político, ou clã, trazemos a definição de Montes (2019, p. 4)

A organização de um grupo político pressupõe a existência de um chefe político com características pessoais de liderança e com possibilidades efetivas de contatos políticos ao nível da política estadual ou nacional que tornem plausíveis suas pretensões de agregar seguidores políticos. A noção de grupo político permite o entendimento das características tradicionais da política brasileira (patrimonialismo e personalismo) que se amoldam às exigências da modernização das relações políticas. [...] As disputas ao nível municipal ou estadual são travadas principalmente entre grupos políticos que se reconhecem como antagônicos em suas pretensões de conquista de poder. A ligação de grupos políticos aos partidos depende das oportunidades que são oferecidas às suas lideranças para disputar cargos políticos que os fortaleçam face aos seus opositores. Os partidos constituem-se a face institucional do jogo político, porém seu tamanho e importância nos Estados variam em função da força dos grupos políticos que circunstancialmente neles se abrigam.

Desta forma, ao reafirmarem em suas estratégias que fazem parte de um determinado grupo político, no qual seu líder possui grandes chances de ganhar as eleições presidenciais, os atores analisados reforçam ainda mais os discursos conservadores, base ideológica do bolsonarismo. Segundo Araújo (2019), a formação social ultraconservadora no Brasil não é algo novo, que surgiu com Bolsonaro, mas uma progressão histórica que, a partir de determinados fatores já analisados, encontraram no deputado federal uma liderança. Portanto, demonstrar aos seus eleitores que fazem parte desse movimento e que são representantes oficiais dessa ideologia provou ser a principal tática discursiva dos candidatos analisados em suas redes sociais.

A sociedade brasileira, tendo o autoritarismo como uma determinação histórica imanente, produziu o bolsonarismo. Apesar da sua aparência cômica e pueril – repleta

de vexames nacionais e internacionais –, a gravidade do bolsonarismo está no fato de que esse fundo autoritário foi canalizado e amplificado ideologicamente na forma de um Sujeito político autônomo, autoritário e raivoso, que chegou ao poder. Embora, antes disso, este Sujeito se constituiu socialmente produzindo uma profunda capilaridade ideológica na sociedade civil brasileira. Se estendeu por todas as camadas sociais, tangenciando até mesmo as contradições e oposições históricas que definem a luta de classes no capitalismo brasileiro. O bolsonarismo chegou ao poder com legitimidade política não apenas formal, mas sobretudo social e ideológica e, portanto, representa uma importante parcela do Brasil real. Em sua totalidade, é uma força política material com forte penetração nos setores majoritários da sociedade civil brasileira (ARAÚJO, 2019, p. 15-16).

Como segunda estratégia discursiva mais utilizada, encontramos o anticomunismo como ideia predominante nas páginas oficiais do Facebook dos três candidatos do PSL durante as eleições. Aqui, percebemos que o objetivo principal era denominar e caracterizar o inimigo: a esquerda brasileira. Messenberg (2017) traz Girardet (1987) para conceituar o “mito do complô”, ou seja, a demonização de um grupo social real ou imaginário. Dessa forma, os opositores são reduzidos a um só estrato, desconsiderando a heterogeneidade dos movimentos de esquerda no Brasil, e tornam-se a personificação de um mal que deve ser combatido. Assim, “os comunistas”, como são chamados pejorativamente aqueles que pensam diferente da ultradireita, são uma forma de reduzir a um único grupo aqueles que pensam diferente, facilitando o seu reconhecimento e, conseqüentemente, sua vigilância e o seu combate.

Desde que, em 1999, após a promulgação de uma nova Constituição, o presidente venezuelano Hugo Chávez declarou o seu país uma “República Bolivariana”, convencionou-se chamar de bolivarianos os governos de esquerda na América Latina que questionaram o neoliberalismo e o Consenso de Washington. De forma semelhante, tal retórica foi utilizada para caracterizar as presidências de Rafael Correa, no Equador e a de Evo Morales, na Bolívia. Embora os Governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff nunca tenham aderido formalmente a posicionamentos análogos, foram frequentes as acusações de que estariam “transformando o Brasil numa Venezuela”, por parte dos políticos da oposição e de setores da mídia e da opinião pública. Para os formadores de opinião da extrema direita aqui analisados, há notória articulação entre a ideia de bolivarianismo e o comunismo, principalmente, por intermédio de uma organização denominada Foro de São Paulo⁵⁷ (MESSEMBERG, 2017, p. 636).

De acordo com a lógica bolsonarista apresentada pelos candidatos analisados, os partidos de esquerda têm como objetivo implantar uma ditadura comunista no Brasil e a destruição dos valores tradicionais da família cristã. Para que esse projeto seja concretizado, os atores investigados explicam que há um projeto de dominação das principais instituições sociais e aparelhamento estatal, como as universidades públicas e órgãos governamentais, para

⁵⁷ O Foro de São Paulo (FSP) é uma organização criada em 1990, a partir de um seminário internacional promovido pelo Partido dos Trabalhadores (PT), no qual estiveram presentes partidos e organizações da América Latina e Caribe para discutir alternativas às políticas neoliberais dominantes no continente e promover a integração latinoamericana no âmbito econômico, político e cultural (MESSEMBERG, 2017, p. 636).

repercussão dessas ideias.

Os supostos inimigos podem ser desde organizações, partidos, a grupos específicos: os comunistas, os negros, os gays, as feministas e todos aqueles que não compartilham de seu universo mental. Sua visão de mundo é maniqueísta e encontra-se dividida entre os que representam “o Bem” e os que representam “o Mal”. Essa é, portanto, uma interpretação “despolitizada” da realidade, na medida em que opera o deslocamento para o plano moral daquilo que é produto da ação humana e não da ordem da natureza. Tende, por isso, a desconectar as falas do movimento histórico no qual se originam (BARTHES, 1989). Fica-se, assim, na presença de indivíduos e de movimentos sociais que alimentam fobias e preocupações generalizadas, acirrando discursos que incitam à violência e à intolerância. Mostram-se fartamente preconceituosos, ratificando que as diferenças entre “nós” e “eles” são de fundo e irreconciliáveis. Arregimentam igualmente públicos que – desorientados em meio a uma crise que, além de econômica, política é também cultural – se sentem ameaçados pelo desmoronamento de seu mundo, sendo facilmente cooptados para a defesa de causas anti-igualitárias e soluções despóticas (MESSENERG, 2017, p. 636).

Seguindo a mesma lógica do anticomunismo, o antipetismo também se configurou como uma das principais estratégias discursivas apresentadas por André Fernandes, Janaína Paschoal e Rodrigo Amorim. A rejeição ao Partido dos Trabalhadores (PT) ganhou espaço dentro de um sentimento de desqualificação da política e das instituições, no geral, de crise político-econômica e também pela prolongação do partido no poder. De acordo com o Monitor do Debate Político no Meio Digital, em parceria com a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo⁵⁸, para 98% das pessoas que estavam presentes na mobilização de direita na Avenida Paulista, no dia 21 de outubro de 2018, o PT foi considerado o partido mais corrupto do país.

Observamos que o antipetismo foi a segunda maior estratégia discursiva utilizada por Janaina Paschoal. Acreditamos que o uso dessa estratégia se deve ao fato de a advogada ser a autora do impeachment da ex-presidenta Dilma e, dessa forma, buscou reforçar a sua imagem como uma das protagonistas da luta contra o Partido dos Trabalhadores (PT).

Apesar da legenda não configurar a lista dos que têm mais lideranças comprometidas em escândalos de corrupção, observamos que os personagens analisados buscaram atrair o seu eleitorado capitalizando o discurso de ódio contra Partido dos Trabalhadores, como explica Messenberg (2017, p. 634):

O Partido dos Trabalhadores (PT) é, na visão desses atores sociais, o grande responsável por todas as mazelas que atingem o país. Ao PT é atribuída a responsabilidade tanto da crise econômica que nos assola mais diretamente nos últimos três anos, quanto ao que é reconhecido por eles como um dos principais, senão o principal problema do país: a corrupção. O combate à corrupção, entendida como uma valência no mundo contemporâneo, assume no discurso desses agentes a condição sinonímia de combate ao PT. Expressões como “Petrolão”, “Petralhas”,

⁵⁸ Como surgiu o “antipetismo”, e do que ele se alimenta? Brasil de Fato, 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/10/27/como-e-alimentado-o-antipetismo-e-por-que>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

“Quadrilha do PT” abundam nos discursos desses formadores de opinião, consolidando a certeza entre os seus seguidores de que a corrupção, apesar de ser reconhecida como prática longeva na vida pública brasileira, foi erigida pelo PT como “prática de governo” (MESSENERG, 2017, p. 634).

Percebemos aqui a utilização de um conceito importante quando se trata de discursos em períodos eleitorais: a campanha negativa. De acordo Steibel (2005, p. 56-57), o termo se refere ao conjunto de mensagens associadas a conceitos negativos ao adversário. “Através de uma linha temática comum entre os candidatos, ressaltar diferenças entre os competidores; ‘ataque’ é toda mensagem que pretende, a partir de pontos pessoais, desvalorizar a imagem do adversário”.

O discurso contra a criminalidade, de uma forma mais intensiva, também predominou as estratégias dos candidatos analisados. Devido às altas taxas de criminalidade e o grande número de homicídios no Brasil, principalmente nas capitais dos estados de origem dos candidatos, como Rio de Janeiro, São Paulo e Fortaleza, os atores investigados procuraram canalizar o medo e o sentimento de impunidade das pessoas e buscaram alcançar seus eleitores através de uma política mais austera contra a violência urbana.

Em 2014, por exemplo, segundo a pesquisa do Instituto Datafolha⁵⁹, a Segurança Pública é a segunda maior preocupação dos brasileiros, perdendo apenas para a Saúde Pública. De acordo com Solano (2018), os partidos de esquerdas têm fracassado quando se trata de conduzir um debate propositivo sobre segurança, o que acabou deslocando a temática para a direita, que a repaginou com um discurso punitivista e totalitário.

A exploração, a potencialização do medo como fator é um instrumento antigo e recorrente. Mas o fato é que o medo é um sentimento profundamente humano e deve ser entendido. Para explorar o medo, porém, precisamos de um inimigo. A criação do inimigo é uma ferramenta política muito aceitável em momentos de crises. A História nos ensinou isso. Vale lembrar, neste momento, do conceito de *significante vazio* de Laclau (2005), aquele conceito que é esvaziado de conteúdo e sobre o qual se constrói uma cadeia de equivalentes, que servem para identificar inúmeras dinâmicas sociais; o inimigo, o vagabundo, que pode ser o estrangeiro, o imigrante, o jihadista, o comunista ou pode ser o inimigo interno, o jovem negro favelado, o corrupto (SOLANO, 2018, p. 12).

De acordo com Faganello (2015), há uma percepção na maioria das pessoas de um excesso de liberdade em detrimento da autoridade das instituições, além da incapacidade das leis democráticas e do Estado de Direito em assegurar a ordem. Essa visão corrobora com a construção de um discurso mais radical, que justifica ação mais extremista, que tem como características “a rejeição de uma parte essencial das regras do jogo da comunidade política e a

⁵⁹ Segurança é a 2ª maior preocupação dos brasileiros, segundo pesquisa. G1, 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/08/seguranca-e-2-maior-preocupacao-dos-brasileiros-segundo-pesquisa.html>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

recusa dos valores prepostos à vida pública” (FAGANELLO, 2015, p. 151). Dessa forma, os candidatos supervotados do PSL procuraram negar ou romper o entendimento das relações políticas de segurança pública, já conformado por uma perspectiva gradual, e apresentaram novas soluções para o problema, com ações mais recrudescidas, sem moderações.

As experiências de violência – compartilhadas ou vivenciadas pelos indivíduos, em conjunto com os casos noticiados diariamente pelos meios de comunicação – alimentam e acabam por traçar os contornos desse diagnóstico. [...] Passa-se a valorizar abertamente medidas arbitrárias de repressão sobre qualquer indivíduo que cometa um crime, geralmente orientadas para a eliminação física do sujeito sem nenhum tipo de proporcionalidade entre a conduta criminosa e o castigo aplicado. “Vive-se uma guerra! O cidadão está acuado, e os bandidos estão nas ruas!” Bradam seus defensores (FAGANELLO, 2015, p. 151-152).

Como observamos no material analisado, um dos discursos apresentados pelos candidatos é a crescente e preocupante “vitimização” de criminosos. Para esses atores, a partir de políticas de esquerda, o bandido virou vítima, superprotegido pelo Estado, e o “cidadão de bem” passa a ficar desprotegido e abandonado. Seguindo uma lógica simplificada, que reduz o debate a rótulos moralistas, os extremistas acusam os defensores dos direitos humanos como “defensores de bandidos” (FAGANELLO, 2015). Para Solano (2018), as experiências negativas das pessoas quando se trata de segurança pública, favorece o discurso de desumanização do criminoso, punição vingativa e “cadeia-masmorra”, o que favorece os discursos dos candidatos investigados.

Um pouco diferentemente de Janaina Paschoal, que optou por discutir ações para combater a violência, percebemos nos discursos de André Fernandes e Rodrigo Amorim um forte apelo aos profissionais de segurança pública, principalmente os policiais militares. Segundo Faganello (2015), a polícia é representada como contraposta à esfera política. Nesta visão, o poder público e de grupos de defesa dos direitos humanos são criticados por “atrapalhar” o trabalho policial quando denunciam o abuso de autoridade policial.

Os discursos enfatizam o caráter heroico da figura e da atividade policial: este é o agente último da ordem, braço armado do “cidadão de bem”; aquele que cumpre seu dever mesmo com o Estado lhe oferecendo baixos salários e condições precárias de trabalho. Concebe-se uma apreciação da autoridade policial como uma força portadora de uma autonomia radical, a exaltação das virtudes guerreiras e do heroísmo da figura policial se conjugam com um discurso que entende a violência como ferramenta purificadora, legitimadora e resolutive de problemas sociais. A resolução dos conflitos na segurança pública prescinde de moderação; não pode haver tolerância, nem uma resolução baseada na busca de uma mediação calculada, essenciais para uma constituição de valores e instituições democráticas (FAGANELLO, 2015, p. 151).

Outra estratégia importante acionada pelos candidatos analisados foi o discurso de renovação política. Os atores objetivaram alcançar seus eleitores através da imagem de

outsiders, ou seja, fora do sistema político. Para que esse discurso tenha sucesso é preciso descredibilizar o modelo tradicional. Dessa forma, os candidatos se venderam como a renovação de um sistema corrupto e fracassado. Para Cervi (2002), as elites políticas perderam a sensibilidade social devido aos baixos índices de renovação interna. O autor explica também que não há uma resposta para o atendimento das demandas populares emergenciais, além de baixíssima possibilidade de participação cidadã e interferência na tomada de decisões públicas. Dessa forma, em períodos eleitorais, uma figura fora da política tradicional e com forte discurso mudancista pode acabar se beneficiando dentro de uma crise de representatividade. O cenário de crise de representatividade pode contribuir para ascensão de lideranças carismáticas com uma forte narrativa de renovação política, pois elas “se beneficiam da ‘fadiga cívica’ frente ao Estado, partidos políticos e às lideranças tradicionais, e acabam beneficiando as lideranças marginais que defendem soluções inovadoras definindo como contrárias ao sistema vigente” (CERVI, 2002, p. 4).

Segundo Cervi (2002), a promoção do discurso antipolítico é decorrente da decadência dos partidos e da perda de confiança na classe política que é determinante para o protagonismo de lideranças marginais, externa à elite tradicional. As elites políticas perdem sensibilidade social, em grande parte, devido aos baixos índices de renovação interna. Na América Latina, elas se fecham em oligarquias nas cúpulas partidárias, que em última análise, definem aqueles que podem ser candidatos e os que terão mais chances de serem eleitos. Não há um processo continuado para novas estruturas partidárias (CERVI, 2002, p. 6).

Para Braga e Becher (2012, p. 2), a personalização da política é uma prática que também se manifesta nos processos eleitorais “através da posição de predomínio de lideranças políticas carismáticas em escala nacional, que sobrepunham o papel dos partidos políticos enquanto sinalizadores de *policies* e agregadores de interesse das demandas do eleitorado”. Ao ligarem seus discursos de renovação política às suas imagens, em detrimento de partido e ideologia, mostram que “a volatilidade ideológica e a facilidade de adotar novas estratégias de contato com eleitor [...] podem ser compreendidas como efeitos da sensibilidade que eles têm para perceber as novas demandas da sociedade” (CERVI, 2002, p. 2).

A partir da Análise de Conteúdo para essa investigação, também observamos que o discurso antifeminista se mostrou predominante apenas nas redes sociais de Janaina Paschoal. Acreditamos que, por ser mulher, a advogada buscou atingir o público feminino conservador com pautas, predominantemente, contra o aborto e a defesa da vida desde a sua concepção. A candidata objetivou desconstruir o feminismo e sua ligação com as esquerdas ao defender que o movimento, de acordo com o tempo, desviou de sua finalidade para ser tornar um movimento

totalitário, em que o gênero masculino é subjugado. A luta contra o aborto também tem como finalidade atrair uma parcela religiosa que é contra a interrupção da gravidez independentemente da situação.

Ribeiro (2018, p. 118-119), ao discutir o percurso do movimento feminista, explica que “o apoio e avanço que políticos mais conservadores, ligados a certas vertentes religiosas como a evangélica, que misturam suas crenças com seu fazer político, colocam em evidente temor todas as minorias sem acesso a direitos desse país”. O campo conservador-religioso, como vimos, também predominou, embora em menor frequência, na campanha eleitoral dos candidatos analisados. Acreditamos que a escolha desse discurso visa alcançar os eleitores através do moralismo. Dessa forma, os atores analisados fomentaram a narrativa de um projeto de desconstrução dos valores tradicionais em um país cristão pela esquerda e se projetaram como os defensores desses valores, como explica Messenberg (2017):

O conservadorismo é aqui entendido como forma de resistência às transformações promovidas pela sociedade moderna (expansão dos direitos individuais, secularização e cosmopolitismo) e uma reafirmação dos pilares da sociedade tradicional: a família, a religião e a nação (HIRSCHMAN, 1992). Tal tríade está fortemente entrelaçada no discurso dos formadores de opinião da direita, apesar de apresentar graus de centralidade e radicalismo distintos. Os elementos discursivos que com maior frequência se relacionam a ideia-chave de “família tradicional” são os seguintes: oposição ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, oposição ao aborto, à ideologia de gênero nas escolas, à expansão do feminismo e a concordância com a “cura gay”. Os conteúdos centrais da ideia-força “resgate da fé cristã” envolvem emissões que invocam a entrega dos destinos individuais e coletivos “nas mãos de Deus”, a profusão de mensagens de salmos e provérbios bíblicos, além da crítica ao que denominam de “cristofobia”, atribuída à esquerda (MESSENERG, 2017, p. 637-639).

Por último, identificamos que a estratégia discursiva voltada para o neoliberalismo quase não foi acionada durante a campanha pelos candidatos. Acreditamos que o motivo principal para as pautas conservadoras se sobreporem ao liberalismo deve-se ao fator da maioria da população ainda ser resistente à ideia de diminuição do Estado. Também devemos lembrar que estamos discutindo um cenário mais local e de temáticas que cambem ao legislativo estadual. Em tese, as propostas de menos impostos ou corte de gastos podem parecer interessante, mas a diminuição da máquina pública, e, conseqüentemente, a privatização dos serviços públicos podem não interessar uma parte significativa do eleitorado.

Em uma pesquisa feita com manifestantes que se identificavam com a direita e participavam dos atos contra o PT em 2015, Solano e Ortellado (2017) já identificaram o surgimento de uma fratura na tese de apoio entre o conservadorismo moral e liberalismo econômico. Os participantes, em sua maioria, rejeitavam a ideia de uma reforma da previdência apresentada pelo Governo Temer, concordavam que o Estado deveria prover totalmente os

serviços de saúde, educação e transporte coletivo, rejeitando, por completo, a ideia de um estado mínimo.

Por fim, de uma forma resumida, Rodrigo Amorim (PSL-RJ) optou por construir um discurso em defesa de Jair Bolsonaro, contra a esquerda brasileira e a favor de ações mais duras no combate à criminalidade. Já André Fernandes (PSL-CE) também apostou na defesa do seu líder político e também na crítica à esquerda e ao PT, além do discurso mais combativo contra a violência e a defesa dos profissionais de segurança pública. Por sua vez, Janaina Paschoal buscou se associar a Jair Bolsonaro e fez críticas ao Partido dos Trabalhadores, seu adversário principal durante a campanha; também buscou desconstruir o movimento feminista através de discursos contra a legalização do aborto.

O que podemos compreender com essa investigação, após os estudos das estratégias discursivas dos personagens analisados em suas redes sociais, durante as eleições de 2018, é a reafirmação de um fenômeno conhecido como Guerra Cultural, debate que surgiu com a ascensão da extrema direita pelo mundo.

De acordo com Solano e Ortellado (2017), a antiga polarização entre a direita liberal, que priorizava a meritocracia e o livre-comércio, e a esquerda, que defendia a intervenção estatal para promover a justiça social, foi substituída por um novo confronto: um conservadorismo punitivo x um progressismo compreensivo. O termo Guerras Culturais foi criado por James Hunter, no início dos anos 90, nos EUA, a partir da publicação do seu livro *Cultural Wars*. Assim, os conservadores são definidos por um compromisso com uma autoridade moral definida e hereditária; já os progressistas, com uma moral moderna e subjetivista. Hartman (1991) esclarece que a gênese desse fenômeno surgiu a partir de uma reação aos questionamentos sociais pela contracultura nos anos 70 e confrontos das identidades coletivas propostas pelos novos movimentos sociais e o discurso pós-moderno.

Costuma-se atribuir a James Hunter a precisa identificação do fenômeno e a difusão do termo “guerras culturais” para se referir ao processo pelo qual temas como o direito dos homossexuais, a legalização do aborto, o controle de armas e a legalização das drogas passaram a ganhar proeminência no debate político americano no final dos anos 1980, opondo “conservadores” a “progressistas” (SOLANO; ORTELLADO, 2017, p. 3).

Dessa forma, na maioria das vezes, percebe-se que no discurso desses atores prevalece mais a pauta moral do que a pauta política e/ou econômica. Antes, o discurso moral era instrumentalizado pelo político, agora, acontece o inverso. O que percebemos é que os candidatos bolsonaristas apresentam características comuns como o punitivismo, o moralismo religioso, a antipolítica e a crítica às esquerdas brasileiras, sobretudo, o PT. Esses fatores

oferecem uma maior coerência interna e identidade ao grupo. Solano e Ortellado (2017, p. 12) resumem as características desse grupo como uma “identidade conservadora não neoliberal, punitiva, que toma forma num populismo antipetista e antipolítico”.

Como Cervi (2002) explica, qualquer democracia em que as eleições são respeitadas há a possibilidade de a elite política ser substituída por grupos que não fazem parte da política tradicional. Para o autor, quando um político *outsider* apresenta uma estratégia direta com os eleitores e tem como objetivo transformar o “povo” em objeto dos seus discursos, ao invés de sujeitos, recebe o nome de populista. Cervi (2002, p. 3) traz o conceito de neopopulismo para identificar esse fenômeno pós-ditadura na América Latina. Os neopopulistas conseguem manter uma afinidade maior e constante de acordo com as predisposições do conjunto de eleitores.

De maneira geral, o populismo é definido como a fórmula política cuja principal fonte de inspiração é o povo. O “povo” no populismo difere do “povo” na democracia, pois, enquanto nesse caso “povo” é o sujeito da ação política (seja diretamente ou através de representantes), no populismo “povo” é o objeto a partir do qual agem as lideranças carismáticas. Quanto ao populismo relacionado a processos eleitorais, Ludovico Incisa (1998, p. 981), o define como um movimento em que “um líder carismático recebe o apoio direto de uma massa de eleitores, denominada “povo”” Portanto, “povo” é aqui considerado como conjunto de indivíduos com interesses próximos (CERVI, 2002, p. 3).

O autor também pontua que períodos de crise social, política e econômica são um dos principais fatores para o surgimento do populismo moderno, pois esses personagens passam a se vender como uma alternativa comum acima dos interesses das classes ou constrangimentos sociais que possam existir na sociedade. Apesar de o populismo possuir várias formas de transformação, Cervi (2002) elenca três elementos que formam seu núcleo: o povo, uma liderança carismática e uma crise de hegemonia. Assim, o neopopulismo é legitimado pela descrença com o Estado, partidos políticos e lideranças tradicionais, que não conseguiram cumprir as muitas promessas da democracia. As lideranças marginais conquistam afetos positivos por suas soluções divergentes das tradicionais e por serem contrárias ao sistema virgente. Cervi (2002, p. 5) também ressalta as complicações do populismo para o campo político:

Por um lado, é incontestável a tendência antidemocrática das massas ao delegar a uma liderança de traços populistas a tomada de decisões políticas em seu nome. Votando em um neopopulista, o eleitor estará afastando a possibilidade de participação política através das instituições formais existentes, pois vai favorecer a liderança personalista à frente do Estado na figura do grande líder.

Portanto, é preciso repensar até que ponto esses atores reforçam uma cultura antipolítica, voltada apenas para atingir cidadãos desiludidos, e a natureza de suas soluções para os problemas sociais, que, como vimos, possuem um viés conservador e autoritário. Também

não podemos nos esquecer das consequências de uma política personalista e moralista, sem grandes debates sobre temas importantes, que perpassam não só pelo campo político, mas econômico, social e cultural.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos compreender, a partir das análises propostas para essa pesquisa, que os discursos recorrentes dos candidatos supervotados do PSL na rede social Facebook teve em sua predominância a existência de pautas morais com caráter populista. Os atores estudados optaram por atrair os seus eleitores com um discurso que tem como base o medo. Medo de ter seus valores morais destruídos por um inimigo em comum, medo da violência social que precisa de medidas mais enérgicas e autoritárias para ser combatida e medo do destino de uma nação culminar nos horrores do comunismo.

Como vimos, ao abordar esse discurso mais frágil e palatável, esses atores deixam, conscientes ou não, de abordar temas mais sérios e que exigem uma maturidade política maior, principalmente, porque os candidatos estão disputando um cargo no poder Legislativo estadual. Até que ponto essa estratégia pode interferir na cultura política? Ao trazer temas que envolvam mais o emocional dos eleitores do que o intelecto, qual a consequência para a esfera pública? Devemos lembrar que as eleições têm em sua gênese não só a alternância de poder e a possibilidade de escolha dos cidadãos, mas também a oportunidade de se discutir assuntos importantes e que geram impactos na sociedade. Ao optarem por um discurso populista sem promover debate, esses atores acabam intensificando o processo de antipolítica e até mesmo intensificam a polarização, pois investem em um discurso de que o outro não é apenas um adversário político, com ideologias diferentes, e sim, um inimigo a ser exterminado; processos estes caros para as democracias.

Devemos lembrar que a comunicação eleitoral abrange várias plataformas, sejam meios online ou mídias tradicionais, e o estudo se concentrou em apenas uma delas. Portanto, nossa análise nunca será de caráter total, e nem é o objetivo dessa pesquisa. Para um debate maior sobre os discursos da direita bolsonarista durante as eleições será preciso unir esforços para um trabalho em que serão investigados outros meios, permitindo averiguar se as narrativas seguem o mesmo padrão do que o apresentado no Facebook ou se apresentam pontos diferentes. Também não podemos esquecer da campanha offline, como visitas e comícios, por exemplos, no quais os discursos são pensados, primeiramente, para atender um público presente

fisicamente; apesar de sabermos que essas ações também são pensadas para serem transmitidas no meio digital.

Outro assunto importante percebido nesse trabalho é o distanciamento das pautas liberais do ponto de vista econômico. Como vimos na parte teórica, o conservadorismo moral e o neoliberalismo sempre estiveram presentes na construção e reemergência da nova direita brasileira. Porém, tanto nossa pesquisa como outras já apontavam um distanciamento do discurso que objetivam o Estado Mínimo. Por esta razão, ao trazer o campo da Comunicação para a Política, nos estudos da direita no Brasil, como o nosso, conseguimos, através de um trabalho quantitativo, compreender como essas estratégias discursivas são apresentadas para, posteriormente, ser discutido, em uma análise maior, as clivagens do campo direitista brasileiro. O livro de códigos desenvolvido aqui pode ser utilizado em pesquisas para a investigação de outros atores do espectro político de direita que não fazem parte ou não se identificam com o bolsonarista. Assim, podemos compreender melhor a heterogeneidade desse campo.

Sobre os candidatos investigados, é interessante conhecer seus discursos em um período eleitoral para poder compreender suas ações enquanto parlamentares. A partir dos desdobramentos que são de praxe do campo político, como negociações partidárias e jogos de interesses, esses atores terão seus discursos modificados?

Desde que iniciou seu governo, Bolsonaro vem passando por diversas crises que vem causando impactos em sua imagem. No início do seu governo, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gustavo Bebianno⁶⁰, foi o pivô da primeira crise política do governo do presidente, gerada pela suspeita de que o PSL, partido de Bolsonaro, fez uso de candidatura "laranja" nas eleições de 2018 para desviar verbas públicas. Bebianno era o presidente nacional do PSL durante a eleição de 2018. Desde então, Bolsonaro vem passando por diversas crises, como os desgastes e embate de grupos políticos que se uniram ao presidente durante as eleições, mas colidiram durante sua gestão; o pedido de demissão do ministro da Justiça, Sérgio Moro, ícone da Operação Lava Jato; as denúncias de desvio de dinheiro envolvendo seu filho, Flávio Bolsonaro⁶¹, enquanto deputado estadual no Rio de Janeiro, e o assessor dele, Fabrício Queiroz; e a pandemia do coronavírus, por exemplo.

Apesar de não ser o objetivo dessa pesquisa, é interessante compreender como os desdobramentos do campo político interferem nos discursos dos candidatos analisados. Um

⁶⁰ Saiba quem é Gustavo Bebianno e entenda a crise gerada no governo de Jair Bolsonaro. G1, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/02/17/saiba-quem-e-gustavo-bebianno-e-entenda-a-cri-se-gerada-no-governo-de-jair-bolsonaro.ghtml>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

⁶¹ Do relatório do Coaf ao STF: entenda caso Queiroz e relação com Flávio Bolsonaro. IG, 2019. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2019-01-17/caso-queiroz.html>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

exemplo que podemos trazer é o da deputada Janaina Paschoal. Com as consequentes baixas do governo Bolsonaro, a advogada escreveu, em fevereiro de 2020, em seu Twitter: “Não sou e nunca fui bolsonarista. Sempre vi com reservas pessoas que se permitem adjetivar⁶²”. O que vimos nesta investigação foi ao contrário. Enquanto candidata, a principal estratégia de Janaina foi apoiar o presidenciável. A candidata ainda escreveu: “Se os bolsonaristas fossem inteligentes, não atacariam quem apoiou e apoia o Presidente deles. Nesse ponto, os petistas, por mais cegos que sejam, dão um baile nesse pessoal”, escreveu a deputada, elogiando os petistas que divergem de opiniões e não geram conflitos internos.

De acordo com Cervi (2002), a volatilidade ideológica e a facilidade para adotar nova estratégia para alcançar o público-alvo, comuns aos neopopulistas, são conhecidos como deficiências de caráter. Essa atitude tem como objetivo atender as novas demandas da sociedade, diante da necessidade de manutenção dos acordos políticos. Para Montes (2019), a “infidelidade partidária” explica-se, principalmente, por interesses desses personagens em garantir ou expandir suas posições de poder.

Também trazemos a reflexão de Cervi (2002) sobre a permanência de figuras marginais, com perfis populistas, na política. Segundo o autor, fenômenos históricos demonstram que a disposição em favor dessas figuras é transitória. Quando a crise chega ao fim, há uma tendência para as clivagens sociais voltarem. Por isso, é preciso investigar a trajetória política da direita bolsonarista.

Por fim, trago a reflexão do mesmo autor sobre o possível traço democratizante a respeito da chegada de figuras populistas no poder, o que gera um paradoxo. Para Cervi (2002), por mais problemático que seja a ascensão de figuras conservadoras e autoritárias, como a de Jair Bolsonaro e seu clã político, é preciso reconhecer que o surgimento de lideranças que não fazem parte da política tradicional gera uma renovação interna, mínima, independente da vontade política local. Dessa forma, surge um novo grupo político que divide espaço com as velhas lideranças de dirigentes partidários. É preciso discutir o caráter dessa renovação e o que realmente se trata uma renovação política.

Concluimos com essa investigação, que para entender o fenômeno do bolsonarismo é preciso compreender e levar em consideração diversos fatores, sendo a comunicação um dos pontos mais importantes. Os apurados desta pesquisa buscaram contribuir para um campo ainda em construção nas ciências sociais. Acreditamos ter alcançado nosso objetivo.

⁶² Janaína Paschoal diz ser fiel ao Brasil: “Não sou e nunca fui bolsonarista”. UOL, 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/02/17/janaina-paschoal-diz-ser-fiel-ao-brasil-nao-sou-e-nunca-fui-bolsonarista.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados**, v. 31, n. 1, p. 5-38, 1988.
- AGGIO, C. Campanhas on-line: o percurso da formação das questões, problemas e configurações a partir da literatura produzida entre 1992 e 2009. **Opinião Pública**, v. 16, n. 2, p. 426-445, 2010.
- AGGIO, C. Dos websites aos media sociais: apontamentos sobre os recursos e práticas de publicidade das campanhas eleitorais nos ambientes digitais. *In*: GOMES, Wilson; REIS, Lucas (org.). **Publicidade Digital: Formatos e tendências da nova fronteira publicitária**. Salvador: P&A, 2011.
- AGGIO, C. Internet, eleições e participação: questões-chave acerca da participação e do ativismo nos estudos em campanha online. *In*: MAIA, R. C. M.; GOMES, W.; MARQUES, F.P.J.A. (org.). **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- AGGIO, C.; REIS, L. S. Campanha Eleitoral no Facebook: Usos, configurações e o papel atribuído a este site pelos candidatos durante as eleições municipais de 2012. **Revista Compólitica**, v. 3, n. 2, 2013.
- AGGIO, C. Os candidatos ainda evitam a interação? Twitter, Comunicação Horizontal e Eleições Brasileiras. **E-Compós**, v. 18, 2015.
- ALBUQUERQUE, Afonso de; TAVARES, Camilla Quesada. Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral: estilo, estratégias, alcance e os desafios para o futuro. *In*: FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; BORBA, Felipe (org.). **25 anos de eleições presidenciais no Brasil**. Curitiba: Appris, 2018.
- ALDÉ, Alessandra. **A construção da política: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ALMEIDA, R. A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, v. 50, 2017.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. Neoconservadorismo e liberalismo. *In*: SOLANO, Esther (org.). **O ódio como política: A reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ALUCINAÇÃO. Compositor e intérprete: Belchior. *In*: ALUCINAÇÃO. Intérprete: Belchior. Rio de Janeiro: PolyGram, 1976. 1 disco vinil, lado A, faixa 3.
- ARAÚJO, W. P. Estado, ideologia e capital no Brasil contemporâneo: contradições do lulismo e surgimento do bolsonarismo. **Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, v. 2, n. 13, 2019.
- AZEVEDO JÚNIOR, Aryovaldo de Castro; CAMARGO, Hertz Wendel de. **Mito e Política: o uso das mídias sociais na construção das identidades dos candidatos à presidência da república em 2014**.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

BORBA, J.; GIMENES, E. R.; RIBEIRO, E. A. Bases sociais, atitudinais e comportamentais do apartidarismo brasileiro. **Revista Novos Estudos**, n. 101, 2015.

BRAGA, S.; CERVI, E.; BECHER, A. Uma proposta metodológica de análise de campanhas eleitorais on-line e um teste empírico. *In*: Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 8., 2012, Gramado, Brasil. **Anais [...]**. Gramado: UFGRS, 2012.

BRAGA, S.; NICOLÁS, M. A.; BECHER, A. R. Clientelismo, internet e voto: personalismo e transferência de recursos nas campanhas online para vereador nas eleições de outubro de 2008 no Brasil. **Opinião Pública**, v. 19, n. 1, p. 168-197, 2013.

BRAGA, S.; ROCHA, L. C.; CARLOMAGNO, M. C. A internet e os partidos brasileiros. **Cadernos Adenauer**, v. 26, 2015.

BRAGA, S.; BECHER, A. R. Personalização da política e novas tecnologias: balanço do debate e evidências sobre o Brasil. *In*: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 36., 2012, Águas de Lindoia, São Paulo. **Anais [...]**. Águas de Lindoia: Anpocs, 2012.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-684, 2006.

CARLOMAGNO, Márcio C.; ROCHA, Leonardo Caetano da. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 7, n. 1, 2016.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos A. Como se faz e desfaz um fenômeno eleitoral: o caso Roseana. *In*: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 26., 2004. **Anais [...]**. Anpocs, 2004.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos A. **Campanhas eleitorais e comunicação midiática: ciclos de mudança e continuidade**. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTILHO, Gil; MANHANELLI, Carlos Augusto. **Internet e Eleições: bicho de sete cabeças: usando a internet para ganhar eleições**. São Paulo: Manhanelli Editorial, 2012.

CEPÊDA, Vera Alves. A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, v. 23, n. 2, 2018.

CERVI, E. U. **Rádio e renovação política em eleições majoritárias: As vitórias eleitorais de prefeitos/radialistas em Londrina e Ponta Grossa**. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

CERVI, E. U. Uso do HGPE como recurso partidário em eleições proporcionais no Brasil: um instrumento de análise de conteúdo. **Opinião Pública**, v. 17, 2011.

CERVI, E. U.; MASSUCHIN, M. G.; TAVARES, C.Q. Agenda da mídia, dos políticos e do público na campanha eleitoral de 2010. **Revista Debates (UFRGS)**, v. 6, p. 237-261, 2012.

CHAIA, V.; BRUGNANO, F. A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. **Aurora – Revista de arte, mídia e política**, v. 7, n. 21, p. 99-129, 2015.

CHALOUB, Jorge; PERLATTO, Fernando. A nova direita brasileira: ideias, retórica e prática política. **Insight Inteligência**, v. 72, 2016.

CHAUÍ, Marilena. **As manifestações de junho na cidade de São Paulo**. Teoria e Debate, 2013. Disponível em: www.teoriaedebate.org.br/nacional/manifestacoes-de-junho-de-2013-na-cidade-de-sao-paulo&page=0,2#sthash.alfv5Xqa.dpuf. Acesso em: 11 nov. 2018.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**: pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; ROEDER, Karolina Mattos. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. *In*: CRUZ, S. V.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (org.). **Direita, volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Perseu Abramo, 2015.

CRUZ, S. V.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (org.). **Direita, volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Perseu Abramo, 2015.

DALTON, R. J. **Democratic challenges, democratic choices**: the erosion of political support in advanced industrial democracies. Oxford: Oxford University Press, 2004.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FAGANELLO, Marco Antonio. Bancada da Bala: uma onda na maré conservadora. *In*: CRUZ, S. V.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (org.). **Direita, volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Perseu Abramo, 2015.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FERES JÚNIOR, J.; ASSUMPCÃO, S. R. Financiamento de campanha, mídia e liberdade política. *In*: IANONI, M. (org.). **Reforma política democrática**: temas, atores e desafios. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

FIGUEIREDO, Argelina. C.; LIMONGI, Fernando. Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994. **Dados**, v. 38, n.3, 1995.

FIGUEIREDO, M. *et al.* Estratégia de persuasão eleitoral: uma proposta. **Opinião Pública**, v.

4, n. 3, 1997.

FIGUEIREDO, Rubens. **O que é marketing político**. Brasiliense, 1994.

GALINDO, Daniel; SOUZA, Rose Mara Vidal de. Mito, simbolismo e outros ingredientes do marketing político. *In*: QUEIROZ, Adolpho (org.). **Marketing Político: estratégias globais e regionais**. Rio de Janeiro: Oficina de Livros, 2010.

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

GIMENES, É. R. Partidarismo, mobilização cognitiva e participação política no Brasil. *In*: MARTELLI, C. C. G.; JARDIM, M. C.; GIMENES, É. R. (org.). **Participação política e democracia no Brasil contemporâneo**. Araraquara: Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, 2017.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis: Vozes. 2012.

GOMES, Wilson da Silva. Propaganda política, ética e democracia. *In*: MATOS, H. (org.). **Mídia, eleições e democracia**. São Paulo: Scritta, 1994.

GOMES, Wilson da Silva. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Presente, 2003.

HARTMAN, Geoffrey H. **Minor prophecies: The literary essay in the culture wars**. Harvard University Press, 1991.

HERKENHOFF, Gabriel; MALINI, Fábio. O Diálogo Público na Internet: a disputa pela produção de sentidos nas mídias sociais nas eleições de 2006. *In*: Congresso Brasileiro das Ciências da Comunicação, 31., 2008, Natal. **Anais [...]**. São Paulo: INTERCOM, 2008.

HERKENHOFF, Gabriel; MALINI, Fábio. A ciberpolítica nas eleições municipais de 2008: da obstrução à produtividade da comunicação na rede. *In*: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 14., Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 2009.

HEYWOOD, Andrew. **Ideologias políticas: do feminismo ao multiculturalismo**. São Paulo: Ática, 2010b.

ITUASSU, A.; LIFSCHITZ, S. Temas e Mídia em #Eleições2014: Twitter, opinião pública e comunicação política no contexto eleitoral brasileiro. **E-Compós**, vol. 18, n. 2, 2015.

KINZO, Maria D. O quadro partidário e a Constituinte. *In*: LAMOUNIER, B. (org.). **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. São Paulo: Sumaré, 1990.

KINZO, Maria D. **Radiografia do quadro partidário brasileiro**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer-Stiftung, 1993.

KRIPPENDORFF, Klaus. **Information theory: structural models for qualitative data**. Nova Iorque: Sage Publications, 1986.

KRIPPENDORFF, Klaus. **Content analysis: an introduction to its methodology**. Nova Iorque: Sage Publications, 2018.

LASSWELL, Harold D. **Propaganda technique in the world war**. Ravenio Books, 1927.

LEONI, Eduardo. Ideologia, democracia e comportamento parlamentar: a câmara dos deputados (1991-1998). **Dados**, v. 45, n. 3, p. 361-386, 2002.

LÉVY, Pierre. **Inteligência Coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

MACIEL, Ana Paula Brito; ALARCON, Anderson de Oliveira; GIMENES, Éder Rodrigo. Partidos políticos e espectro ideológico: parlamentares, especialistas, esquerda e direita no Brasil. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 8, n. 3, 2018.

MADEIRA, Rafael Machado; TAROUÇO, Gabriela da Silva. Esquerda e direita no Brasil: uma análise conceitual. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 8, n. 15, 2011.

MAGALHÃES, A. A. A.; LIMA, R. A.; SIQUEIRA, N. S. Novo racismo, fundamentalismo islâmico e o fortalecimento das direitas no mundo ocidental. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v. 116, 2018.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes, 1993.

MARENCO, André; SERNA, Miguel. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 64, jun., p. 93-113, 2007.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida; AQUINO, Jakson Alves de; MIOLA, Edna. Parlamentares, representação política e redes sociais digitais: perfis de uso do Twitter na Câmara dos Deputados. **Opinião Pública**, v. 20, n. 2, p. 178-203, 2014.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. **Ciberpolítica: conceitos e experiências**. Salvador: EDUFBA, 2016.

MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha**. Porto: Portucalense, 1971.

MASHUCHIN, Michele; TAVARES, Camila. **Modernização das campanhas e estratégias eleitorais: os padrões de uso da intenção nas eleições de 2014**. Portal Compolítica - GT 2, 2015. Disponível em: <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2015/04/GT2-Massuchin-e-Tavares.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2016.

MELO, Carlos R.; CÂMARA, Rafael. Estrutura da competição pela presidência e

consolidação do sistema partidário no Brasil. **Dados**, vol. 55, no 1, 2012.

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Sociedade e Estado**, vol. 32, p. 621-648, 2017.

MIGUEL, Luís Felipe. A reemergência da direita brasileira. *In*: SOLANO, Esther (org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MILAGRES, Jorge. **Internet será estratégica na campanha eleitoral de 2016**. Jusbrasil, 2016. Disponível em: <https://jusbrasil.com.br/artigos/299502485/internet-sera-estrategica-na-campanha-eleitoral-de-2016>. Acesso em: 12 out. 2018.

MONTE, Cleyton. Notas sobre o conceito de grupo político: considerações sobre os Ferreira Gomes no Ceará. **Revista NEP-Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR**, vol. 5, n. 2, 2019.

MONTE, Cleyton; VIEIRA, Paula. **A crise política brasileira: atores e estratégias**. JOIN BR – Encontro Internacional de Jovens Investigadores Edição Brasil, 2017.

MOURA, Maurício; CORBELLINI, Juliano. **A eleição disruptiva: por que Bolsonaro venceu**. Record, 2019.

NEUENDORF, Kimberly A. **The content analysis guidebook**. Nova Iorque: Sage Publications, 2016.

NORRIS, P. **Democratic deficit: critical citizens revisited**. Cambridge: Cambridge Press, 2011.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 8. Ed. Campinas, SP: Pontes, 2009.

ORTELLADO, P. Dois anos depois: afinal, era por vinte centavos? **El País Brasil**, 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/15/opinion/1421362752_961392.html. Acesso em: 20 jan. 2019.

PANEBIANCO, A. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PIERUCCI, Antônio Flávio. As bases da nova direita. **Novos Estudos Cebrap**, v. 19, 1987.

RECUERO, R.; ZAGO, G.; BASTOS, M. T. 2014. O discurso dos #ProtestosBR: análise de conteúdo do Twitter. **Galáxia**, v. 14, n. 28, 2014.

RIBEIRO, E. A.; BOLOGNESI, B. Ideologia e representação: valores e atitudes de legisladores municipais. *In*: GIMENES, E. R.; BORBA, J. (org.). **Poder legislativo e cultura política: Valores, atitudes, trajetória e comportamento político dos vereadores e vereadoras do Estado de Santa Catarina**. Curitiba: CPOP, 2017.

RIBEIRO, Luís Guilherme Marques; LASAITIS, Cristina; GURGEL, Lígia. Bolsonaro Zuero 3.0: Um estudo sobre as novas articulações do discurso da direita brasileira através das redes sociais. **Anagrama**, v. 10, n. 2, 2016.

RIBEIRO, Stephanie. Feminismo: um caminho longo à frente. *In*: SOLANO, Esther (org.). **O ódio como política**: A reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

ROCHA, Camila. O boom das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância. *In*: SOLANO, Esther (org.). **O ódio como política**: A reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

RODRIGUES, Leôncio M. **Partidos, ideologia e composição social**: um estudo das bancadas partidárias na câmara dos deputados. São Paulo: EDUSP, 2002.

RODRIGUES, Rosália. Ciberpolítica: comunicação política 2.0 nas eleições legislativa de 2009. **Portal BOCC**, 2009. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-rodrigues-ciberpolitica.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2016.

ROSSINI, P. G. C.; LEAL, P. R. F. Efeitos da campanha virtual no universo das mídias sociais: o comportamento do eleitor no Twitter nas Eleições 2010. **Revista Compolítica**, vol. 1, n. 3, p. 7-27, 2013.

SAMPAIO, R. C.; AGGIO, Camilo (org.). **Do clique à urna**: Internet, redes sociais e eleições no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2013.

SAMPARIO, R.; LYCARIÃO, D. Eu quero acreditar! Da importância, formas de uso e limites dos testes de confiabilidade na Análise de Conteúdo. **Revista de Sociologia e Política**, v. 26, n. 66, 2018.

SCHEEFFER, Fernando. **Esquerda e direita**: velhos e novos temas. Anais do 38º. Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2014.

SCHEEFFER, Fernando. A alocação dos partidos no espectro ideológico a partir da atuação parlamentar. **E-Legis**, vol. 11, n. 27, 2018.

SILVA, Gustavo Jorge. Conceituações teóricas: esquerda e direita. **Humanidades em diálogo**, vol. 6, p. 149-162, 2014.

SILVEIRA, Sérgio A. Direita nas redes sociais online. *In*: CRUZ, S. V.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (org.). **Direita, volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Perseu Abramo, 2015.

SINGER, André. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro**: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994. São Paulo: EDUSP, 2000.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. **Revista Novos Estudos** – CEBRAP, São Paulo, n. 97, p. 23-40, 2013.

SOLANO, Esther. Crise da democracia e extremismos de direita. **Análise**, vol. 42, p. 1-29, 2018.

SOLANO, E.; ORTELLADO, P.; MORETTO, M. Guerras culturais e populismo antipetista nas manifestações de apoio a Lava Jato e conta a reforma da previdência. **Em Debate**, vol. 10, 2019.

SOUSA, Ícaro Joathan de. **Desconstruindo rivais**: uma análise da construção narrativa de Aécio e Marina por Dilma Rousseff no Facebook durante as eleições 2014. *In*: IV Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política, Niterói, 2015.

LORENCI, T. W. L. P.; SOUZA, A. P. Crise de representatividade política no Brasil. **Ius Gentium**, v. 9, 2014.

STEIBEL, Fabro. **Feios, sujos e malvados**: políticos, juízes e a campanha eleitoral de 2002 na TV. Rio de Janeiro: Editora E-papers, 2007.

STROMER-GALLEY, J. On-line interaction and why candidates avoid it. **Journal of Communication**, v. 8, n. 50, 2000.

TAROUCO, G. da S. Brazilian parties according to their manifestos: political identity and programmatic emphases. **Brazilian Political Science Review**, v. 5, n. 1, p. 54-76, 2011. Disponível em: <http://www.bpsr.org.br/index.php/bpsr/article/view/114/105>. Acesso em: 11 nov. 2018.

TAROUCO, G. da S.; MADEIRA, R. M. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 45, p. 149-165, 2013.

TAROUCO, G. da S.; MADEIRA, R. M. Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: análise de um expert survey. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 15, n. 1, 2015.

TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). *In*: CRUZ, S. V.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (org.). **Direita, volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Perseu Abramo, 2015.

TELLES, Helcimara de Souza. O que os protestos trazem de novo para a política brasileira? **Em Debate**, n. 2, p. 7-14, 2015.

THOMPSON, JOHN B. A interação mediada na era digital. **MATRIZES**, v. 12, n. 3, 2018.

VEIGA, Luciana Fernandes; SOUZA, Nelson Rosário de; CERVI, Emerson Urizzi. Da expectativa de vitória à derrota: estratégias discursivas do PT em Curitiba e Porto Alegre em 2004. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 6, p. 99-135, 2011.

VIANA, João Paulo. Sobre a crise da representação política. **Estadão**, 2015. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/sobre-a-crise-darepresentacaopolitica>. Acesso em: 22 jun. 2018.

WEBER, Max. **A objetividade do conhecimento na ciência social e na ciência política**. São Paulo: Editora Unicamp, 1992.

WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. 17. ed. São Paulo: Cultrix, 2011.